



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 614/11

Declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social e Educacional O Bom Pastor, com sede e foro no Município de São João.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social e Educacional O Bom Pastor, com sede e foro no Município de São João.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de dezembro de 2012.

Assinatura manuscrita, provavelmente de um membro da comissão ou do relator.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.
ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

Assinatura manuscrita do relator.
RELATOR

Assinatura manuscrita, provavelmente de um membro da comissão ou do relator.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 748/11

Dispõe sobre a Política de Incentivo ao Esporte no Estado do Paraná.

CAPÍTULO I DOS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS À SECRETARIA DO ESPORTE DO ESTADO DO PARANÁ

Seção I Disposições Preliminares

Art. 1º Fica instituída a Política de Incentivo ao Esporte, na forma disciplinada nesta Lei, com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento do desporto, através de patrocínio ou doação de empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º O incentivo referido no art. 1º desta Lei consiste em conceder crédito outorgado correspondente ao valor do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) pertinente ao Tesouro do Estado, a ser destinado pelos respectivos contribuintes a projetos desportivos credenciados pela Secretaria do Esporte do Estado do Paraná, nos termos e condições estabelecidas pelo Poder Executivo.

§ 1º Para fins de apuração da parte do valor do ICMS a recolher que poderá ser destinada aos projetos desportivos de

que trata o *caput* deste artigo, serão fixados os percentuais aplicáveis ao valor do saldo devedor do ICMS apurado pelo contribuinte, tendo esses percentuais uma variação de 0,01% (um centésimo por cento) a 3% (três por cento), de acordo com escalonamento por faixas de saldo devedor anual, não ultrapassando o limite de 0,5% (meio por cento) da arrecadação da parte estadual do ICMS no exercício anterior.

Art. 3º Recursos serão destinados a projetos desportivos que contemplem atividades sociodesportivas educacionais, ao desporto e para desporto, concentradas nas seguintes áreas:

I – área educacional: projetos voltados como disciplina ou atividade extracurricular desportiva no âmbito da educação básica, fundamental, médio e superior, promovendo atividades no contraturno escolar, objetivando o desenvolvimento integral do indivíduo;

II – área de formação desportiva: projetos voltados para a iniciação e desenvolvimento motor geral de crianças e adolescentes por meio da prática de atividades desportivas e físicas orientadas;

III – área de rendimento: projetos que finalizem a formação e iniciem o rendimento desportivo, de forma técnica e metodológica, na área do treinamento desportivo, atendendo equipe e atletas com idade igual ou superior a quatorze anos, vinculadas a entidades de práticas desportivas e objetivando a formação e especialização, inclusive de alto rendimento;

IV – área sociodesportiva: projetos que utilizem o desporto como ferramenta de inserção social, propiciando às pessoas de baixa renda oportunidades para práticas desportivas;

V – área participativa:

a) projetos voltados para a ampla participação de pessoas em eventos desportivos que evitem a seletividade e a hipercompetitividade de seus participantes, atendendo crianças, adolescentes, adultos, idosos, pessoas com deficiências, além

de modalidades e respectivos públicos que sintetizem atividades físicas representativas de valores da nossa identidade cultural;

b) projetos voltados à distribuição gratuita de ingressos para eventos de caráter desportivo e paradesportivo por pessoa jurídica, para integrantes da rede pública de ensino ou a integrantes de comunidade de vulnerabilidade social, devidamente comprovadas na futura prestação de contas;

VI – área de gestão e desenvolvimento desportivo: projetos voltados à capacitação, ao treinamento, aos intercâmbios nacionais e internacionais e às bolsas de treinamento, objetivando atender técnicos, atletas e gestores desportivos buscando desenvolver e aperfeiçoar a gestão sobre a administração, técnicas e equipamentos desportivos;

VII – área de infraestrutura: projetos voltados à construção, a reformas e à adequação de espaços, equipamentos e instalações desportivas, desde que situados em propriedades públicas.

Art. 4º Para fins desta Lei, conceitualmente considera-se:

I – projeto desportivo: conjunto de ações ordenadas e sistematizadas, desenvolvidas por entidades de natureza desportiva;

II – proponente: pessoa jurídica de direito público ou privado com fins não econômicos de natureza desportiva que captará os recursos e fará a gestão do projeto, sendo indelegável sua responsabilidade pela apresentação, execução e prestação de contas;

III – gestor técnico-desportivo: profissional de educação física, inscrito no Conselho Regional de Educação Física, que responderá tecnicamente pela execução do projeto e que será indicado pelo proponente, exceto para projetos inseridos no inciso VII do art. 3º da área de infraestrutura;

IV – patrocinador: pessoa jurídica que aporte recursos oriundos do ICMS para realização de projetos desportivos aprovados pela Comissão Estadual de Incentivo ao Esporte.

Sessão II

Da Composição da Comissão Estadual de Incentivo ao Esporte

Art. 5º São membros da Comissão Estadual de Incentivo ao Esporte (CEIE):

I – um representante da Secretaria do Esporte do Estado do Paraná, indicado pelo respectivo Secretário;

II – um representante da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, indicado pelo respectivo Secretário;

III – um representante do Instituto Paranaense de Ciência do Esporte, indicado pelo respectivo Diretor-Presidente;

IV – um representante dos paratletas indicado pela Associação dos Deficientes Físicos do Paraná – ADEFP;

V – um representante dos Clubes Sociais, indicado pelo Sindicato dos Clubes Esportivos de Cultura Física e Hípica do Estado do Paraná – SINDICLUBES;

VI – um representante do Sindicato das Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional do Paraná – SECRASO-PR;

VII – um representante da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – ALEP-PR, indicado por seu Presidente;

VIII – um representante do Sindicato dos Atletas Profissionais do Paraná – SINDIATLETA;

IX – O Presidente da Comissão de Esportes da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 1º Cada entidade relacionada neste artigo, indicará para cada titular, dois suplentes para sua vaga, que atuarão no caso de impedimentos legais e eventuais dos mesmos.

§ 2º Os membros da Comissão Estadual de Incentivo ao Esporte exercerão mandato de dois anos, prorrogáveis por mais dois anos.

Sessão III

Da Comissão Estadual de Incentivo ao Esporte

Art. 6º A Comissão Estadual de Incentivo ao Esporte terá as seguintes atribuições:

- I – análise do projeto apresentado;
- II – aprovação do projeto;
- III – fiscalização;
- IV – exame e aprovação da prestação de contas.

Parágrafo único. É vedada a apresentação de projetos que prevejam a cobrança de qualquer valor pecuniário aos beneficiários.

Art. 7º É vedada a utilização dos recursos captados em:

- I – palestras e cursos de temas não relacionados diretamente com atividades desportivas;
- II – eventos desportivos cujo título contenha somente o nome do patrocinador;
- III – patrocínios em favor de projetos que beneficiem diretamente pessoa física ou jurídica vinculada ao patrocinador, como o cônjuge, os parentes até terceiro grau, inclusive os afins, e os dependentes do patrocinador;

IV – pagamento de salário a atletas ou remuneração a entidades de administração ou de prática desportiva de qualquer modalidade;

V – despesas de manutenção de equipes profissionais de alto rendimento ou competições profissionais;

VI – aquisições de espaços publicitários em qualquer meio de comunicação.

Parágrafo único. Eventuais receitas e apoios econômicos mensuráveis, que sejam auferidos em razão do projeto a ser incentivado, deverão estar contemplados no orçamento do projeto apresentado.

Art. 8º No âmbito da Secretaria do Esporte do Estado do Paraná fica instituído o Cadastro Geral de Proponentes – CGP, cujos procedimentos de inclusão serão disciplinados por Resolução do Titular da Pasta.

Art. 9º A análise e a aprovação dos projetos desportivos e paradesportivos apresentados deverão utilizar os seguintes critérios:

I – interesse público;

II – atendimento à legislação vigente;

III – qualidade do projeto apresentado e capacidade do proponente para realização do projeto;

IV – compatibilidade e realidade dos custos representados;

V – atendimento às pessoas com deficiência.

§ 1º Quando necessário, a CEIE poderá solicitar ao proponente dados complementares ao projeto.

§ 2º Serão priorizados projetos que:

I – apresentem contrapartida do proponente;

II – apresentem documentação comprobatória assegurando a captação do contribuinte patrocinador ao projeto apresentado;

III – obedeçam às prioridades anuais para aplicação dos recursos de que trata a presente Lei, definidas pelo Poder Executivo;

IV – sejam destinados a comunidades em situação de vulnerabilidade social.

§ 3º Somente poderão ser aprovados projetos em que fique demonstrada:

I – comprovada capacidade técnico-operativa do proponente;

II – o funcionamento do proponente há no mínimo doze meses, na data de cadastramento do projeto.

Art. 10. As reuniões da CEIE serão registradas em atas devendo ser publicado seu conteúdo, com os projetos aprovados, no Diário Oficial do Estado, no prazo de dez dias úteis.

Parágrafo único. Caberão recursos das decisões da CEIE, a serem encaminhados ao Secretário da Pasta.

Art. 11. A Secretaria do Esporte do Estado do Paraná emitirá, com base nas decisões da CEIE, o Certificado de Incentivo ao Desporto, contendo a identificação do proponente, a denominação do projeto e a sua respectiva área de ação desportiva, a data de aprovação e o valor autorizado para captação de recursos.

Seção IV

Incentivo Fiscal

Art. 12. Os recursos financeiros correspondentes ao valor do ICMS destinado pelos contribuintes a projetos desportivos, deverão ser depositados e movimentados em contas correntes bancárias vinculadas a cada um dos projetos aprovados.

§ 1º Para cada projeto deverão ser abertas duas contas correntes bancárias, uma destinada à captação dos recursos e outra à sua movimentação.

§ 2º Somente poderá transferir recursos da conta de captação para a conta de movimentação o proponente que houver captado ao menos 35% (trinta e cinco por cento) do valor solicitado no projeto.

Art. 13. Para abertura de contas correntes bancárias de que trata o art. 12, bem como para receber o depósito inicial, o titular deverá receber autorização escrita da Secretaria do Esporte do Estado do Paraná.

Art. 14. O projeto destinado à obtenção de incentivo fiscal possuirá validade para captação de recursos até cento e oitenta dias após o recebimento do Certificado de Incentivo ao Desporto.

Art. 15. O saldo eventualmente existente em conta corrente bancária, resultante da finalização ou cancelamento do projeto, deverá ser recolhido ou transferido por mecanismo bancário próprio, em benefício do orçamento da Secretaria do Esporte do Estado do Paraná, no prazo máximo de trinta dias contados do respectivo projeto.

Parágrafo único. Caso o proponente deseje transferir o saldo de recursos para conta corrente bancária vinculada a outro projeto já aprovado, deverá solicitar por escrito à Secretaria do Esporte do Estado do Paraná, devendo tal pedido ter a prévia aprovação da empresa patrocinadora e da CEIE.

Art. 16. Os recursos captados serão considerados patrocínios, sendo vedada à empresa patrocinadora, bem como a seus proprietários, sócios ou diretores, cônjuges e parentes em primeiro grau, participação nos direitos patrimoniais ou na receita resultante da veiculação, comercialização ou disponibilização pública do projeto desportivo ou do produto dele resultante, inclusive nos doze meses que antecederem a data de cadastramento do projeto apresentado.

Art. 17. Os projetos apresentados não poderão receber recursos de renúncia fiscal de outras fontes, sob pena de devolução dos recursos.

Art. 18. Cada proponente deverá apresentar até três projetos para análise.

§ 1º O percentual máximo do valor captado para despesas administrativas será de 15% (quinze por cento), calculado sobre o valor básico do projeto e por acréscimo.

§ 2º Poderão ser incluídas nas despesas administrativas àquelas decorrentes do pagamento de encargos sociais e trabalhistas, de recolhimento obrigatório pelo empregador, em conformidade com a planilha de custos apresentada no cadastramento do projeto.

Seção V

Da Prestação de Contas

Art. 19. A prestação de contas dos recursos captados deverá ser entregue pelo proponente à CEIE no prazo de trinta dias após o encerramento da execução do projeto ou do indeferimento da renovação do prazo de captação parcial.

Parágrafo único. Em resolução própria, o titular da Secretaria do Esporte do Estado do Paraná estabelecerá as normas para a prestação de contas.

Art. 20. Após sessenta dias da entrega da prestação de contas, poderá o proponente apresentar novo projeto, desde que não haja pendência na referida prestação de contas, exceto nos casos de projetos continuados.

§ 1º Em relação aos projetos continuados com duração igual ou superior a trezentos e sessenta dias, o proponente deverá prestar contas semestralmente.

§ 2º A não aprovação da prestação de contas impedirá a aprovação de outro projeto do mesmo proponente.

Seção VI

Disposições Gerais

Art. 21. Todas as contratações e aquisições obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, priorizando-se sempre que couber, a modalidade de pregão eletrônico.

Art. 22. Projetos com mesmo objeto, local e destinação não poderão ser apresentados fragmentados ou parcelados por proponentes diferentes.

Art. 23. Proponentes inadimplentes e seus responsáveis, assim declarados por aplicação inadequada dos recursos recebidos, não poderão celebrar qualquer outro ajuste ou receber recursos do Governo do Estado por um período de oito anos.

Art. 24. A Secretaria do Esporte do Estado do Paraná poderá solicitar a contratação, pelo proponente e às expensas deste, de auditoria independente para análise da execução do projeto ou após sua finalização.

Parágrafo único. O proponente poderá reservar 1% (um por cento) das despesas administrativas para esta finalidade.

Art. 25. A aprovação de projetos pela CEIE deverá observar o princípio da não concentração por área e por proponente, do montante de recursos e da quantidade de projetos.

Art. 26. Deverá constar de todo material de divulgação ou indicação dos projetos beneficiados, o logo do Governo do Estado do Paraná, conforme orientação da Secretaria do Esporte do Estado do Paraná.

Art. 27. Fica vedada a concessão do incentivo:

I – a projeto desenvolvido em caráter privado e/ou em que haja comprovada capacidade de atrair investimentos;

II – a proponente inadimplente com a Fazenda Pública Estadual.

Art. 28. A Secretaria do Esporte do Estado do Paraná realizará o acompanhamento e a avaliação dos projetos aprovados, bem como disponibilizará na internet a relação de projetos aprovados, contendo:

I – razão social e CNPJ do proponente;

II – nome do projeto;

III – valor autorizado para captação e valor efetivamente captado;

IV – abrangência geográfica e quantitativos de atendimento do projeto.

Art. 29. Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente Lei no prazo de noventa dias a contar de sua vigência.

Art. 30. Fica revogada a Lei nº 15.264, de 12 de setembro de 2006.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

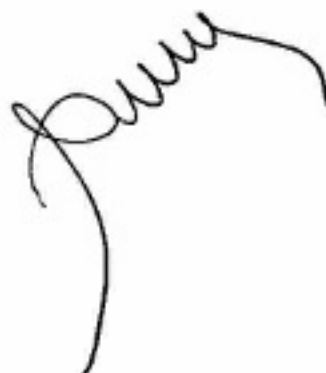
Sala das Sessões, 05 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 446/12

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Diva, com sede no Município de Rio Azul e foro no Município de Rebouças.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Diva, com sede no Município de Rio Azul e foro no Município de Rebouças.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de dezembro de 2012.

Assinatura manuscrita, provavelmente de um membro da comissão ou do relator, consistindo em uma série de traços fluidos e interligados.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi, em uma caligrafia cursiva elegante.
ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

Assinatura manuscrita do relator, com uma parte inicial densa e cruzada.
RELATOR
Assinatura manuscrita adicional, cursiva, localizada abaixo da do relator.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 515/12

Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo do Tenente, com sede no Município de Campo do Tenente e foro no Município de Rio Negro.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo do Tenente, com sede no Município de Campo do Tenente e foro no Município de Rio Negro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de dezembro de 2012.

Assinatura manuscrita, provavelmente de um membro da comissão.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.
ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

Assinatura manuscrita do relator.
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 005/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 06 FEV. 2012

1º Secretário

EMENTA: Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "DIA DO RECONHECIMENTO DO GENOCÍDIO ARMÊNIO", a ser comemorado anualmente na data de 24 de abril.

Art. 1.º - Fica instituído no Estado do Paraná o "DIA DO RECONHECIMENTO DO GENOCÍDIO ARMÊNIO", a ser comemorado anualmente na data de 24 de abril.

Art. 2.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NEY LEPREVOST
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa dar reconhecimento ao Genocídio Armênio.

Durante o Genocídio Armênio, mais de um milhão e meio de civis armênios foram massacrados, decapitados, torturados, violados e desterrados das suas terras ancestrais pelo exército turco otomano.

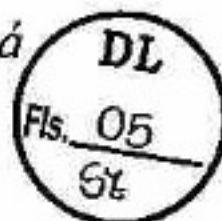
O Genocídio Armênio foi reconhecido oficialmente pelas Nações Unidas, Parlamento do Mercosul, Parlamento Europeu, Conselho de Europa, Conselho Mundial de Igrejas, Associação Internacional de Estudos sobre Genocídios, Tribunal Permanente dos Povos. Também foi reconhecido por numerosos Estados, como Armênia, Argentina, Chile, Uruguai, Venezuela, Alemanha, França, Canadá, Itália, Grécia, Chipre, Eslováquia, Polônia, Líbano, Rússia, Lituânia, Bélgica, Suíça, Holanda, Luxemburgo, Suécia ou o Vaticano.

O reconhecimento do Genocídio Armênio por parte da Assembleia Legislativa do Paraná aliviaria o sofrimento de milhões de armênios espalhados por todo o mundo e permitiria a Turquia ter mais consciência do seu passado.

Ante o exposto, pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 005/2012

Projeto de Lei nº. 005/2012

Autora: Deputado Estadual Ney Leprevost

Súmula: Institui o "Dia do Reconhecimento do Genocídio Armênio", ficando a data incluída no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO ESTADUAL O DIA DO RECONHECIMENTO DO GENOCÍDIO ARMÊNICO. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 216, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 e 190 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

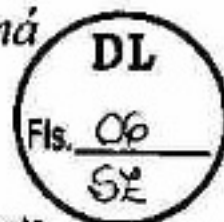
O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, objetiva inserir no Calendário Estadual o "Dia do Reconhecimento do Genocídio Armênio", a ser comemorado, anualmente, na data de 24 de Abril.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

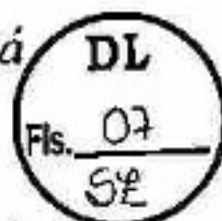
Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (grifo nosso)

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos a manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de Iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

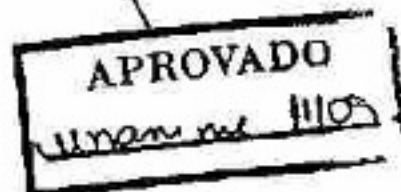
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, de Agosto de 2012.

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Ao Projeto de Lei nº 005/12

Emenda de Plenário nº 01
27 NOV 2012
DAP _____
Visto <i>Claudio J. de</i>

Art. 1º Altera o Projeto de Lei nº 005/12, que passa a ter a seguinte redação:

Súmula: Institui no Estado do Paraná o Dia do Reconhecimento do Genocídio Armênio, a ser comemorado anualmente no dia 24 de abril.

Art. 1º Fica instituído no Estado do Paraná o Dia do Reconhecimento do Genocídio Armênio, a ser comemorado anualmente no dia 24 de abril.

Parágrafo único. A comemoração ora instituída passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2012.

Ney Leprevost
Deputado Estadual

Augustinho Bucci

ANDRÉ LIMA

DOUGLAS FABRÍCIO

SCARAVACA

Ruy Ribeiro

14:26 27/11/2012 007711 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº
005/12

Projeto de Lei nº 005/12

Autor da emenda: Deputado Ney Leprevost.

Súmula: Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "Dia do Reconhecimento do Genocídio Armênio", a ser comemorado anualmente na data de 24 de abril.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 005/12. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Ney Leprevost visa instituir no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "Dia do Reconhecimento do Genocídio Armênio", a ser comemorado anualmente na data de 24 de abril, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Pastor Edson Praczyk.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Substitutiva, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

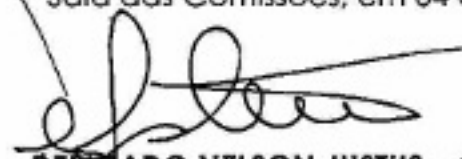


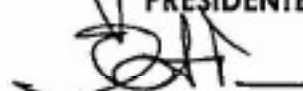
Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices
ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.



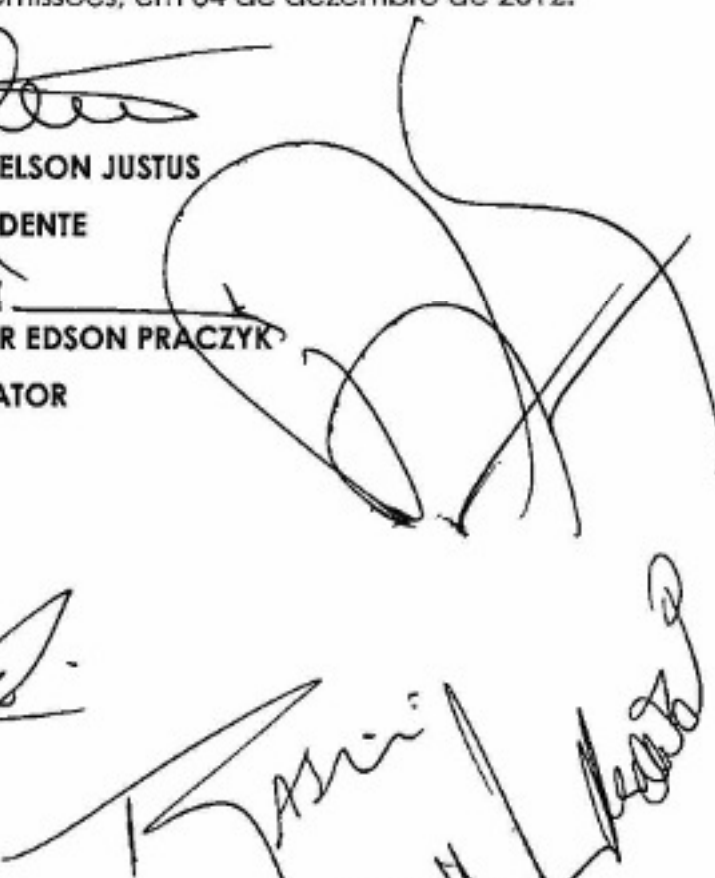
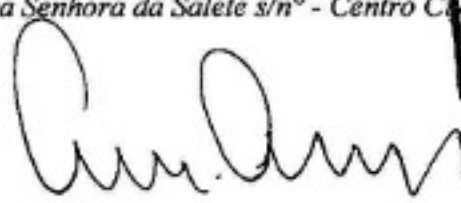
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da
presente Emenda Substitutiva proposta pelo Deputado Ney Leprevost, por
estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica
legislativa.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR





Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete da Deputada Cantora Mara Lima



PROJETO DE LEI 271 /2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 18 JUN. 2012

1º Secretário

SÚMULA

Institui o Dia do Círculo de Oração no Estado do Paraná.

Art. 1º. Fica instituído, no Calendário Oficial do Estado, o dia do Círculo de Oração, a ser comemorado anualmente, no dia 06 de março.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 2012.

CANTORA MARA LIMA
Deputada Estadual

14:52 18/06/2012 003672 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

Foi em 06 de março de 1942, em Recife, que sete mulheres reunidas sob a direção de irmã Albertina Barreto resolveram "circular os céus com orações" para que Jesus curasse a filha da irmã Albertina, e essa obra continua a circular em todo o Brasil.

O Círculo de Oração é um ministério de intercessão composto majoritariamente por mulheres cristãs que acreditam que Deus ouve e responde as orações feitas em nome de Seu filho Jesus.

Hoje este trabalho está oficializado não somente em todas as Assembleias de Deus do Brasil e do mundo, mas transpôs barreiras geográficas e denominacionais, pois muitas outras denominações evangélicas também adotaram o Círculo de Oração.

O objetivo, além de ser uma plataforma de sustentação para a igreja com oração e ajuda espiritual, o Círculo de Oração atua em outras atividades para o reino de Deus: aconselhamentos; visitas a hospitais e lares de enfermos; doações de bíblias; auxílio na área social com arrecadação e distribuição de roupas e alimentos.

Nestes termos, em reconhecimento a este grandioso trabalho desenvolvido pelas igrejas de nosso Estado, será uma justa homenagem a aprovação desta Lei.





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 271/12

Projeto de Lei nº 271/12

Autora: Deputada Cantora Mara Lima

Súmula: Institui o "Dia do Circulo de Oração", ficando a data incluída no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO AO PARANÁ O DIA DO CIRCULO DE ORAÇÃO. CELEBRADO ANUALMENTE NO DIA 06 DE MARÇO.

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 e 190 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, objetiva inserir no Calendário Estadual o dia do "Circulo de Oração", a ser comemorado anualmente, no dia 06 do mês de março.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, em consonância ao disposto no artigo 33,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe a Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




**Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na
forma e nos casos previstos nesta Constituição.
(grifo nosso)**

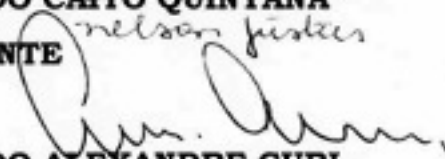
Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2012.


DEPUTADO CAIO QUINTANA
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA - CDHC

PROJETO DE LEI 271/2012

AUTOR: DEPUTADO TADEU VENERI

RELATOR: DEPUTADO WALDYR PUGLIESI

Súmula: Institui o Dia do Círculo de Oração no Estado do Paraná.

Ementa: Instituição Data
Comemorativa Calendário Oficial
Estado Paraná. Aprovação.

Fundamentação:

Trata-se de inclusão de data comemorativa no Calendário Oficial do Estado do Paraná, de caráter religioso.

A proposição já foi apreciada na Comissão de Constituição e Justiça, onde foi aprovada por unanimidade.

Desta forma, inexistindo óbice em nossa legislação e sendo totalmente de acordo com a liberdade de profecia religiosa, **opino pela aprovação pela Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania da proposição n. 271/2012**, para sua regular tramitação nesta Casa.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.

Deputado Tadeu Veneri
Presidente

Deputado Waldyr Pugliesi
Relator

[Assinaturas manuscritas]



EMENDA SUBSTITUTIVA
Ao Projeto de Lei nº 271/12

Emenda de Plenário nº	01
DAP	27 NOV. 2012
Visto	<i>Claudia Jorde</i>

Art. 1º Altera a súmula e o art. 1º do Projeto de Lei nº 271/12, que passam a ter a seguinte redação:

Súmula: Institui no Estado do Paraná o Dia do Círculo de Oração, a ser comemorado anualmente no dia 6 de março.

Art. 1º Fica instituído no Estado do Paraná o Dia do Círculo de Oração, a ser comemorado anualmente no dia 6 de março.

Parágrafo único. A comemoração ora instituída passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2012.


Cantora Mara Lima
Deputada Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 271/12

Projeto de Lei nº 271/12

Autor da emenda: Deputada Cantora Mara Lima.

Súmula: Institui o Dia do Círculo de Oração no Estado do Paraná.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 271/12. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima visa instituir o Dia do Círculo de Oração no Estado do Paraná, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Alexandre Curi.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Substitutiva, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.



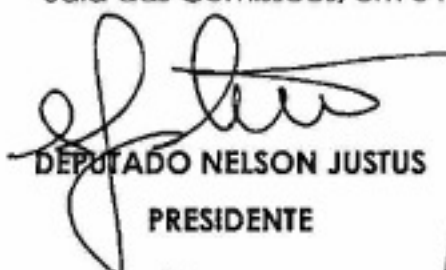
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

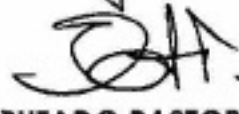



CONCLUSÃO



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva proposta pela Deputada Cantora Mara Lima, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

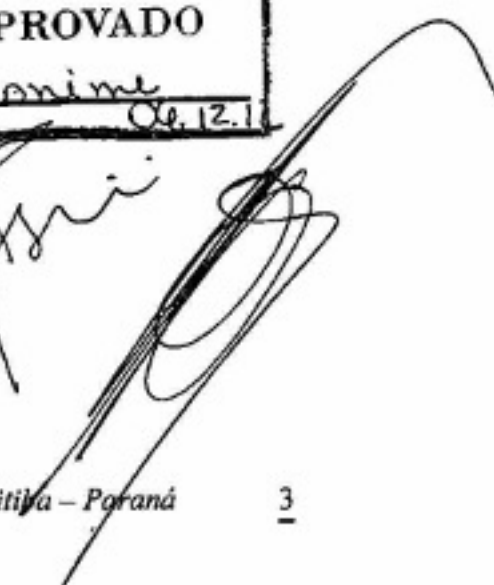
Sala das Comissões, em 04 de Novembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR




APROVADO

unânime

04.12.12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete da Deputada Cantora Mara Lima

DL

F/s. 02

4

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 20 JUN. 2012

1º Secretário

PROJETO DE LEI 282 /2012


SÚMULA

Institui o Dia do Pastor no Estado do Paraná.

Art. 1º. Fica instituído, no Calendário Oficial do Estado, o Dia do Pastor, a ser comemorado anualmente, no segundo domingo do mês de junho.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 2012.


CANTORA MARA LIMA
Deputada Estadual



JUSTIFICATIVA

O Pastor é um Servo do Senhor que foi separado para pregar a Palavra de Deus divulgando a Bíblia Sagrada e chamando a todos para o arrependimento. É um pregador, um profeta, um homem (ou mulher, dependendo da denominação a que pertence) que foi capacitado para anunciar a Segunda Vinda de Jesus.

○ A Bíblia registra no livro do Profeta Isaias: QUEM DEU CRÉDITO À NOSSA PREGAÇÃO? Conquanto Jesus seja o Messias de Deus muitos o rejeitaram e, portanto, ficariam sem a salvação. Por isso a missão do Pastor é anunciar o Evangelho para todos obedecendo a Grande Comissão determinada por Jesus após a sua ressurreição, conforme registro no livro de Mateus: "Portanto, Ide, ensinai a todas as nações, batizando-as em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo".

Estas palavras constituem a Grande Comissão de Cristo a todos os seus seguidores, em todas as gerações. Declaram o alvo, a responsabilidade e a outorga da tarefa missionária da Igreja.

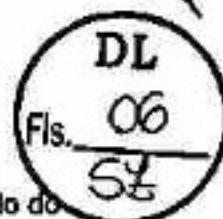
○ Essa é a responsabilidade do Pastor e conduzi-las ao aprisco do Senhor. O verdadeiro Pastor deixa suas ovelhas em lugar seguro, e vai na busca daquela que se perdeu, coloca-a nos ombros e a traz de volta do aprisco.

Espero que o Dia do Pastor seja referendado por este projeto de lei, e, por essa razão pedimos o apoio dos demais pares desta Casa.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 282/12

Projeto de Lei nº 282/2012

Autor: Dep. Cantora Mara Lima

Súmula: Institui o Dia do Pastor no Estado do Paraná

EMENTA: INSTITUI O DIA DO PASTOR NO ESTADO DO PARANÁ. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. INICIATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, ART. 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ARTIGO 24 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. LEI COMPLEMENTAR Nº96/98. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei de iniciativa da Deputada Cantora Mara Lima, objetiva instituir o Dia do Pastor no Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente, no segundo domingo do mês de junho.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

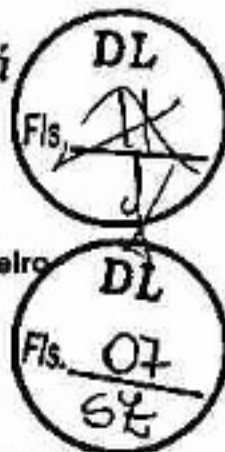
Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro
de 1998 e alterações posteriores.



O art. 24 do Regimento Interno da ALEP e o artigo 65 da Constituição Estadual dispõem que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia, salvo os projetos de lei de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, consoante artigo 66 da Constituição Estadual.

O presente Projeto de Lei não está elencado no rol das iniciativas do Poder Executivo, pelo que, não há o que falar em vício de iniciativa.

Da mesma forma, segundo Informação da Diretoria Legislativa, de fls. 04, não há projeto similar em trâmite na Casa.

Quanto à técnica legislativa, também não vislumbramos óbice, bem como, não há o que falar em aumento de despesas para o Estado, pelo que, o projeto de lei não encontra obstáculo constitucional, legal ou jurídico.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude da **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**.

Curitiba, 10 de julho de 2012

Nelson Justus

Presidente

Hermes Brandão Jr.

Relator

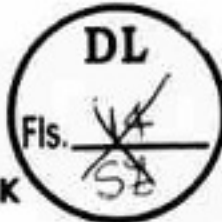
Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Saúde, s/n
Gab. Dep. Hermes Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermesbrandao.com.br

APROVADO



Assembleia Legislativa do Paraná
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 282/12

O Projeto de Lei, em análise, prevê a celebração do dia do Pastor no Estado do Paraná, o qual deverá ser celebrado anualmente, no segundo domingo do mês de junho.

Tal proposição está em consonância com o art. 190 da Constituição Estadual do Paraná, bem como com o artigo 33-U, do Regimento Interno deste Poder Legislativo.

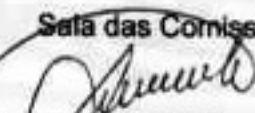
A proposição do projeto ora relatado tem por escopo valorizar os trabalhos realizados pelos pastores, vez que é de sumo apreço a criação de uma data para lembrar do papel tão importante destes homens e mulheres que pregam a palavra de Deus e fazem tão bem a humanidade, sendo de grande regozijo para todos, porque o pastor é um homem chamado por Deus para cumprir uma vocação divina, desta forma convém pensar a relevância em comemorá-la.

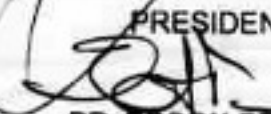
Portanto, entendemos justa e nobre a presente proposição, vez que é meritória a data instituída para fazermos lembrar do trabalho tão devotado e impecável destes servos de Deus.

Diante das considerações do relator, a Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 282/2012, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima.

Isto posto, **opinamos pela aprovação do Projeto.**

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 2012.


TADEU VENERI
PRESIDENTE


PR. EDSON PRACZYK
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury



EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Projeto de Lei nº 282/12

Emenda de Plenário nº	01
27 NOV. 2012	
DAP	
Visto	<i>[Assinatura]</i>


Art. 1º Altera a súmula e o art. 1º do Projeto de Lei nº 282/12, que passam a ter a seguinte redação:

Súmula: Institui no Estado do Paraná o Dia do Pastor, a ser comemorado anualmente no segundo domingo do mês junho.

Art. 1º Fica instituído no Estado do Paraná o Dia do Pastor, a ser comemorado anualmente no segundo domingo do mês de junho.

Parágrafo único. A comemoração ora instituída passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2012.


Cantora Mara Lima
Deputada Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLÊNARIO AO PROJETO DE LEI Nº
282/12

Projeto de Lei nº 282/12

Autor da emenda: Deputada Cantora Mara Lima.

Súmula: Institui o Dia do Pastor no Estado do Paraná.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 282/12. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima visa instituir o Dia do Pastor no Estado do Paraná, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Hermas Brandão Jr.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Substitutiva, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

- I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;
- II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste
Regimento. (grito nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



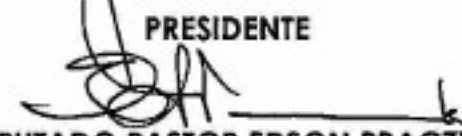
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva proposta pela Deputada Cantora Mara Lima, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.






Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 2012.

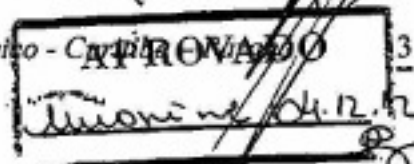

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK

RELATOR






Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba

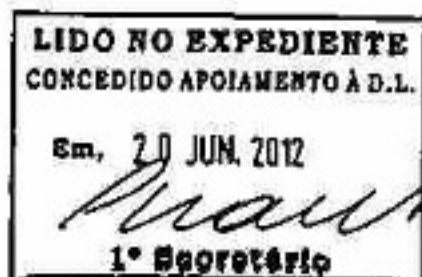




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Curitiba, 20 de Junho de 2012.



PROJETO DE LEI Nº.

283/12

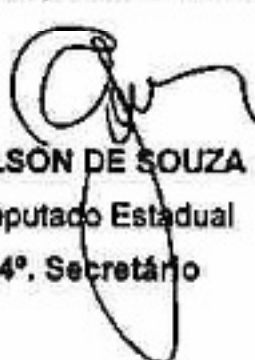
Súmula: Institui o Dia 25 de Março de cada ano como sendo o "Dia do Nascituro" no Estado do Paraná.

Art. 1º. Fica instituído o dia 25 de Março de cada ano como sendo o "Dia do Nascituro" no âmbito territorial do Estado do Paraná.

Art. 2º. Fica determinado a inclusão da data constante no artigo anterior, no calendário Comemorativo do Estado do Paraná.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de Junho de 2012


GILSON DE SOUZA
Deputado Estadual
4º. Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

Data a relevância do tema é patente que a vida começa na concepção, já que, quando da fecundação, um novo ser humano é formado, com características genéticas impares (que determinam, por exemplo, o sexo, a cor dos olhos e dos cabelos, e o tom de pele), o que nos impede de considerá-lo mero prolongamento do corpo materno. Ademais, só o óvulo humano fecundado pode desenvolver um ser humano adulto, o que ocorrerá, com o passar do tempo, através da nutrição.

Ademais, deve-se ter em conta que, sem a VIDA, nenhum outro direito pode ser exercido, e que entende-se por nascituro todo ser humano concebido, mas ainda não nascido.

Assim, neste dia os Poderes Executivo e Legislativo, no âmbito de suas competências, deverão apoiar eventos e projetos ligados à comemoração do "Dia do Nascituro" através de campanhas publicitárias, palestras, seminários e debates acadêmicos e profissionais, dentre outros, podendo buscar a colaboração de entidades que tenham por objetivo a luta pelo direito à vida, em especial à dos nascituros.

As autoridades competentes poderão ainda, incentivar as escolas da rede pública do Município a abordarem, junto ao corpo discente, docente e técnico, bem como aos pais ou responsáveis pelos alunos e à comunidade circunvizinha à escola, o tema "O Direito do Nascituro à Vida" em palestras, trabalhos escolares e atividades similares.

Destarte a respeito do tema, a Constituição da República de 1988, no art. 5º, caput (cláusula pétrea conforme art. 60, §4º, IV), dispõe que:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...). (grifo nosso)

No mesmo passo, a Declaração dos Direitos da Criança determina que toda criança "em decorrência de sua imaturidade física e mental, precisa de proteção e cuidados especiais, inclusive proteção legal apropriada, antes e depois do nascimento". (grifo nosso) Ainda, a Convenção sobre os Direitos da Criança¹ repetiu, em seu preâmbulo, os termos da Declaração suso referida.

No plano infraconstitucional, temos o disposto no Código Civil (Lei nº 10.406/02), art. 2º: "A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro." Não se trata, como podem pensar alguns, apenas de direitos patrimoniais, mas, essencialmente, à vida e à dignidade humana (um dos fundamentos da República – CRFB/88, art. 1º, III).

Ainda, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), no art. 7º, prevê: "A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência." (grifo nosso)

Outrossim, em sendo o nascituro um ser humano, como de fato o é, merece ser respeitado em sua integralidade, cabendo ao Estado e à sociedade promover a constante conscientização do direito à vida (grifo nosso).

¹ A Convenção sobre os Direitos da Criança entrou em vigor internacional em 02 de setembro de 1990, foi aprovada pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 28, de 14 de setembro de 1990; ratificada pelo Governo Brasileiro em 24 de setembro de 1990, entrando em vigor no país em 23 de outubro de 1990; e promulgada pelo então Presidente da República, em 21 de novembro de 1990, através do Decreto nº 99.710, determinando-se que a mesma "será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém".



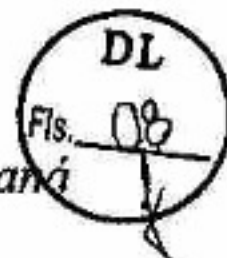
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Por todo o exposto, pedimos o apoio nos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei que ora apresentamos nesta casa.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 283/2012

Projeto de Lei nº. 283/2012

Autor: Deputado Estadual Gilson de Sousa

Súmula: Instituir o dia 25 de Março de cada ano como sendo o Dia do Nascimento no Estado do Paraná.

EMENTA: INSTITUI O DIA 25 DE MARÇO DE CADA ANO COMO SENDO O DIA DO NASCITURO NO ESTADO DO PARANÁ. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DO ESTADO. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 E 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ARTIGO 5º E 196 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LEI COMPLEMENTAR Nº. 95/98. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Gilson de Sousa, tem como objetivo instituir no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "Dia do Nascimento", a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de Março.

FUNDAMENTAÇÃO

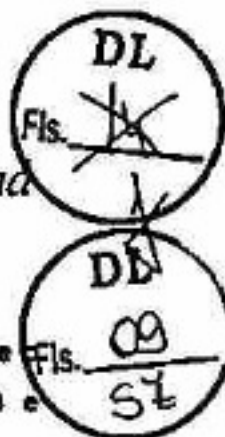
Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



regimental e caráter estrutural em face do que dispõe
Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e
alterações posteriores.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia
Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá
a qualquer membro da Assembléia:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e
ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de
sua tramitação. (grifo nosso)**

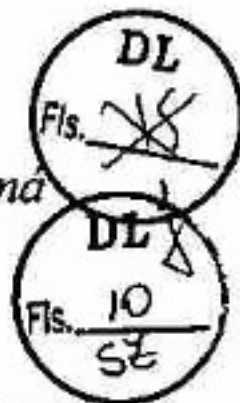
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a
competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do
Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a
iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado
do Paraná, senão vejamos:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias
cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia
Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do
Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos
cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta
Constituição. (grifo nosso)**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Desta forma, considerando-se que a matéria abrangida não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa.

No que tange ao objeto da ora proposição, imperioso ressaltar que, a Constituição Federal, inclui a "vida" como Direito e Garantia Fundamental, consoante se infere no artigo 5º do referido diploma legal, senão vejamos:

Art. 5º Todas são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

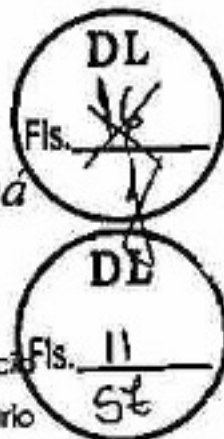
Outrossim, corroborando com a idéia acima descrita, o artigo 196 do referido documento dispõe que:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Igualmente, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº. 95 de 1998, a qual dispõe sobre a elaboração, redação, alteração, consolidação das leis e estabelecimento das normas para a consolidação dos atos normativos.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2012.

DEPUTADO CAIO QUINTANA
PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU ROURA
RELATOR

APROVADO



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 283/2012

O Projeto de Lei n.º 283/2012, de autoria do Deputado Estadual Gilson de Sousa, tem como objetivo instituir no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "Dia do Nascituro", a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de março.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se a esta o presente para análise e parecer.

ANÁLISE DO MÉRITO

Quanto ao mérito o projeto em questão, dada a relevância do tema é patente que a vida começa na concepção, vez que, quando da fecundação, um novo ser humano é formado, com características genéticas próprias. Somente o óvulo humano fecundado pode desenvolver um ser humano adulto, o que ocorrerá, com o passar do tempo.




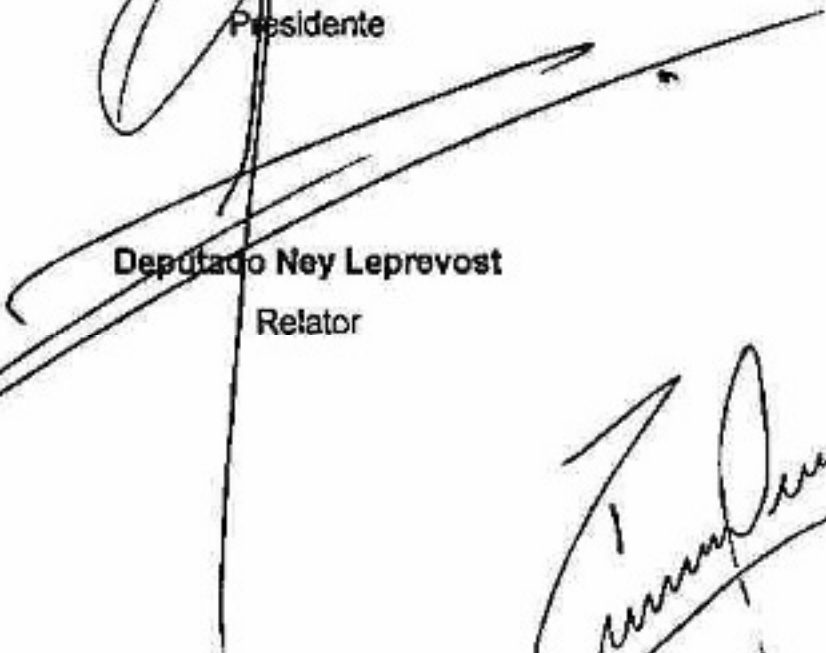
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

CONCLUSÃO

Diante do exposto, chamada esta relatoria a se manifestar, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

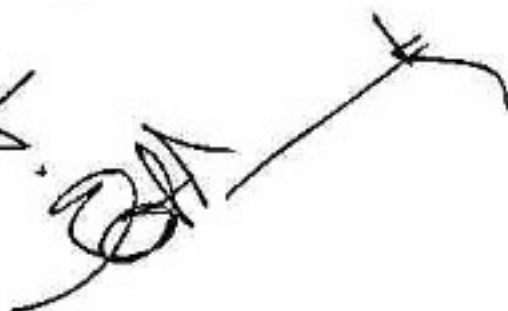
Sala das Comissões, 21 de agosto de 2012.


Deputado Tadeu Veneri
Presidente


Deputado Ney Leprevost
Relator









EMENDA SUBSTITUTIVA
Ao Projeto de Lei nº 283/12

Emenda de Plenário nº <u>01</u>
DAP <u>27 NOV. 2012</u>
Visto <u>Claudio Lust</u>

- Art. 1º Altera a súmula e o art. 1º do Projeto de Lei nº 283/12, que passam a ter a seguinte redação:

Súmula: Institui no Estado do Paraná o Dia do Nascituro, a ser comemorado anualmente no dia 25 de março.

Art. 1º Fica instituído no Estado do Paraná o Dia do Nascituro, a ser comemorado anualmente no dia 25 de março.

Parágrafo único. A comemoração ora instituída passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2012.

14:26 27/11/2012 007712 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Dr. BATISTA

Gilson de Souza
Deputado Estadual

PRANHAES

GILBERTO ALBEIRO

MARIA LIMA

ADELINO RIBEIRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 283/12

Projeto de Lei nº 283/12

Autor da emenda: Deputado Gilson de Souza.

Súmula: Institui o dia de 25 de março de cada ano como sendo o "Dia do Nascituro" no Estado do Paraná.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 283/12. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Gilson de Souza visa instituir o dia 25 de março de cada ano como sendo o "Dia do Nascituro" no Estado do Paraná, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Nereu Moura.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Substitutiva, de autoria do Deputado



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Gilson de Souza. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

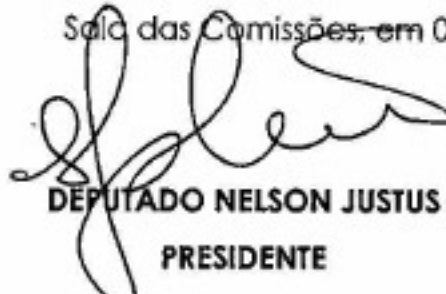



Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices
ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

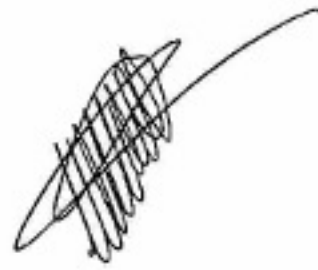
CONCLUSÃO

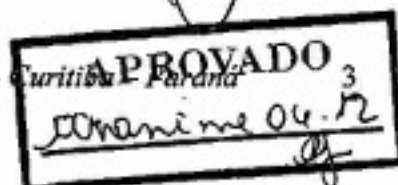
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da
presente Emenda Substitutiva proposta pelo Deputado Gilson de Souza,
por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de
técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº.

408/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 13 AGO. 2012

1º Secretário

SÚMULA: Institui o dia 10 de outubro como
Dia Estadual dos Motoristas Condutores de
Ambulância do Estado do Paraná.

○ Artigo 1º - Fica instituído o "Dia Estadual dos Motoristas Condutores de Ambulância do Estado do Paraná" a ser celebrado, anualmente, em 10 de outubro.

Artigo 2º - O "Dia Estadual dos Motoristas Condutores de Ambulância do Estado do Paraná" ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde e fará parte do calendário anual de realizações da mesma.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

○ Sala das Sessões, 13 de Agosto de 2012.

Luciana Rafagnin
Deputada Estadual - PT

1459 13/08/2012 08:49:52 MP ASSP/LEI LEGISLAÇÃO DO PARANÁ

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora do Salete, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3262-4314 - e-mail: rafagnin@par.gov.br - Site: www.lucianaparl.com



JUSTIFICATIVA

A Política de Saúde Pública no nosso país precisa ser norteadada por programas humanitários e contar com um clima organizacional que valorize o ser humano, sendo assim, a profissão de motorista condutor de ambulância precisa ser reconhecida e respeitada.

Estabelecer o dia do motorista condutor de ambulância em âmbito estadual é motivar uma profissão de extrema relevância para a sociedade, bem como retribuir o que estes profissionais fazem em prol de milhares de pessoas que se encontram em momentos frágeis de suas vidas.

Os condutores de ambulâncias enfrentam diariamente um forte estresse emocional lidando com vítimas de acidentes e sofrimento de familiares dos mesmos. Além dessa homenagem precisam, é claro, de melhores condições de trabalho e maior apoio da sociedade em geral.

Pela importância do trabalho que estes profissionais desempenham é que pedimos o apoio dos nobres parlamentares para aprovação do presente projeto.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 408/2012

Projeto de Lei nº. 408/2012

Autora: Deputado Estadual Luciana Rafagnin

Súmula: Institui o dia 10 de outubro como dia Estadual dos motoristas condutores de ambulância.

EMENTA: INSTITUI O DIA 10 DE OUTUBRO COMO DIA ESTADUAL DOS MOTORISTAS CONDUTORES DE AMBULÂNCIA. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 DA CF ESTADUAL E 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. ARTS 24, IX E 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Luciana Rafagnin, tem por finalidade instituir o dia 10 de outubro como "Dia Estadual dos Motoristas Condutores de Ambulância".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 06
58

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

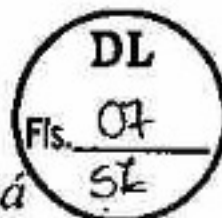
Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a Iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 08
SE

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Quanto à técnica legislativa utilizada na ora preposição, não há óbice pela Lei Complementar 95/98.

Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



CONCLUSÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 09
67

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

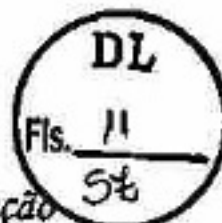

DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR

RELATOR






APROVADO
Maurine MORAES



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 408/2012

Projeto de Lei nº 408/2012
Autor: Deputada Luciana Rafagnin

Súmula: Institui o dia 10 de outubro como dia estadual dos motoristas condutores de ambulância.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 408/12, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin institui o dia 10 de outubro como dia estadual dos motoristas condutores de ambulância, incluindo esta data no calendário oficial de eventos da Secretaria de Estado da Saúde.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 408/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, uma vez que o projeto visa estabelecer o dia do motorista condutor de ambulância no âmbito do Estado do Paraná. Este trabalho tem o intuito de motivar essa profissão de extrema relevância para a sociedade, retribuindo desta forma, o importante papel desempenhado por estes profissionais nos momentos mais delicados da vida, em situações de acidentes, estresse emocional dos familiares e até mesmo o sofrimento de todos os envolvidos. Por este motivo achamos digna essa simples e significativa homenagem.

Cumpra a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33-F do Regimento Interno desta Casa de Leis.

IVALE A CASURATI

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no qual se refere à Competência do Estado, relevamos o Parágrafo Único deste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". [Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná].

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, o fato de prestar essa homenagem, valoriza e reconhece um profissional, dando razões para que os resultados desse trabalho possam aparecer de forma surpreendente e compensatória, pelo bem estar de toda população.

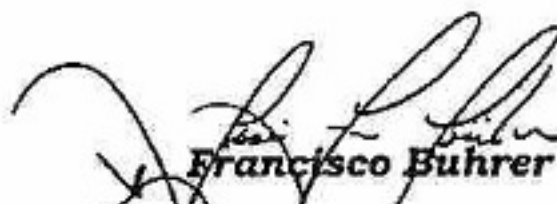
IV - VOTO DO RELATOR

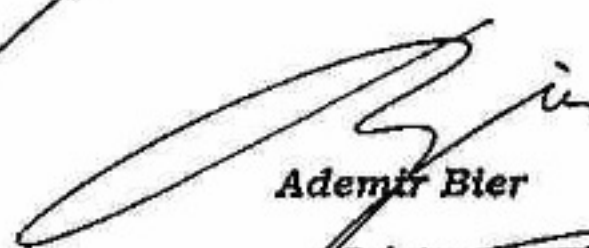
A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, vem diante deste parecer, manifestar-se favoravelmente perante a importância do Projeto de Lei analisado 408/12, destacando os benefícios expostos na matéria ao valorizar o trabalho deste profissional com essa grandiosa e justa homenagem.


Informamos que não encontramos impedimentos para a sua tramitação quanto ao seu mérito analisado, optando desta forma, pelo Parecer Favorável ao Projeto de Lei 408/12, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 18 de setembro de 2012.


Francisco Buhrer
Presidente da Comissão


Ademir Bier
Relator





EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
Ao Projeto de Lei nº 408/12

Emenda de Plenário nº	01
DAP	27 NOV. 2012
Visto	<i>Claudio Suck</i>

Altera o Projeto de Lei nº 408/12, que passa a ter a seguinte redação:

"Súmula: Institui o Dia dos Motoristas Condutores de Ambulância do Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente no dia 10 de outubro.

Art. 1º Fica instituído o Dia dos Motoristas Condutores de Ambulância do Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente no dia 10 de outubro.

Parágrafo único. Os eventos alusivos à data ora instituída ficarão sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde e farão parte do Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação".

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2012.

15:21 27/11/2012 002763 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Aníbal Khury
ANÍBAL KHURY

Luciana Rafagnin
LUCIANA RAFAGNIN
Deputada Estadual

Emílio Verri
EMÍLIO VERRI

Wladimir Kaudsch
WILDIR KAUDSCH

Reoz Lemos
REOZ LEMOS



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 408/12

Projeto de Lei nº 408/12

Autor da emenda: Deputada Luciana Rafagnin.

Súmula: Institui o dia 10 de outubro como Dia Estadual dos Motoristas Condutores de Ambulância.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 408/12. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin visa instituir o Dia dos Motoristas Condutores de Ambulância do Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente no dia 10 de outubro, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Hernas Brandão Jr.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Substitutiva, de autoria da Deputada



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Substitutiva, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

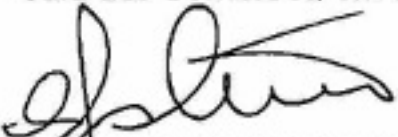



Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices
ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da
presente Emenda Substitutiva proposta pela Deputada Luciana Rafagnin,
por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de
técnica legislativa.

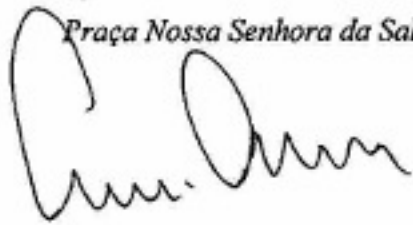
Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR

APROVADO
em nome de 06.12.12

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Kielse



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 27 AGO 2012

1º Secretário

CLEITON KIELSE
Deputado Estadual

PROJETO DE LEI nº 448/12

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Izolina de Lima Gruber de Estudos e Prática Espirituais de Umbanda e Candomblé A.I.L.G, com sede em Curitiba-PR.

Art. 1º - Fica Declarado de Utilidade Pública Estadual Associação de Izolina de Lima Gruber de Estudos e Práticas Espirituais de Umbanda e Candomblé A.I.L.G, com sede em Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 de Agosto de 2012.

CLEITON KIELSE
Deputado Estadual

15443 27/08/2012 08:53:59 MP ASSSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete do Deputado Kleise



JUSTIFICATIVA

Associação de Izolina de Lima Gruber de Estudos e Práticas Espirituais de Umbanda e Candomblé A.I.L.G, com sede em Curitiba-PR, constitui-se na forma de associação civil, sem fins lucrativos, de natureza associativa, tem os seguintes objetivos institucionais:

- 1) Associação de Izolina de Lima Gruber de Estudos e Práticas Espirituais de Umbanda e Candomblé A.I.L.G, tem como objetivo, a promoção filantrópica de estudos religiosos da cultura afro, candomblé, umbanda, parte esotérica e o poder da mente no município de Curitiba e região;
- 2) Promover atividades culturais, escola de iniciativa religiosa, constituir centro de pesquisa, estudos;
- 3) Promover a capacitação aos adolescentes e anciões,
- 4) Promove e contribuir para a formação e desenvolvimento proporcionando lhes uma melhor qualidade de vida;
- 5) Construir centro de pesquisas, estudos, promover e organizar eventos, ajudar asilos e orfanatos;
- 6) Desenvolver atividades destinadas à assistência de pessoas carentes;
- 7) Cursos profissionalizantes, dar assistência sócio-educacional;
- 8) Realizar palestras

Não há dúvida de que o reconhecimento desta Associação como Utilidade Pública Estadual será muito importante para o melhor funcionamento da entidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Kielse



Em face dos argumentos ora lançados, que julgamos de suma relevância para o Município, é que solicito o apoio aos nobres Pares desta Casa Legislativa para aprovação do presente projeto de lei.

Atenciosamente,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 448/2012

Projeto de Lei nº. 448/2012

Autor: Deputado Estadual Cleiton Kielse.

Súmula: *Declara de Utilidade Pública a Associação Izolina de Lima Gruber de Estudos e Práticas Espirituais de Umbanda e Candomblé, com sede e foro nesta capital.*

EMENTA: *DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL*

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Cleiton Kielse, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Associação Izolina de Lima Gruber de Estudos e Práticas Espirituais de Umbanda e Candomblé, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.*

FUNDAMENTAÇÃO

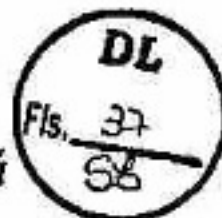
Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente entidade é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a cultura e pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 38
54

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

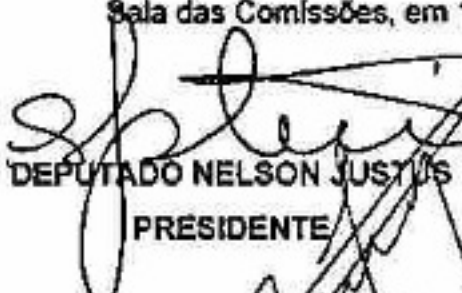
Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

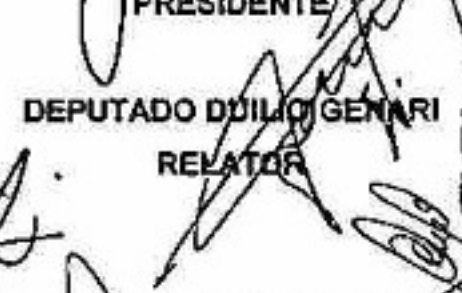
Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.


CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR


APROVADO

unanimos 14/09



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury



EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Projeto de Lei nº 448/12

Emenda de Plenário nº 01

DAP 27 NOV. 2012

Visto *[Assinatura]*

Art. 1º Altera a sumula e o art. 1º do Projeto de Lei nº 448/12, que passam a ter a seguinte redação:

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Izolina de Lima Gruber de Estudos e Práticas Espirituais de Umbanda e Candomblé – A.I.L.G., com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Izolina de Lima Gruber de Estudos e Práticas Espirituais de Umbanda e Candomblé – A.I.L.G., com sede e foro no Município de Curitiba.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2012.

[Assinatura]
CLEITON KIELSE
Deputado Estadual

[Assinatura]
JOÃO S. GUIMARÃES

[Assinatura]
SERGIO MOURA

[Assinatura]
MARCOS GONCALVES

[Assinatura]
LUCIANO

[Assinatura]
LUCIANO PATRICKSON

14:26 27/11/2012 007710 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 448/12

Projeto de Lei nº 448/12

Autor da emenda: Deputado Cleiton Kielse.

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Izolina de Lima Gruber de Estudos e Práticas Espirituais de Umbanda e Candomblé, com sede e foro nesta Capital.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 448/12. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Cleiton Kielse visa declarar de utilidade pública a Associação Izolina de Lima Gruber de Estudos e Práticas Espirituais de Umbanda e Candomblé, com sede e foro nesta Capital, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Duílio Genari.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Substitutiva, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices
ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da
presente Emenda Substitutiva proposta pelo Deputado Cleiton Kiele, por
estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica
legislativa.

Sala das Comissões, em 04 de Novembro de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

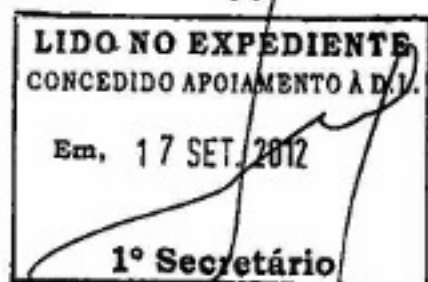
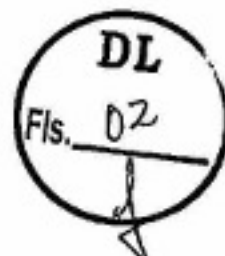
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO
unanimemente 04.12.12



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



PROJETO DE LEI Nº 488 DE 2012

SÚMULA: Institui a Semana de Conscientização contra a Obesidade Infantil no Estado do Paraná.

Art. 1º - Fica instituída a Semana da Conscientização contra a Obesidade Infantil no Estado do Paraná, cuja realização deverá acontecer na primeira semana do mês de julho.

Parágrafo Único - As comemorações referidas no caput deste artigo compreenderão ações de promoção à saúde, prevenção e controle da obesidade infantil.

Art. 2º - A Semana de Conscientização contra a Obesidade Infantil ficará afeta à Secretaria de Estado da Saúde e fará parte do calendário anual de eventos da Pasta.

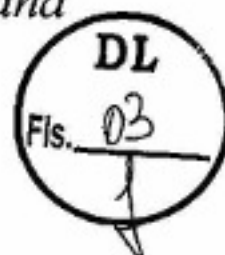
Art. 3º - A Secretaria de Estado da Saúde poderá divulgar ações referentes à Conscientização contra a Obesidade Infantil nos estabelecimentos de ensino da rede pública e privada de Ensino do Estado do Paraná.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2012.

ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual

15426 17/09/2012 08:57:78 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

Este projeto tem como objetivo instituir a Semana de Conscientização contra a Obesidade Infantil no Estado do Paraná.

Segundo estatísticas do Ministério da Saúde, uma em cada três crianças brasileiras, entre cinco e nove anos, encontra-se com sobrepeso, ou seja, com peso acima do recomendado pela Organização Mundial da Saúde. Entre jovens de 10 a 19 anos, este índice saltou de 3,7% em 1970 para 21,7% em 2009, segundo dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, em pesquisa realizada nos anos de 2008 e 2009.

A Semana de Conscientização contra a Obesidade Infantil servirá de base para ações direcionadas à prevenção, através de informações acerca da importância de uma alimentação saudável e de exercícios físicos regulares; de ações de conscientização sobre a necessidade de se manter o controle através de acompanhamento médico, e de ações de promoção, através de constante avaliação das condições de saúde das crianças.

Esta conscientização tem por objetivo evitar o desenvolvimento de obesidade mórbida, doença tão difícil de combater e que é fator de risco para uma série de outras doenças como hipertensão arterial, cardiovascular, diabetes, câncer e outras, gera complicações diversas na saúde dos indivíduos.

O projeto pretende, por meio de instrumento legal, consolidar esta prática educativa, em prol de uma saúde melhor. Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto, como forma de colaboração aos cidadãos paranaenses.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 488/2012



Projeto de Lei nº. 488/2012

Autora: Deputado Estadual Antônio Anibelli Neto

Súmula: INSTITUI A SEMANA DE
CONSCIENTIZAÇÃO CONTRA A OBESIDADE
INFANTIL

EMENTA: INSTITUI A SEMANA DE
CONSCIENTIZAÇÃO CONTRA A OBESIDADE
INFANTIL NO ESTADO DO PARANÁ. INICIATIVA DO
PODER LEGISLATIVO, ARTIGO 65 DA
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E 124 DO REGIMENTO
INTERNO DA ALEP. ARTS 24, XII, E 215 DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGOS 165 E 167 DA
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.
CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Antônio Anibelli Neto, tem por finalidade instituir a Semana de conscientização contra a obesidade infantil, cuja realização deverá acontecer na primeira semana do mês de julho.

A Constituição Estadual do Paraná diz que:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Igualmente neste sentido se manifesta o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, XII, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre a defesa da saúde, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, do mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização das manifestações culturais:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 167, caput, a saúde é de direito de todos e, deve o Estado mediante políticas sociais e econômicas sua promoção, proteção e recuperação.

3.07
S

Art. 167. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

Além disso, o objeto da ora preposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal, conforme se denota:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Quanto à técnica legislativa, não há óbice algum, estando de acordo com a Resolução nº 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.







Sala das Comissões, 09 de outubro de 2012.


Deputado NELSON JUSTUS

Presidente


Deputado CAÍO QUINTANA

Relator







APROVADO

Unanime B.U.H.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 488/2012

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Antonio Anibelli Neto, institui a Semana de Conscientização contra a Obesidade Infantil.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo evitar o desenvolvimento de obesidade mórbida, doença tão difícil de combater e que é fator de risco para uma série de outras doenças como hipertensão arterial, cardiovascular, diabetes, câncer e outras, gerando complicações diversas na saúde dos indivíduos.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 2012.

Dr. Batista
Presidente

Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Kury

Emenda de Plenário nº 01

DAP-27 NOV. 2012

Visto

Handigende

EMENDA MODIFICATIVA

Projeto de Lei nº 488/12

O Art. 1º e seu Parágrafo único, do Projeto de Lei nº 488/12, passam a contar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituída a primeira semana do mês de julho de cada ano como a "Semana da Conscientização contra a Obesidade Infantil".

Parágrafo único. Os eventos realizados com o objetivo referido no *caput* deste artigo compreenderão ações de promoção à saúde, prevenção e controle da obesidade infantil*.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2012,

ANTÔNIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual

14:55 27/11/2012 007723 DP ASSUMING THIS IS THE

SP. 10000

2000

PEDRO LUPION

BUENAS

212



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 488/2012

Projeto de Lei nº 488/12

Autor da emenda: Deputado Anibelli Neto.

Súmula: Institui a Semana de Conscientização contra a Obesidade Infantil.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 488/12. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Anibelli Neto visa instituir a Semana de Conscientização contra a Obesidade Infantil, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Caíto Quintana.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda modificativa, de autoria Deputado Anibelli Neto. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

1 - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando como modificativa quando altera parte ou todo do Projeto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa de Plenário proposta pelo Deputado Anibelli Neto, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 2012.

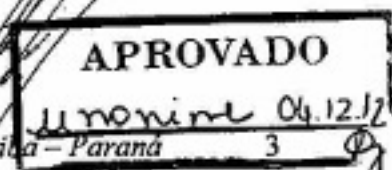
DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK

RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 566/12

Súmula: Institui a Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias do Estado do Paraná, administradas pelo DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

SEÇÃO I

Da Incidência

Art. 1º. A Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias - TFDER é devida pelo exercício regular do poder de polícia do DER-PR relativo à fiscalização e ao controle do uso ou ocupação da faixa de domínio de rodovias sob sua responsabilidade, visando garantir a segurança do trânsito rodoviário, a preservação do meio ambiente e do patrimônio público, nas seguintes hipóteses:

I - ocupação de faixa transversal ou longitudinal ou de área para a instalação de linha ou rede de transmissão ou distribuição de energia elétrica ou de comunicação, inclusive cabo de fibra ótica ou assemelhados, de rede de adução, emissão ou distribuição de água e esgoto, redes de drenagem, de gasoduto, oleoduto, poliduto e tubulações diversas;

II - instalação nas faixas de domínio de dispositivo visual (anúncios) por qualquer meio físico, tal como painéis simples (outdoor), engenhos de publicidade iluminados (back-light, front-light), painéis eletrônicos, placas de indicação do sentido e distância, anúncios em equipamentos auxiliares, tais como cabinas telefônicas, abrigos de parada de ônibus, passarelas, praças de pedágio, instalações operacionais, postos de pesagem, bases de apoio, postos de informações e outros.

§ 1º. O fato gerador da TFDER ocorre:



I - no início do uso ou ocupação para novos empreendimentos;

II - anualmente, no dia 1º de janeiro, relativamente aos exercícios posteriores após o início do uso ou ocupação;

III - O pagamento da TFDER, para empreendimentos implantados, poderá ocorrer do dia 1º de janeiro até o último dia útil do mês de março do ano corrente a que se refere.

§ 2º. A receita proveniente da arrecadação da TFDER fica vinculada ao DER-PR, constituindo receita própria da Autarquia.

SEÇÃO II Das Isenções

Art. 2º - São isentos da TFDER:

I - placas de indicação de sentido e distância com o nome de estabelecimentos comerciais, industriais, prestador de serviços ou produtor rural às margens da rodovia, considerados como atividades auxiliares aos usuários da rodovia;

II - Acessos a propriedades lindeiras às rodovias.

SEÇÃO III Da Base de Cálculo

Art. 3º. A TFDER tem por base de cálculo valores em Unidade Padrão Fiscal do Paraná, consoante cada situação abaixo especificada:

I - ocupação da faixa longitudinal ou transversal - no valor de 110 UPF/PR por quilômetro linear;

II - anúncios 4 UPF/Pr por m² e painel eletrônico 8 UPF/PR.

SEÇÃO IV Dos Contribuintes

Art. 4º. Contribuinte da TFDER é a pessoa física ou jurídica que venha a usar ou ocupar a faixa de domínio de rodovia sob responsabilidade do DER-PR.

Parágrafo único. O contribuinte do TFDER deverá apresentar obrigatoriamente demonstrativo físico das ocupações implantadas, no prazo de até 90 dias após a publicação da presente lei.



SEÇÃO V Da Forma de Pagamento

Art. 5º. A TFDER será recolhida mediante guia de recolhimento padrão do DER-PR, a ser disponibilizada ao contribuinte.

SEÇÃO VI Dos Prazos de Pagamento

Art. 6º. A TFDER será exigida na forma e no prazo estabelecidos em regulamento.

SEÇÃO VII Da Fiscalização

Art. 7º. A fiscalização da TFDER compete ao DER-PR.

SEÇÃO VIII Das Penalidades

Art. 8º. A falta de pagamento da TFDER ou seu pagamento a menor ou intempestivo acarretará, na forma do regulamento, a aplicação de multa de 10% sobre o valor da taxa anual, e será atualizado pela SELIC (Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia), calculada do dia imediatamente posterior ao vencimento da dívida até o dia do efetivo pagamento, ou em havendo auto de infração, da data em que não couber mais recurso administrativo.

Parágrafo único. Sujeita-se a multa de 100% (cem por cento) do valor da taxa devida quem utilizar documento relativo a recolhimento da TFDER com autenticação falsa ou mediante qualquer tipo de fraude.

Seção IX Do Lançamento Tributário

Art. 9º. O Lançamento Tributário da TFDER será de Ofício, por iniciativa do DER-PR, ou por meio de Autolancamento, em procedimento de iniciativa do contribuinte para a constituição do crédito tributário, nos termos do Regulamento.




Seção X
Das Disposições Gerais

Art. 10. A presente Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias contados da sua publicação.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, inclusive a Lei nº 16.755, de 29 de dezembro de 2010.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 12 de novembro de 2012.



CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO

MENSAGEM
Nº 074 /2012

Curitiba, 12 de novembro de 2012



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 13 NOV 2012

Ruy
1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências

Em, 12/11/2012

Horv
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que institui a Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias do Estado do Paraná, administradas pelo DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

A instituição da Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio é necessária para controle do uso por parte dos particulares, unificando os procedimentos que resguardem a segurança dos prestadores de serviço, seus empreendimentos e dos usuários das rodovias.

Atualmente praticamente todos os prestadores de serviço de telefonia, energia, gás, petróleo, água e saneamento, além das empresas de publicidade, utilizam as faixas de domínio das rodovias estaduais. Essa utilização precisa ser organizada e controlada por um órgão público, que no caso, pela legislação estadual, é a Autarquia DER/PR.

Sem controle e organização os empreendimentos correspondentes poderiam sofrer riscos e danos em razão das obras realizadas para sua implementação ao longo da faixa de domínio das rodovias.

Ao mesmo tempo, existe o risco de dano ao meio ambiente, a necessidade de manutenção e ampliação da faixa de domínio, bem como sua utilização racional pelos espaços publicitários, dentro das normas de segurança de tráfego.

O DER/PR já dispõe de um eficiente sistema de controle de uso da faixa de domínio, e já normatizou sua utilização com procedimentos apropriados para garantir segurança aos empreendimentos.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 7.991.798-2



Cada prestador de serviço (telefonia, água e saneamento, gás, petróleo e seus derivados, etc) já tem um espaço definido na faixa de domínio, o que poderá evitar danos em razão das obras realizadas para implantação de outros empreendimentos.


No entanto, grande parte dos prestadores de serviço, especialmente os Estatais, não se submetem a tais normativas, ocasionando grandes transtornos para a Autarquia, porque não há total controle do uso da faixa de domínio. Já ocorreu implantação de empreendimentos novos sem o conhecimento e análise técnica da Autarquia, o que coloca em risco os demais empreendimentos ou novas obras.

Dessa forma, vários outros Estados, a exemplo de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Goiás, já instituíram leis para regulamentar o uso da faixa de domínio, similares à do Paraná, porém há questionamentos no Poder Judiciário quanto a natureza jurídica dessas normas estaduais.

A instituição da Taxa de Fiscalização resolverá a controvérsia acerca da natureza jurídica da cobrança, que deixará de ser INDENIZATÓRIA para tornar-se TRIBUTÁRIA. Não haverá cobrança pelo uso da faixa de domínio, mas pela fiscalização que regulamentará o uso desse bem público.

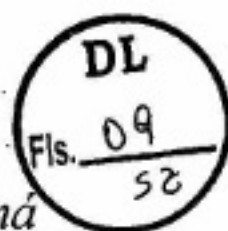
Vale destacar que os prestadores de serviços devem pagar taxas pela fiscalização porque as faixas de domínio são bens públicos que a todos pertencem, mas que não são utilizadas por todos.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 566/2012

Projeto de Lei nº. 566/2012

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 074/12

Súmula: Institui a Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias do Estado do Paraná, administradas pelo DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

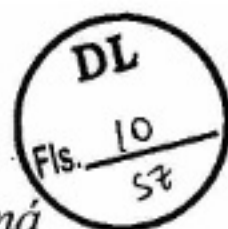
EMENTA: TAXA DE LICENCIAMENTO. USO OU OCUPAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO DAS RODOVIAS DO ESTADO DO PARANÁ ADMINISTRADAS PELO DER – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ARTS. 24, 145 DA CF. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade instituir a Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias do Estado do Paraná, administradas pelo DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

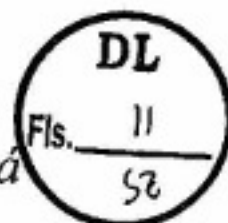
Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

...

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei; uma vez



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



que está realizando uma atribuição a um órgão da administração pública, qual seja, DER – Departamento de Estradas e Rodagem.

Ademais, com relação a instituição da Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias, deve ser observado o art. 24, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Inclusive, a própria Constituição Federal assim determina em seu art. 145, inciso II:

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

(...)

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

Assim sendo, vislumbra-se que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para a propositura do presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Destarte, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


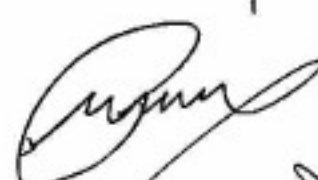



Sala das Comissões, 19 de setembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR






APROVADO

unânime 19.11.12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 566/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 074/12 que institui a Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias do Estado do Paraná, administradas pelo DER- Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida à análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 87, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Já, a Constituição Federal em seu art. 24, inciso I, assegura aos Estados a competência para tratar de assuntos dessa natureza, já o art. 145, inciso II, do mesmo diploma legal, disciplina a instituição de tributos.

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere aos ditames da Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

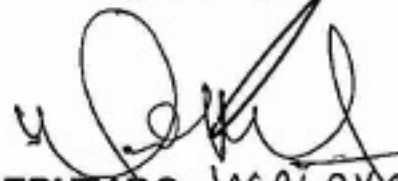
DL
Fls. 18
52

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 20/11/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR PUELESI
RELATOR






PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 566/2012

Projeto de Lei nº 566/2012 – mensagem nº 074/12
Autor: Poder Executivo

Súmula: Institui a taxa de licenciamento para uso ou ocupação da faixa de domínio das rodovias do Estado, administradas pelo Departamento de Estradas em Rodagem do Paraná.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 566/12, de autoria do Poder Executivo institui a taxa de licenciamento para uso ou ocupação da faixa de domínio das rodovias do Estado, administradas pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 566/2012**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto visa controlar o uso da faixa de domínio por parte dos particulares, unificando os procedimentos que resguardem a segurança dos prestadores de serviço, seus empreendimentos e dos usuários das rodovias.

Destacamos a importância de frisar que essa taxa será apenas de fiscalização, para facilitar a normatização e regulamentação do uso das faixas de domínio das rodovias.

Cumpra a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no **Art. 33-F do Regimento Interno desta Casa de Leis**.

III - CONCLUSÕES

O presente projeto de lei que visa instituir a taxa de fiscalização para uso ou ocupação da faixa de domínio das rodovias do Estado, administradas pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná, ganha peso em seu mérito, vindo de encontro à normatização e à segurança nas rodovias.

Desta forma, destacamos a importância de tal proposição, já que Estados como Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Goiás já instituíram leis semelhantes para regulamentação. O **Projeto de Lei 566/12** em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para sua tramitação.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta não encontra óbice para sua tramitação.

Desta forma opto pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 566/2012**, em forma da **EMENDA MODIFICATIVA** anexo apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 21 de Novembro de 2012.


Marcelo Rangel

Presidente da Comissão


Francisco Buhrer

Relator



Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 566/12


Em conformidade com o que preconiza o art. 137, § 4º do Regimento Interno, apresentamos a emenda em tela, a qual visa modificar a redação da súmula e do *caput* do artigo 1º, do Projeto de Lei 566/12, os quais passam a contar com a seguinte redação:

○ **"Súmula:** Institui a *Taxa de Fiscalização* do Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias no Estado do Paraná, administradas pelo DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná."


"Art. 1º. A *Taxa de Fiscalização* do Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias – TFDER é devida pelo exercício regular do poder de polícia do DER-PR relativo à fiscalização e ao controle do uso ou ocupação da faixa de domínio das rodovias sob sua responsabilidade, visando garantir a segurança do trânsito rodoviário, a preservação do meio ambiente e do patrimônio público, nas seguintes hipóteses:"

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.


Sala das Comissões em 21 de Novembro de 2012.

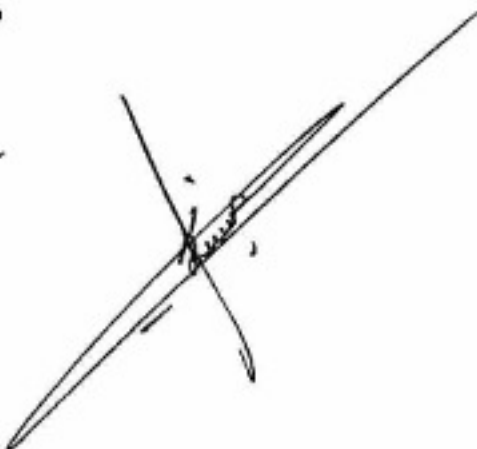
○ 
Marcelo Rangel

Presidente da Comissão


Francisco Buhrer

Relator





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 566/12

Projeto de Lei nº 566/12

Autores da emenda: Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Súmula: Institui a Taxa de Licenciamento para uso ou ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias do Estado do Paraná, administradas pelo DER-Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA VISA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 566/12. ARTS. 29, 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL E LEGAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por finalidade instituir a taxa de licenciamento para uso e ocupação da faixa de domínio das rodovias do Estado do Paraná, administradas pelo DER-Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

Ocorre que, recebeu Emenda Modificativa, de autoria da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Por esta



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Destarte, as Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça





CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa proposta pela Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em ~~26~~²⁷ de Novembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente

DEPUTADO NEREU MOURA
Relator






APROVADO
unanimidade 27/11/12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Deputado Ademar Traiano

Emenda de Plenário nº 01

DAP 04 DEZ. 2012

Visto Claudia




EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 566/12

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, a qual altera a redação do art. 11 do Projeto de Lei nº 566/2012:

Art. 1º. O art. 11 do Projeto de Lei nº 566/2012 passa a contar com a seguinte redação:

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei nº 16.755, de 29 de dezembro de 2010.

Sala das Sessões, 04 de dezembro de 2012.


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
Líder do Governo


ASSEMBLEIA
RASCA
ANÍBAL
TERVO


ASSEMBLEIA


PARANHOS


ANDRÉ BUENO

15:38 04/12/2012 000078 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



EMENDA ADITIVA

Ao Projeto de Lei nº 566/12

Emenda de Plenário nº	02
DAP	04 DEZ. 2012
Visto	<i>Claudio</i>

Inclua-se o inciso III, ao Art. 2º do Projeto de Lei 566/12:

“Art. 2º- ...

I ...

II...

III – as placas de identificação de estabelecimentos comerciais instaladas para uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias, em frente ao estabelecimento”.

Sala das Sessões, 04 de dezembro de 2012.

Fernando Sacanavaca
Deputado Estadual

Jonas Guimarães

AGOSTINHO ZUCCHI

Nelson Liersen

Alma Rodrigues

ANDRÉ BUENO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER ÀS EMENDAS MODIFICATIVA E ADITIVA DE PLÊNARIO AO PROJETO DE LEI Nº 566/12

Projeto de Lei nº 566/12

Autor da emenda: Deputado Ademar Traiano.

Súmula: Altera a redação do art. 11 e acresce inciso III, ao art. 2º do Projeto de Lei nº 566/2012.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR A REDAÇÃO DO ART. 11 E ACRESCE O INCISO III AO ART. 2º DO PROJETO DE LEI 566/12. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA SUBEMENDA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por finalidade instituir a taxa de licenciamento para uso e ocupação da faixa de domínio das rodovias do Estado do Paraná, administradas pelo DER- Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná; sendo que

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

REGIME DE URGÊNCIA



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Estadual Nereu Moura.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu uma Emenda Modificativa de autoria do Deputado Estadual Ademar Traiano. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a referida emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, conforme pode ser devidamente observado:

Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

(grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



No entanto, com o objetivo de proporcionar uma melhor técnica legislativa ao Projeto de Lei ora em tela, propõe-se a seguinte subemenda, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

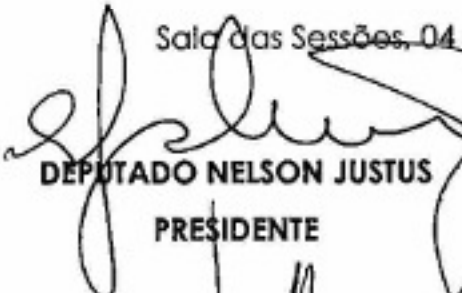
§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

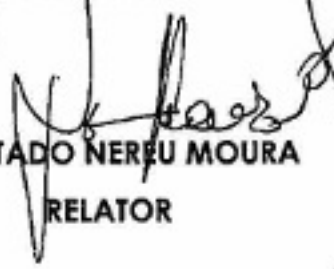
III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)



CONCLUSÃO

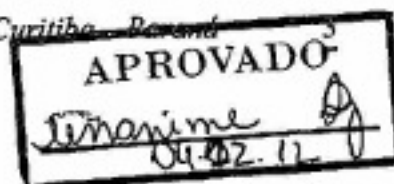
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário nº 01 e pela **APROVAÇÃO** da Emenda Aditiva de Plenário nº 02 na forma da **SUBEMENDA** em anexo.

Sala das Sessões, 04 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



**SUBEMENDA A EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 2 REFERENTE AO PROJETO
DE LEI Nº 566/2012**

De acordo com o que determina o artigo 29 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica modificado o inciso III e acresce o inciso IV ao art. 2º da Emenda Aditiva de Plenário nº 2, passando a contar com a seguinte redação:

Art. 2º ...

I - ...

II - ...

III - as placas de identificação instaladas em frente aos estabelecimentos empresariais com sede às margens das rodovias.

IV - o cultivo agrícola realizado na faixa de domínio das rodovias.

Sala das Sessões, 04 de dezembro de 2012.

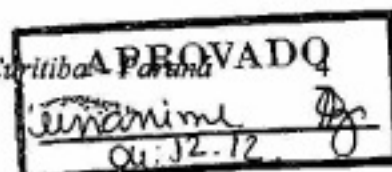
DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 570/12

Súmula: Cria no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM, conforme especifica e adota outras providências.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º. Fica criado, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU, no nível de direção superior, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo.

Art. 2º. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM tem por finalidade possibilitar a participação popular e propor diretrizes de ação governamental voltadas a promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero, assim como exercer a orientação normativa e consultiva sobre os direitos das mulheres no Estado do Paraná.

Art. 3º. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM, possui as seguintes atribuições:

I – promover a política global, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural;

II – avaliar, propor, discutir e participar da formulação e fiscalização de políticas públicas de promoção e proteção dos direitos das mulheres, observada a legislação em vigor, visando a eliminação de preconceitos, a plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural do Estado do Paraná;

III – propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e o controle popular sobre as políticas públicas para a promoção e garantia dos direitos das mulheres, por meio da elaboração do Plano Estadual, programas, projetos e ações, bem como os recursos públicos necessários para tais fins;

IV – acompanhar a elaboração e a avaliação da proposta orçamentária do Estado, indicando à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos as prioridades, propostas e modificações necessárias à consecução da política formulada, bem como para o adequado funcionamento deste Conselho;



V – acompanhar a concessão de auxílios e subvenções a pessoas jurídicas de direito privado atuantes no atendimento às mulheres;

VI – elaborar e apresentar, anualmente, à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e ao Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania, relatório circunstanciado de todas as atividades desenvolvidas pelo Conselho no período, dando ampla divulgação ao mesmo, de forma a prestar contas de suas atividades à sociedade;

VII – propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados à promoção e proteção dos direitos das mulheres;

VIII – oferecer subsídios para a elaboração de legislação atinentes aos interesses das mulheres, bem como se manifestar sobre o mérito de iniciativas legislativas que tenham implicações nos direitos das mulheres;

IX – incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e garantia dos direitos das mulheres;

X – Articular-se com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos das mulheres;

XI – Analisar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias e reclamações de qualquer pessoa ou entidade por desrespeito aos direitos assegurados às mulheres;

XII – pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção e à proteção dos direitos das mulheres;

XIII – promover canais de diálogo com a sociedade civil;

XIV – incentivar a criação e o funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres;

XV – pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre matérias que digam respeito à promoção e à proteção dos direitos das mulheres, que lhe sejam submetidas pelo Departamento de Direitos Humanos – DEDIC, da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos;

XVI – aprovar, de acordo com critérios estabelecidos em seu Regimento Interno, o cadastramento de entidades de proteção ou de atendimento às mulheres que pretendam integrar o Conselho;

XVII – elaborar o Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher -



CEDM e participar da elaboração do Plano Estadual de Políticas Públicas de Direitos das Mulheres em consonância com as conclusões das Conferências Estadual e Nacional e com os Planos e Programas contemplados no Orçamento Público;

XVIII – organizar as Conferências Estaduais de Políticas Públicas para as mulheres.

Parágrafo único. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM poderá estabelecer contato direto com os órgãos do Estado do Paraná, pertencentes à Administração Direta ou Indireta, objetivando o fiel cumprimento das suas atribuições.

Art. 4º. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM será composto por 26 (vinte e seis) membros e respectivos suplentes, dos quais 50% (cinquenta por cento) serão representantes do Poder Público e 50% (cinquenta por cento) serão representantes da sociedade civil organizada.

Art. 5º. A representação do Poder Público será composta da seguinte forma:

I – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, a serem indicados pelo titular da Pasta;

II – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Segurança Pública, preferencialmente lotados na Delegacia da Mulher, a serem indicados pelo titular da Pasta;

III – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Saúde, a serem indicados pelo titular da Pasta;

IV – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Economia Solidária, a serem indicados pelo titular da Pasta;

V – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VI – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VII – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Cultura, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VIII – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, a serem indicados pelo titular da Pasta;

IX – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Educação, a serem indicados pelo titular da Pasta;



X – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado do Esporte, a serem indicados pelo titular da Pasta;

XI - 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a serem indicados pelo titular da Pasta;

XII – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria Especial de Relações com a Comunidade, a serem indicados pelo titular da Pasta;

XIII – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Casa Civil, a serem indicados pelo titular da Pasta.

Art. 6º. A representação da sociedade civil organizada será eleita e composta por 13 (treze) representantes titulares e respectivos suplentes das entidades da sociedade civil organizada, legalmente constituídas e em funcionamento há mais de 02 (dois) anos no âmbito do Estado do Paraná, obrigatoriamente ligadas à promoção e proteção dos direitos das mulheres.

Art. 7º. Serão convidados a participar das reuniões do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM, com direito a voz, sem direito a voto:

I – 01 (um) representante do Poder Judiciário do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

II - 01 (um) representante do Ministério Público do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná;

III - 01 (um) representante da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

IV - 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná;

V - 01 (um) representante da Defensoria Pública do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Defensor Público Geral.

Parágrafo único. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM poderá convidar para participar de suas sessões, com direito a voz, sem direito a voto, representantes de entidades ou órgãos, públicos ou privados, cuja participação seja considerada importante diante da pauta da sessão e pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das



matérias em exame.

Art. 8º. A eleição dos membros representantes da sociedade civil organizada do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM será realizada em Assembleias durante as Conferências Estaduais da Mulher, as quais deverão ser realizadas a cada 02 (dois) anos.

Parágrafo único. O Regimento Interno disporá sobre as normas para habilitação e realização das eleições dos membros oriundos da sociedade civil organizada.

Art. 9º. Caberá aos órgãos públicos a indicação de seus membros efetivos e suplentes, no prazo a ser estabelecido pela Secretaria de Estado responsável pela execução da política de atendimento à mulher.

Art. 10. O não atendimento ao disposto no artigo anterior, quando se tratar de representantes da sociedade civil organizada, implicará na substituição da representante por sua suplente mais votada na ordem de sucessão.

Art. 11. Os membros das organizações da sociedade civil e seus respectivos suplentes não poderão ser destituídos, no período do mandato, salvo por razões que motivem a deliberação da maioria qualificada por 2/3 do Conselho.

Art. 12. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM reunir-se-á ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou a requerimento da maioria de seus membros.

Art. 13. O Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM, em vigor, deverá ser alterado, no prazo de 90 (noventa) dias, para se adequar à presente Lei.

Art. 14. Os membros do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Governador do Estado do Paraná.

Art. 15. Os membros representantes do Poder Público poderão ser reconduzidos para mandato sucessivo, desde que não exceda a 04 (quatro) anos seguidos.

Art. 16. O mandato dos membros do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM será de 2 (dois) anos, permitida 01 (uma) recondução.

Art. 17. O desempenho da função de membro do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM, que não tem qualquer remuneração ou percepção de gratificação, será considerado serviço relevante prestado ao Estado, com seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.

Art. 18. As deliberações do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM,



serão tomadas pela maioria simples, estando presentes a maioria absoluta dos membros do Conselho.

Art. 19. Todas as reuniões do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM, serão sempre abertas à participação de quaisquer interessados.

Art. 20. À Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM compete:

- I - representar o Conselho junto a autoridades, órgãos e entidades;
- II - dirigir as atividades do Conselho;
- III - convocar e presidir as sessões do Conselho;
- IV - proferir o voto de desempate nas decisões do Conselho.

Art. 21. A Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM será substituída em suas faltas e impedimentos pela Vice-Presidente do Conselho, e na ausência simultânea de ambas presidirá o Conselho a sua conselheira mais antiga.

Art. 22. A Presidência do Conselho terá alternância em sua gestão, sendo um mandato presidido por uma representante do Poder Público e o outro por uma representante da sociedade civil organizada.

Art. 23. À Secretária Geral do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM compete:

- I – providenciar a convocação, organizar e secretariar as sessões do Conselho;
- II – elaborar a pauta de matérias a serem submetidas às sessões do Conselho para deliberação;
- III – manter sistema de informação sobre os processos e assuntos de interesse do Conselho;
- IV – organizar e manter a guarda de papéis e documentos do Conselho;
- V – exercer outras funções correlatas aos objetivos do Conselho.

Art. 24. A Presidente, a Vice-Presidente e a Secretária Geral do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM, serão eleitas pela maioria qualificada do Conselho. As eleições gerais estarão dispostas em Regimento Interno.

Art. 25. O Departamento de Direitos Humanos e Cidadania, da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, prestará todo o apoio técnico, administrativo



e de infraestrutura, necessários ao pleno funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM.

Art. 26. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM deverá ser instalado em local destinado pelo Estado, incumbindo à Secretaria do Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU adotar as providências para tanto.

Art. 27. O Poder Executivo do Estado do Paraná arcará com os custos de deslocamento, alimentação e permanência das Conselheiras e seus acompanhantes não residentes em Curitiba e Região Metropolitana, quando necessário e justificadamente, para o exercício de suas funções.

Art. 28. O Poder Executivo do Estado do Paraná poderá, conforme disponibilidade orçamentária, custear as despesas das Conselheiras, representantes da sociedade civil e representantes do poder público, quando necessário e justificadamente, para tornar possível sua presença na Conferência Nacional dos Direitos da Mulher.

Parágrafo único. A previsão do *caput* deste artigo refere-se tanto às Delegadas representantes do Poder Público quanto às Delegadas representantes da sociedade civil organizada.

Art. 29. O Poder Executivo deverá arcar com as despesas de realização e divulgação das Conferências Estaduais dos Direitos da Mulher.

Art. 30. Ficam revogados os arts. 39 ao 46 do Anexo ao Decreto Estadual nº 5.558, de 15 de agosto de 2012.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 12 de novembro de 2012.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências
Em, 12/11/2012
Presidente



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 072 /2012

Curitiba, 12 de novembro de 2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 13 NOV 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva criar, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM, conforme especifica e adota outras providências.

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM tem por finalidade possibilitar a participação popular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, assim como exercer a orientação normativa e consultiva sobre os direitos das mulheres no Estado do Paraná.

A adequação do Conselho Estadual da Mulher no Paraná aos moldes e padrão dos demais Conselhos Estaduais possibilita uma atuação mais dinâmica do referido Conselho, tendo em vista a relevância dos temas discutidos, das ações e atividades realizadas por este órgão.

Ressalte-se que os Conselhos Estaduais do Paraná possuem habitualmente 12 (doze) membros titulares e 12 (doze) membros suplentes, sendo metade dos membros (tanto titulares, quanto suplentes) indicados pelas entidades da sociedade civil organizada e a outra metade indicada pelo Poder Público do Estado, através da nomeação pelo Governador do Estado e com formação paritária.

Diferentemente do padrão adotado pelo Estado do Paraná aos demais Conselhos Estaduais, o Conselho Estadual da Mulher do Paraná atualmente é composto por 32 (trinta e dois) membros, dos quais 12 (doze) membros são representantes do Poder Público, vinculados ao Legislativo Municipal ou Estadual, ao Judiciário, ao Ministério Público, à área da Saúde, Educação, Trabalho, Cultura,

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.420.614-8



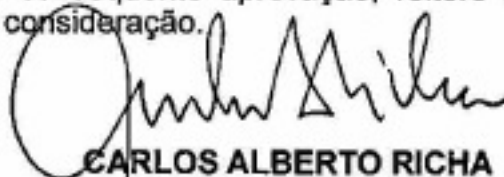
Promoção Social, Criança e Juventude, Meio Ambiente, Justiça, Cidadania, Segurança Pública e outros órgãos executores de políticas públicas para mulheres, de livre escolha do Governador do Estado; 04 (quatro) membros são mulheres com notório conhecimento das questões de gênero e atuação nas áreas escolhidas pelo Governador do Estado; 10 (dez) membros são representantes de entidades que façam parte dos movimentos sociais da área, indicados após consulta prévia e formal; 01 (um) membro é representante de cada Regional que compõe o Estado do Paraná, assim distribuída: Cascavel, Curitiba, Guarapuava, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, ocupantes das Secretarias Municipais da Mulher e/ou mulheres reconhecidamente envolvidas com a causa e indicadas após consulta formal a todos os Municípios que as integram, respeitada a atuação exigida de participação na área afim.

Diante de discrepância entre a composição do Conselho Estadual da Mulher do Paraná e os demais Conselhos Estaduais e a necessidade de paridade em sua formação é que proponho, através do Anteprojeto de Lei em anexo, uma nova composição, mais adequada aos moldes dos demais Conselhos e dinâmica contando com 26 (vinte e quatro) membros, dentre os quais serão 13 (treze) membros titulares e 13 (treze) membros suplentes.

As despesas para custeio e manutenção do referido conselho correrão a conta da dotação orçamentária 4902.14422034.182 – Desenvolvimento de Políticas Públicas de Cidadania e Direitos Humanos, categoria econômica da despesa corrente – 3, Fonte do Tesouro do Estado.

Por último, esclareço que as despesas estão contempladas na proposta orçamentária 2012 da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, aprovadas na Lei Orçamentária nº 17.012/2011, previstas no Plano Plurianual conforme a Lei nº 17.013/2011, não estando, portanto, em desacordo com a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 570/2012

Projeto de Lei nº. 570/2012

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 072/2012

Súmula: Cria no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

EMENTA: CRIA NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 33-A E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTs. 65, 66 e 87 DA CE. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo criar, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM, conforme especifica e adota outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Com relação a iniciativa das Leis, ainda, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Inclusive, deve-se destacar que o referido tema é de competência privativa do Governador do Estado, conforme pode ser observado pelos artigos 66, IV e 87, III da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

[vide ADIN 979-6]

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que correrão a conta da dotação orçamentária 4902.14422034.182 – Desenvolvimento de Políticas Públicas de Cidadania e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 15
52

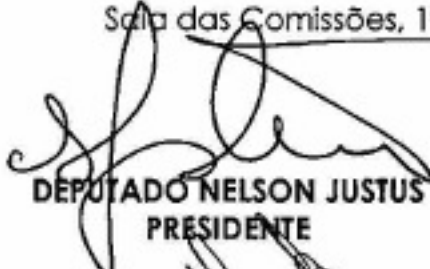
Direitos Humanos, categoria econômica da despesa corrente – 3, Fonte do Tesouro do Estado.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR






APROVADO

Unanime R.J.L.D.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 570/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 072/12 que objetiva criar no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher-CEDM, conforme específica.

Inicialmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável por meio do Deputado Ademar Traiano.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Registre-se que, as despesas para custeio e manutenção do referido Conselho correrão à conta da dotação orçamentária 4902.14422034.182-Desevolvimento de Políticas Públicas de Cidadania e Direitos Humanos, categoria econômica da despesa concorrente-3, Fonte do Tesouro do Estado e que ainda estão contempladas na proposta orçamentária 2012 da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, aprovadas na Lei Orçamentária nº 17.012/2011, previstas no Plano Plurianual conforme a Lei nº 17.013/2011, não estando, portanto, em desacordo com a Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças


DL
Fls. 20
SL

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 87 ressalta que a iniciativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Assim sendo, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 20/11/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO
RELATOR

Emílio Vitti





COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

PROJETO DE LEI N. 570/2012

AUTOR: PODER EXECUTIVO – MENSAGEM N. 072/2012

RELATOR: DEPUTADO WALDYR PUGLIESI

Súmula: Cria no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

EMENTA: CRIAÇÃO CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS DA MULHER. SEJU. ART. 33-U REGIMENTO INTERNO. ART. 219, CONSTITUIÇÃO ESTADO PARANÁ. POSSIBILIDADE APROVAÇÃO. CDHC.

TRAMITAÇÃO:

O Projeto de Lei n. 570/12 – Mensagem Governamental n. 072/2012 – foi protocolada nesta Casa de Leis em 12 de novembro de 2012, e recebeu parecer favorável por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça em 19 de novembro.

Após ciência da Diretoria Legislativa, foi encaminhado à Comissão de Finanças, que em 20 de novembro, emitiu parecer favorável, igualmente por unanimidade à proposição. A Diretoria Legislativa encaminhou para parecer desta CDHC em 22 de novembro de 2012.

Parecer da CDHC:

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa define é de competência da Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania:

Art. 33-U Compete à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania manifesta-se sobre



toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, modificação, extinção ou regulamentação de direitos, individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.

Desta forma, considera-se totalmente pertinente nossa manifestação nesta proposição que visa instituir mecanismo de participação democrática para promoção dos direitos da mulher, através de órgão colegiado de natureza **consultivo e deliberativo**.

A Constituição do Estado do Paraná elenca expressamente a proteção dos direitos da mulher, incentivando a criação de estrutura estatal de participação cidadã, nestes termos:

Art. 219. O Conselho Estadual da Condição Feminina é órgão governamental de assessoramento, instituído por lei, com o objetivo de promover e zelar pelos direitos da mulher, propondo estudos, projetos, programas e iniciativas que visem eliminar a discriminação contra a mulher em todos os aspectos, em integração com os demais órgãos do Governo.

§ 1º. O Conselho Estadual da Condição Feminina terá estrutura administrativa e dotação orçamentária.

§ 2º. O Conselho Estadual da Condição Feminina propugnará pela dignidade da mulher, compreendida como direito à educação, ao trabalho, à saúde, à cultura, à



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

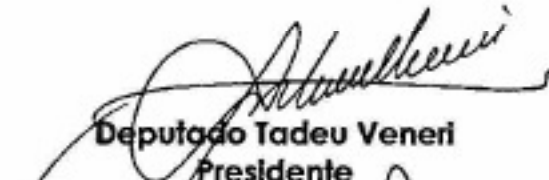


maternidade, à integridade física e moral, sem qualquer discriminação, promovendo-a como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural.

Assim, a criação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM, alocado na estrutura organizacional da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos representa progressiva avanço na institucionalização da política de promoção dos direitos humanos em nosso Estado.

Desta forma, opina-se pela aprovação da proposição n. 570/2011, de autoria do PODER EXECUTIVO – Mensagem n. 72/2012, pela Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, para sua continuidade e regular tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2012.


Deputado Tadeu Veneri
Presidente


Deputado Waldyr Pugliesi
Relator





COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 570/12

SÚMULA: Cria no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM, conforme especifica e adota outras providências.

AUTOR: Poder Executivo – Mensagem n. 072/2012

TRAMITAÇÃO: O Projeto de Lei já recebeu pareceres favoráveis da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), Comissão de Finanças e Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania.

ANÁLISE E PARECER:

Pretende o Governo do Estado com o envio da mensagem, criar, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, *“com a finalidade de possibilitar a participação popular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, assim como exercer a orientação normativa e consultiva sobre os direitos das mulheres no Estado do Paraná”*.

A mensagem corrige discrepâncias entre o número de membros do atual Conselho Estadual da Mulher do Paraná (32 membros) para 26 membros (13 titulares e 13 suplentes) com assento no novo Conselho, aproximando a nova composição à realidade dos demais Conselhos Estaduais.



Chamada a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher a se manifestar, conforme Artigo 33-X do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e reconhecendo como indiscutível o mérito da matéria, que aprimora a normatização do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, possibilitando-lhe atuação mais dinâmica; somos de PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei n. 570/2012 e à continuidade de sua tramitação nesta Casa de Leis.

Sala de Reuniões, em 27 de novembro de 2012.

DEP. CANTORA MARA LIMA
Presidente


DEP. ROSE "LITRO"
Relatora

Aníbal Khury
Relato



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Deputado Ademar Traiano

Emenda de Plenário nº 01

DAP 0,5 DEZ. 2012

Visto

Claudio



EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI N.º 570/12

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 1º e § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa e Supressiva, a qual altera a redação do art. 30 e suprime o art. 31 do Projeto de Lei nº 570/2012:

Art. 1º. O art. 30 do Projeto de Lei nº 570/2012 passa a contar com a seguinte redação:

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Decreto Estadual nº 6.617, de 24 de outubro de 1985; os artigos 9º ao 12 do Anexo do Decreto Estadual nº 700, de 28 de abril de 1995; o Decreto Estadual nº 3.030, de 16 de abril de 1997; o Decreto Estadual nº 604, de 26 de abril de 1999; o Decreto Estadual nº 7.626, de 1º de julho de 2010; e os artigos 39 ao 46 do Anexo do Decreto Estadual nº 5.558, de 15 de agosto de 2012.

Art. 2º. Fica suprimido o art. 31 do Projeto de Lei 570/12.

Sala das Sessões, 04 de dezembro de 2012.

BRUNO BATISTA
DR. BATISTA
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
Líder do Governo
duersen
Evandro
Nara Lima

Scannavacca

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 570/12

Projeto de Lei nº 570/12

Autor da emenda: Deputado Ademar Traiano.

Súmula: Altera a redação do art. 30 e suprime o art. 31 do Projeto de Lei nº 570/2012.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR A REDAÇÃO DO ART. 30 E SUPRIMIR O ART. 31 DO PROJETO DE LEI 570/12. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo criar, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM, conforme especifica e adota outras providências; sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Estadual Ademar Traiano.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu uma Emenda Modificativa e Supressiva de autoria do Deputado Estadual Ademar Traiano. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a referida emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, conforme pode ser devidamente observado:

Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

(...)

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

(grifos nossos)

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da referida Emenda Modificativa e Supressiva proposta pelo Deputado Estadual Ademar Traiano, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Saia das Comissões, em 05 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

Presidente
exercício


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK

RELATOR

PROJETO DE LEI Nº 491/12

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 19 SET. 2012

Ruy
1º Secretário

Súmula: Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o "Dia da Valorização do Militar Estadual Paranaense", a ser comemorado anualmente em 22 de outubro.

Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o "Dia da Valorização do Militar Estadual Paranaense", a ser comemorado anualmente em 22 de outubro.

Parágrafo único Em comemoração ao Dia da Valorização do Militar Estadual Paranaense será realizada homenagem em sessão solene na Assembleia Legislativa, na qual os Militares que se destacaram em suas atividades serão agraciados com Menção Honrosa.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 2012.

Gilberto Ribeiro
Gilberto Ribeiro
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

O objetivo da criação do Dia da Valorização do Militar Paranaense é ressaltar a sua importância em nosso Estado.

A Polícia Militar do Paraná foi criada como uma unidade de caçadores, um tipo de infantaria leve, pela Lei nº 7, de 10 de agosto de 1854, com a denominação de Companhia de Força Policial.

O Corpo de Bombeiros do Paraná é um Comando Intermediário da PMPR, cuja missão consiste na execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, buscas, salvamentos e socorros públicos, no âmbito do Estado do Paraná. A corporação foi criada em 1912, com completa autonomia, nos moldes dos Sapeurs-Pompier da França.

Em 1917 foi realizado um acordo entre o Estado e a União, e as forças militares dos Estados passaram a ser consideradas reserva militar do Exército Nacional, tendo sido o Corpo de Bombeiros anexado à Polícia Militar.

Em 1928 o Corpo de Bombeiros readquiriu a autonomia, mas foi reconvocato nas revoluções de 1930 e 1932, tendo ativa participação nos combates na região litorânea.

Com a promulgação de uma nova Constituição em 1946, a legislação federal passou a permitir que os Corpos de Bombeiros voltassem a ser reintegrados às PMs, o que ocorreu no Paraná em 1948¹, usufruindo, porém, de total autonomia técnica, administrativa e financeira.

Os Militares são profissionais que lidam com a hierarquia, disciplina, civismo, trabalho em equipe, profissionalismo, comprometimento, responsabilidade e solidariedade.

¹ Lei nº 155, 25 de novembro de 1948.

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Deputado Anibal Khury



Através do presente Projeto de Lei pretende-se ressaltar o sentimento de gratidão e solidariedade dos cidadãos paranaenses para com esses profissionais.

Os policiais e bombeiros militares são os verdadeiros guardiões do nosso Estado. Eles exercem funções preponderantes, que ultrapassam as características presentes no policiamento ostensivo-preventivo, reservado-repressivo, salvamento e resgate.

Suas atuações podem ser percebidas no dia a dia dos 399 municípios do Paraná, seja na preservação do Bem, seja em ações que exijam medidas imediatas.

Em muitos casos, o militar é conciliador, delegado, enfermeiro, médico e psicólogo, pois normalmente ele é o primeiro a atender as necessidades de quem o clama.

Diante do acima exposto, pedimos a compreensão e o apoio dos Nobres Pares desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná no que tange à matéria supracitada.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 2012.


Gilberto Ribeiro
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 491/2012

Projeto de Lei nº. 491/2012

Autora: Deputado Estadual Gilberto Ribeiro

Súmula: Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o "Dia da valorização do Militar Estadual Paranaense" a ser comemorado anualmente em 22 de outubro.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO PARANÁ O "DIA DA VALORIZAÇÃO DO MILITAR ESTADUAL PARANAENSE" A SER COMEMORADO ANUALMENTE EM 22 DE OUTUBRO. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART. 65 DA CF ESTADUAL E ART. 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. ARTS 24, IX E 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 139 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Gilberto Ribeiro, possui como finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o "Dia da valorização do militar Estadual Paranaense", a ser comemorado anualmente em 22 de Outubro.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência de o Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, o objeto da ora preposição se amolda à previsão constitucional do Estado inserida entre "Os Princípios Gerais da Ordem Econômica", o qual estabelece em seu artigo 139 a valorização do trabalho, conforme se denota:

Art. 139. A organização da atividade econômica, fundada na valorização do trabalho, na livre iniciativa e na proteção do meio ambiente, tem por objetivo assegurar existência digna a todos, conforme os mandamentos da justiça social e com base nos princípios, estabelecidos na Constituição Federal.

Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Quanto à técnica legislativa utilizada na ora preposição, não há óbice pela Lei Complementar 95/98.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.





Sala das Comissões, 23 de outubro de 2012.



DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR





APROVADO

unanimidade de 12/2




PROJETO DE LEI Nº 520/2012

Súmula: Reconhece o "Festival de Música Gospel – Louvores ao Rei" no Município de Porto Amazonas e dá outras providências.


Art. 1º Fica reconhecido o "Festival de Música Gospel – Louvores ao Rei, do Município de Porto Amazonas, realizado todos os segundos sábados do mês de setembro de cada ano.

Art. 2º O festival de que trata o artigo anterior passará a fazer parte do calendário oficial de eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º A responsabilidade da realização do evento estará a cargo da Igreja Menonita de Porto Amazonas que o fará contando com parcerias e apoios dos órgãos oficiais que se disporem a tal.


Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 2012.


CANTORA MARA LIMA
Deputada Estadual

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 23 OUT 2012


1º Secretário



JUSTIFICATIVA

O "Festival de Música Gospel – Louvores ao Rei" é realizado todos os anos no Município de Porto Amazonas, no segundo domingo do mês de setembro, promovido pela Igreja Menonita de Porto Amazonas. O evento tem reunido nos anos de sua realização milhares de pessoas que se deleitam com as músicas gospel ali apresentadas.

Tem revelado cantores, conjuntos e bandas que apresentam músicas inéditas e atuais, e, ao mesmo tempo tem reunido milhares de fãs da música gospel que vêm assistir tal festival.

A Câmara Municipal de Porto Amazonas aprovou uma proposição que se transformou em Lei Municipal nº 907, de 24 de fevereiro de 2011, retificada pela Lei nº 924, de 28 de setembro de 2011, reconhecendo o festival como incluindo no calendário oficial do Município de Porto Amazonas. A retificação através da Lei 924 muda a data da realização de segundo domingo, para segundos sábados do mês de setembro.

A Lei foi sancionada pelo Prefeito Municipal Miguel Tadeu Sokulski.

O objetivo de nosso Projeto é reconhecer aquele festival e incluí-lo no Calendário Oficial da Secretaria de Estado do Turismo do Estado do Paraná.

Contamos com o apoio dos demais pares desta Casa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 520/2012

Projeto de Lei nº. 520/2012

Autora: Deputada Cantora Mara Lima

Súmula: Reconhece o Festival de Música Gospel "Louvores do Rei" no Município de Porto Amazonas e o insere no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná.

EMENTA: RECONHECE O FESTIVAL DE MÚSICA GOSPEL "LOUVORES DO REI" NO MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS E O INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO PARANÁ. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 DA CF ESTADUAL E 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. ARTS 5º, VI, 24, IX E 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APROVAÇÃO. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Cantora Mara Lima, tem por finalidade reconhecer o Festival de Musica Gospel "Louvores do Rei", no Município de Porto Amazonas e inseri-lo, no Calendário Oficial de eventos do Estado do Paraná, a ser comemorado, anualmente, aos segundos sábados do mês de setembro.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, o objeto da ora proposição se amolda à previsão constitucional, inserido dentro dos Direitos e Garantias Fundamentais, o qual estabelece em seu artigo 5º, VI, o exercício dos cultos religiosos e proteção aos seus locais.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.


Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Quanto à técnica legislativa utilizada na ora preposição, não há óbice pela Lei Complementar 95/98.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, o parecer é **FAVORÁVEL** ao presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.



Sala das Comissões, 26 de novembro de 2012


Nelson Justus



Presidente


Hermas Brandão Junior

Relator



Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salette, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br

APROVADO



04.12.12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2012




GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

PROJETO DE LEI Nº 557/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 NOV 2012


1º Secretário

SÚMULA: Institui o Dia Estadual da Conquista do Voto Feminino no Brasil, no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Art. 1º. Fica instituído o Dia Estadual da Conquista do Voto Feminino no Brasil no Calendário Oficial do Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente no dia 24 de fevereiro.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2012.


PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL

Justificativa em anexo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

PROJETO DE LEI Nº

SÚMULA: Institui o Dia Estadual da Conquista do Voto Feminino no Brasil, no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

JUSTIFICATIVA

A presente propositura visa à criação do **Dia Estadual da Conquista do Voto Feminino no Brasil** a ser comemorado anualmente no dia 24 de fevereiro.

Neste dia, no ano de 1932, a mulher brasileira obteve o direito de votar nas eleições nacionais por meio do Código Eleitoral Provisório. Mesmo assim, a conquista não foi completa. O código permitia apenas que mulheres casadas (com autorização do marido), viúvas e solteiras com renda própria pudessem votar.

As restrições ao pleno exercício do voto feminino só foram eliminadas no Código Eleitoral de 1934. No entanto, o código não tornava obrigatório o voto feminino. Apenas o masculino. O voto feminino, sem restrições, só passou a ser obrigatório em 1946.

O voto feminino no Brasil foi assegurado, após intensa campanha nacional pelo direito das mulheres ao voto. Fruto de uma longa luta, iniciada antes mesmo da Proclamação da República.

A primeira experiência do voto feminino no Brasil aconteceu de fato no Rio Grande do Norte, em 1928, quando Juvenal Lamartine, candidato ao Governo do Estado, incluiu em sua plataforma a luta pelo voto feminino. Ao se elaborar a Lei eleitoral no estado, Juvenal solicitou ao então governador, José Augusto Bezerra, a inclusão da emenda que constou das disposições transitórias:

"Art. 77 - No Rio Grande do Norte, poderão votar e serem votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta Lei".

Aprovada a Lei 660, em 25 de outubro de 1927, o juiz interino, Israel Ferreira Nunes, manda incluir na lista dos eleitores a professora Celina Guimarães Vianna, que se torna a primeira eleitora, não só no Brasil, mas da América do Sul.

Foram muitas as mulheres que lutaram pela conquista do direito ao voto feminino, entre elas: Julia Barbosa, Bertha Lutz, Leolinda Daltro, Celina Vianna, Nathércia da Cunha Silveira, Antonietta de Barros, Almerinda Gama, Jerônima Mesquita, Maria Luisa Bittencourt, Alzira Teixeira Soriano, Carlota Pereira de Queiroz, Josefina Alvares de Azevedo, Carmem Portinho, Elvira Komel, Amélia Bevilacqua, Isabel de Sousa Matos e diversas outras mulheres que participaram de tão importante conquista e devem ser lembradas todos os anos através dessa singela homenagem.

Deste modo, o presente Deputado que vos subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, vem por meio deste solicitar o devido apoio ao presente projeto de lei que institui o "Dia Estadual da Conquista do Voto Feminino no Brasil" no Calendário Oficial do Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente no dia 24 de fevereiro.



PARECER FINAL AO PROJETO DE LEI 557/2012

Projeto de Lei nº. 557/2012

Autora: Deputado Estadual Paranhos

Súmula: Institui o dia Estadual da conquista do voto feminino no Brasil, no calendário Oficial do Estado, a ser comemorado anualmente no dia 24 de Fevereiro.

EMENTA: INSTITUI O DIA ESTADUAL DA CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO BRASIL, NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO, A SER COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 24 DE FEVEREIRO. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART. 65 DA CF ESTADUAL E ART. 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 14, 24, X E 215, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI COMPLEMENTAR 95/98. APROVAÇÃO. PARECER FINAL FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Paranhos, tem por objetivo instituir o "Dia Estadual da conquista do voto feminino no Brasil", no calendário oficial do Estado, a ser comemorado anualmente no dia 24 de fevereiro.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



(grifo nosso)

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a



valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Outrossim, o referido diploma legal, no capítulo que trata *Dos Direitos Políticos*, descreve em seu artigo 14 que **"A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos [...]"**.

Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Quanto à técnica legislativa utilizada na ora preposição, não há óbice pela Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK

RELATOR

APROVADO

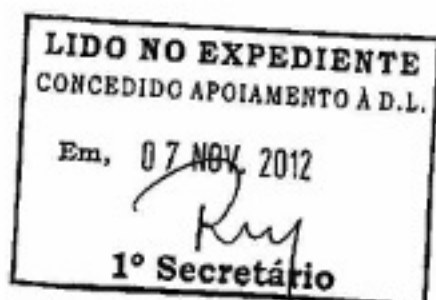
unanimemente
06.12.2007

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22^a ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 558/12



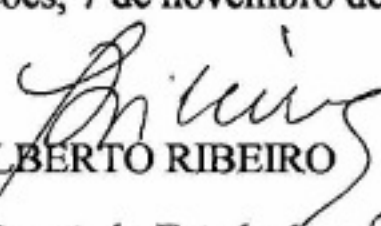
Súmula: Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o dia do Repórter Policial, a ser comemorado anualmente em 31 de outubro.

Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o “Dia do Repórter Policial”, a ser comemorado anualmente em 31 de outubro.

Parágrafo Único: Em comemoração ao Dia do Repórter Policial será realizada homenagem em sessão solene na Assembleia Legislativa, na qual os repórteres em destaque serão agraciados com Menção Honrosa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das sessões, 7 de novembro de 2012


GILBERTO RIBEIRO

Deputado Estadual



Justificativa

Uma função essencial no jornalismo em várias redações de jornalismo diário é a do Repórter Policial.

Trata-se de um repórter que fica de plantão, atento as notícias ligadas a segurança pública. Quando ouvem um fato que pode servir para uma notícia, eles confirmam a informação por telefone com as autoridades responsáveis (ou colegas em outros veículos) e se necessário, deslocam-se para o local.

Diariamente, o repórter policial telefona para todas as delegacias e unidades de polícia para perguntar se há novidades em busca de notícia e essa técnica é conhecida como ronda policial.

Um trabalho de risco principalmente para quem trabalha na parte da noite.

Através do presente projeto de lei, pretende-se ressaltar o sentimento de gratidão e solidariedade dos cidadãos paranaenses para com esses profissionais.

Diante do acima exposto, contamos com a devida aprovação dos nobres pares desta Casa de Leis.

Sala das sessões, 07 de novembro de 2012


GILBERTO RIBEIRO

Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI 558/2012

Projeto de Lei nº. 558/2012

Autora: Deputado Estadual Gilberto Ribeiro

Súmula: Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado, o dia do Repórter Policial, a ser comemorado anualmente em 31 de outubro.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO, O DIA DO REPÓRTER POLICIAL, A SER COMEMORADO ANUALMENTE EM 31 DE OUTUBRO. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART. 65 DA CF ESTADUAL E ART. 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTÁ-LA, ARTS. 24, X E 215, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 190 E 206 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI COMPLEMENTAR 95/98. PARECER FAVORÁVEL.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Gilberto Ribeiro, tem por objetivo inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado, o "Dia do Repórter Policial", a ser comemorado anualmente em 31 de outubro.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, Inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.
(grifo nosso)

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, e 206, estabelecem, respectivamente, que a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais e, que o Estado estimulará a manifestação da informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

Art. 206. O Estado, dando prioridade à cultura regional, estimulará a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, as quais não sofrerão restrição, observados os princípios da Constituição Federal.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.


Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Quanto à técnica legislativa utilizada na ora preposição, não há óbice pela Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 04 de dezembro de 2012


Nelson Justus
Presidente


Hermas Brandão Junior
Relator


APROVADO
Unânime 04.12.12

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 12 NOV. 2012

Ruy
1º Secretário

PROJETO DE LEI 562112

SÚMULA: Insere no Calendário Oficial de eventos turísticos e gastronômicos do Estado do Paraná a "Festa do Pêssego" realizada anualmente no mês de dezembro no Município de Irati.

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos Turísticos e Gastronômicos do Estado do Paraná a "Festa do Pêssego" realizada anualmente no mês de dezembro no Município de Irati.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2012.

Professor Lemos
PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



JUSTIFICATIVA

A "Festa do Pêssego" foi criada para oportunizar a venda dos frutos produzidos na região. Ao longo dos anos outras festas foram sendo agrupadas à Festa do Pêssego, como a festa do Borrego no Rolete, Feira de sabores e Salão de Negócios.

O Borrego no Rolete é um dos pratos típicos da região que começou a ser servido durante o almoço da Festa do Pêssego e hoje, atrai apreciadores de todo o Estado. Com crescimento significativo no Salão de Negócios, são expostos e comercializados desde artesanatos de Irati até produtos de grande porte como maquinários agrícolas.

Na Feira de Sabores os visitantes podem apreciar uma grande variedade de produtos artesanais e colônias, a festa tem como objetivo promover o município no âmbito regional e nacional, além de fomentar o desenvolvimento da economia local e o turismo.

No decorrer dos anos de realização deste evento, houve incremento do turismo local, com grande fluxo de pessoas, já que atrai pessoas de outras regiões do Estado do Paraná e Santa Catarina. Com isso são valorizados também outros atrativos turísticos do município como a Colina Nossa Senhora das Graças, que possui a maior imagem da Santa existente no mundo.

Com a festa, os fruticultores tem seus produtos valorizados, estimulando-os no aumento da qualidade e produção.


Um dos fatores principais para a realização do evento no município é a divulgação do potencial turístico de Irati, focando o turismo de negócios empresarial, religioso, cultural e eventos paralelos como dança folclórica musica, fomentando assim o desenvolvimento do turismo e economia local.

A festa do Pêssego atrai novos investimentos para a indústria, comércio e agropecuária, provenientes da região e de outros estados, através da divulgação da região. No evento são estimuladas as formações de parcerias, possibilitando a integração entre micro, pequena média e grande empresa.

O evento contou na sua última edição (2011) com a participação de 16 produtores de pêssego que comercializaram cerca de 14 Toneladas da fruta. Na Feira de Sabores 18 empreendedores comercializaram uma variedade de 140 produtos. No Salão de Negócios contou com a presença de 35 empresas locais e regionais.

Pela importância cultural da "Festa do Pêssego" é que propusemos o Projeto de Lei em tela no sentido de inseri-la no Calendário Oficial de Eventos Turísticos e Gastronômicos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2012.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 562/2012

Projeto de Lei nº. 562/2012

Autora: Deputado Estadual Professor Lemos

Súmula: Insere no Calendário Oficial de eventos Turísticos e Gastronômicos do Estado a "Festa do Pêssego", realizada anualmente no mês de dezembro, no município de Irati.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS TURÍSTICOS E GASTRONÔMICOS DO ESTADO A "FESTA DO PÊSSEGO", REALIZADA ANUALMENTE NO MÊS DE DEZEMBRO, NO MUNICÍPIO DE IRATI. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART. 65 DA CF ESTADUAL E ART. 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI COMPLEMENTAR 95/98 QUE DISPOE SOBRE TÉCNICA LEGISLATIVA. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Professor Lemos, tem por objetivo inserir no Calendário Oficial de Eventos Turísticos e Gastronômicos do Estado a "Festa do Pêssego", realizada anualmente no mês de dezembro, no município de Irati.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

(...)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Quanto à técnica legislativa utilizada na ora preposição, não há óbice pela Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 04 de dezembro de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO TADEU VENERI

RELATOR

APROVADO

unanimidade 04.12.12



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 585/12

Súmula: Cria a entidade autárquica denominada PARANÁ EDIFICAÇÕES, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, conforme específica, e adota outras providências.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Fica criada a PARANÁ EDIFICAÇÕES, entidade autárquica, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receita próprios, autonomia administrativa, técnica e financeira, integrante da Administração Indireta do Estado, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987.

§ 1º A PARANÁ EDIFICAÇÕES terá sede e foro na cidade de Curitiba e atuação no território do Estado do Paraná.

§ 2º A PARANÁ EDIFICAÇÕES gozará dos privilégios e das isenções próprias da Fazenda Pública do Estado e de imunidade de impostos sobre seu patrimônio, receitas e serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

Art. 2º A PARANÁ EDIFICAÇÕES tem por finalidade o planejamento, a coordenação e a execução, centrada no desenvolvimento sustentável, de projetos, obras e serviços de engenharia de edificações, de interesse da administração direta e autárquica, a partir de diretrizes da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.

Art. 3º Para a consecução de seus objetivos, compete à PARANÁ EDIFICAÇÕES:

I – a realização e o apoio na elaboração de estudos de viabilidade e termos de referência, bem como de licitação e contratação de projetos, obras e serviços de engenharia da administração direta e autárquica do Estado do Paraná;

II – a fiscalização, o monitoramento e o recebimento de projetos, obras e serviços de engenharia da administração direta e autárquica do Estado do Paraná;

III – a definição de parâmetros aceitáveis, com base nas diretrizes da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, para a composição de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI -, de modo a determinar os preços máximos dos projetos, obras e



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

serviços de engenharia dos órgãos da administração direta e autárquica do Estado do Paraná;

IV – a elaboração e a aprovação, em conjunto com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, da composição dos encargos sociais incidentes sobre a mão de obra utilizada nos preços unitários da Tabela de Preços de obras e serviços de engenharia, a serem executados pelos órgãos da administração direta e autárquica;

V – a produção, a manutenção e a atualização, conforme diretrizes da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, da Tabela de Custos de Obras de Edificações, a partir do levantamento de preços de materiais e salários pagos na construção civil;

VI – a manutenção de registros cadastrais e de sistemas de informações de pessoas físicas ou jurídicas, devidamente registradas nos respectivos Conselhos Profissionais, para efeito de habilitação em licitações públicas;

VII – a expedição, para as empresas que satisfaçam os requisitos da legislação específica, de atestados de cumprimento dos contratos de obras e serviços de engenharia, após aprovação dos respectivos pedidos pelos órgãos competentes;

VIII – o credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, cujas atividades contemplem técnicas de engenharia ou arquitetura, para a realização de serviços profissionais aos órgãos da administração direta e autárquica;

IX – o fornecimento, à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, de informações e dados que subsidiem a formulação dos planos estaduais de obras de edificações;

X – a participação em negociações de empréstimos, com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, para financiamento de programas, projetos e obras de sua competência, sob a orientação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e coordenação da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral;

XI – a realização de programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, na área de sua competência com o propósito de promover a cooperação técnica com entidades públicas e privadas;

XII – a assinatura de convênios, acordos, contratos e demais instrumentos legais, no exercício de suas atribuições;

XIII – a prestação, mediante delegação, convênios ou contratos, de serviços técnicos especializados à União, Distrito Federal, Estados, Territórios e Municípios, com a interveniência da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística;



XIV – o gerenciamento, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou de cooperação, de programas de obras e serviços de engenharia;

XV – a aquisição e a alienação de bens, adotando os procedimentos legais cabíveis para efetuar sua incorporação e desincorporação, atendida a legislação vigente;

XVI – a elaboração de seu orçamento e sua execução financeira;

XVII – a administração de pessoal, patrimônio, material e serviços gerais;

XVIII - a celebração, nas condições que estabelecer, de termos de ajuste de conduta e a fiscalização de seu cumprimento;

XIX – a inscrição de seus créditos em dívida ativa e a sua cobrança judicial;

XX – a cobrança de multa administrativa;

XXI – a execução de outras atividades correlatas.

Art. 4º Na contratação de programas, projetos, obras e serviços de engenharia a PARANÁ EDIFICAÇÕES deverá zelar pelo cumprimento das normas de concorrência, fazendo com que os procedimentos de divulgação de editais, julgamento das licitações e celebração dos contratos se processem em fiel obediência aos preceitos da legislação vigente, revelando transparência e fomentando a competição, em defesa do interesse público.

Parágrafo único. A PARANÁ EDIFICAÇÕES fiscalizará o cumprimento das condições contratuais, quanto às especificações técnicas, preços, reajustamentos, prazos e cronogramas, para o controle da qualidade, dos custos e do retorno econômico dos investimentos, respeitadas as questões ambientais, sociais e culturais.

Art. 5º O patrimônio da PARANÁ EDIFICAÇÕES é constituído por:

I - bens e direitos, instalações e equipamentos que lhe forem destinados pelo Governo do Estado e dos que venha a adquirir ou incorporar;

II - doações e legados, de pessoas físicas e jurídicas, nacionais e internacionais;

III - outros bens e direitos não expressamente referidos, vinculados ao exercício de suas atividades.

§ 1º O patrimônio da PARANÁ EDIFICAÇÕES será empregado exclusivamente na consecução de suas finalidades.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 2º No caso de extinção da PARANÁ EDIFICAÇÕES, seus bens, direitos e acervo técnico-científico passarão a integrar o patrimônio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística ou da entidade que a suceder.

Art. 6º Constituem receitas da PARANÁ EDIFICAÇÕES:

I - os créditos orçamentários que lhe forem consignados nos orçamentos do Estado, da União e dos Municípios ;

II - os auxílios, doações, legados, subvenções federais, municipais e contribuições de pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, nacionais e estrangeiras;

III - os recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos celebrados com pessoas de direito público ou privado, nos termos da legislação vigente;

IV - as rendas patrimoniais, operações financeiras, juros e dividendos;

V - os saldos de exercícios encerrados;

VI - os recursos oriundos da exploração e alienação de seus bens patrimoniais;

VII - os créditos da cobrança judicial de sua dívida ativa;

VIII - as receitas provenientes do exercício do poder de polícia administrativa;

IX - outras rendas de qualquer natureza.

Art. 7º A PARANÁ EDIFICAÇÕES será administrada por:

I - Conselho de Administração;

II - Diretoria.

§ 1º O Conselho de Administração será composto de 05 (cinco) membros, não remunerados pelo exercício da função de conselheiro.

§ 2º O Conselho de Administração é presidido pelo Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, cabendo ao Diretor Geral da PARANÁ EDIFICAÇÕES o exercício das funções de Secretário Executivo.

§ 3º A Diretoria compõe-se de 01 (um) Diretor Geral e 03 (três) Diretores .

Art. 8º O regulamento e a estrutura básica da autarquia PARANÁ EDIFICAÇÕES, serão estabelecidos por Decreto, atendidas as disposições da Lei nº. 8.485, de 03



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

de junho de 1987, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, contados da publicação desta lei.

Art. 9º Ficam criados na PARANÁ EDIFICAÇÕES os seguintes cargos de provimento em comissão:

- I - 01 (um) cargo de Diretor Geral, símbolo DAS-1;
- II - 03 (três) cargos de Diretor, símbolo DAS-2;
- III - 01 (um) cargo de Chefe do Núcleo de Articulação Regional, símbolo DAS-3;
- IV - 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5;
- V - 09 (nove) cargos de Gerente, símbolo DAS-5.
- VI - 04 (quatro) cargos de Assessor, símbolo DAS-5;
- VII - 05 (cinco) cargos de Gerente de Escritório Regional, símbolo DAS-5;
- VIII - 08 (oito) cargos de Assistente, símbolo 1C;
- IX - 04 (quatro) cargos de Assistente, símbolo 2C.

Art. 10. Ficam transferidos, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística à PARANÁ EDIFICAÇÕES, 09 (nove) cargos de provimento em comissão de Chefe de Escritório Regional, símbolo DAS-5, ficando alterada a denominação para Gerente de Escritório Regional e mantida a mesma simbologia.

Art. 11. O Poder Executivo é autorizado a abrir créditos adicionais, até o limite necessário para implementar a presente Lei, em conformidade com a Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 12. Os contratos, acordos, convênios, termos de ajuste e outros compromissos de natureza jurídica referentes às obras e serviços de engenharia na área de edificações que se encontram em execução pelo Departamento de Estradas de Rodagem terão seus direitos e obrigações transferidos e sua continuidade sob a responsabilidade da PARANÁ EDIFICAÇÕES.

Art. 13. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a excepcionalizar, por ato próprio, os órgãos da administração direta e autárquica interessados em realizar o planejamento, projeto, coordenação e execução das próprias obras e serviços de engenharia, sem a participação da PARANÁ EDIFICAÇÕES, a partir de diretrizes dadas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.

Art. 14. Fica a cargo da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência -
Palácio Iguazu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br



SEAP - os procedimentos de readequação e os ajustes administrativos necessários, decorrentes dos dispositivos desta Lei, no que se refere à movimentação de servidores e carga patrimonial.

Art. 15. Caberá ao Poder Executivo do Estado, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL -, a elaboração dos atos de reformulação e implantação das alterações organizacionais e orçamentárias da Autarquia e demais órgãos, necessários à implementação dos dispositivos desta Lei.

Art. 16. O inc. I do art. 5º da Lei nº 16.841, de 28 de junho de 2011, passa a seguinte redação:

"Art. 5º.

I - ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER-, a operação das vias , a execução de obras rodoviárias e a manutenção das rodovias";

Art. 17. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do exercício de 2013.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 22 de novembro de 2012.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa




Of. 389/12- GP- SGP

Curitiba, 22 de novembro de 2012


Senhor Governador,

A propósito da Mensagem nº 076/2012, encaminhada por Vossa Excelência no dia 22 deste mês, com o objetivo de ver aprovada a criação da entidade autárquica denominada PARANÁ EDIFICAÇÕES, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, venho informar que a mesma não se fez acompanhar das informações preliminares necessárias a sua apreciação, previstas no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

No aguardo de manifestação de Vossa Excelência, renovo os meus respeitosos cumprimentos.


Valdir Luiz Rossoni
Presidente

CÓPIA


26/11/2012

Excelentíssimo Senhor
CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado do Paraná
Nesta Capital



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

n1708

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 665 /2012

INTERESSADO: Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL.

ASSUNTO: Solicita autorização para a criação da autarquia estadual Paraná Edificações, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL.

PROTOCOLO: nº 07.971.707-0

Em atenção ao protocolado temos a informar que:

I - A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL, solicita autorização para a criação da autarquia estadual Paraná Edificações, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL, conforme a minuta de anteprojeto de lei, às fls. 04-09, do presente protocolado.

II - Efetuadas as alterações sugeridas no art.11, da referida minuta de anteprojeto de lei, às fls. 08, estabelecendo a abertura de créditos adicionais até o limite de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) previstos para o ano de 2012, sugerimos que o presente protocolo siga os trâmites necessários para o pleito solicitado.

III - Ressalte-se, porém, que o volume de recursos disponibilizados na abertura dos créditos adicionais, no presente exercício, serão proporcionais aos meses de funcionamento da referida autarquia neste ano, após a aprovação do projeto de lei e sanção governamental.

É a informação.

Curitiba, em 16 de julho de 2012


CAIO CESAR ZERBATO
Agente Profissional - Economista


De acordo, 16/07/2012.

Encaminhe-se à Coordenadora da COP/SEPL


ANTONIO CARLOS DE ANDRADE
Chefe da Divisão de Economia e Infraestrutura

Visto, 16/07/2012.

Encaminhe-se à DG/SEPL


ELIZABETH CRISTINA DE AZEVEDO
Coordenadora da COP/SEPL




26/11/12
Lydia Mohtani
Secretaria Geral da Presidência

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO INICIAL COM OS DEVIDOS AJUSTES PARA INCLUSÃO AO PROCESSO Nº 07.971.707-0

PARANÁ EDIFICAÇÕES – QUADRO RESUMO CUSTOS OPERACIONAIS – 2013

	JANEIRO/MARÇO	ABRIL/JUNHO	JULHO/SETEMBRO	OUTUBRO/DEZEMBRO	TOTAL
PESSOAL	R\$ 1.561.936,26	R\$ 1.561.936,26	R\$ 1.561.936,26	R\$ 1.561.936,26	R\$ 6.247.745,04
	R\$ 210.979,80	R\$ 210.979,80	R\$ 210.979,80	R\$ 210.979,80	R\$ 843.919,20
	R\$ 0,00	R\$ 956.895,30	R\$ 956.895,30	R\$ 956.895,30	R\$ 2.870.685,90
	R\$ 0,00	R\$ 783.725,65	R\$ 783.725,65	R\$ 783.725,65	R\$ 2.351.176,95
CUSTEIO	R\$ 787.862,02	R\$ 787.862,02	R\$ 787.862,02	R\$ 787.862,02	R\$ 3.151.448,08
INVESTIMENTOS	R\$ 0,00	R\$ 4.464.728,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.464.728,00

VALORES TRANSFERIDOS DER (PESSOAL)	R\$ 1.772.916,06	R\$ 1.772.916,06	R\$ 1.772.916,06	R\$ 1.772.916,06	R\$ 7.091.664,24
VALORES NOVOS (PESSOAL)	R\$ 0,00	R\$ 1.740.620,95	R\$ 1.740.620,95	R\$ 1.740.620,95	R\$ 5.221.862,85
VALORES NOVOS (INVESTIMENTO E CUSTEIO)	R\$ 787.862,02	R\$ 5.252.590,02	R\$ 787.862,02	R\$ 787.862,02	R\$ 7.616.176,08
	R\$ 2.560.778,08	R\$ 8.766.127,03	R\$ 4.301.399,03	R\$ 4.301.399,03	R\$ 19.929.703,17



53

26.11.2013
 Rafaela Montoni
 Secretária Geral da Presidência

AUTARQUIA PARANÁ EDIFICAÇÕES

QUADRO DE PESSOAL A SER CONTRATADO

SEDE

CARGO	CONTRATAÇÃO 2013	FOLHA ABRIL A DEZEMBRO 2013	CONTRATAÇÃO 2014	FOLHA MÊS	TOTAL
ADMINISTRADOR	2	63.223,92	3	10.537,32	5
ANALISTA DE SISTEMAS	1	31.611,96			1
CONTADOR	1	31.611,96	2	7.024,88	3
ECONOMISTA	2	63.223,92			2
ENGENHEIRO CIVIL	14	820.567,44	5	32.562,20	19
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16	210.745,44	5	7.317,55	21
TOTAL	36	1.220.984,64	15	57.441,95	51

Conferir 9/0 original
20.11.2012
Lydia Montani
Secretário Geral da Presidência



ESCRITÓRIOS REGIONAIS

ESCRITÓRIO REGIONAL	ABRIL 2013		FOLHA ABRIL A DEZEMBRO 2013		2014		FOLHA MÊS	TOTAL
	Engenheiro Civil	Técnico Administrativo	Engenheiro Civil	Técnico Administrativo	Engenheiro Civil	Técnico Administrativo		
Apucarana	1	1	71.783,55	1	1	1	7.975,95	
Campo Mourão	2	1	130.395,51	1	1	1	7.975,95	
Cascavel	3	1	189.007,47	1	1	1	7.975,95	
Curitiba	3	1	189.007,47	1	1	1	6.512,44	
Guarapuava	1	1	71.783,55	1	1	1	7.975,95	
Iratí	1	1	71.783,55	1	1	1	7.975,95	
Londrina	1	1	71.783,55	1	1	1	1.463,51	
Maringá	2	1	130.395,51	1	1	1	7.975,95	
Paranavaí	1	1	71.783,55	1	1	1	6.512,44	
Pato Branco	3	1	189.007,47	1	1	1	7.975,95	
Ponta Grossa	3	1	189.007,47	1	1	1	7.975,95	
Santo Antônio da Platina	1	1	71.783,55	1	1	1	1.463,51	
Toledo	1	1	71.783,55	1	1	1	7.975,95	
Umuarama	2	1	130.395,51	1	1	1	7.975,95	
TOTAL	25	14	1.649.701,26	12	12	12	95.711,40	63

Administrador = R\$ 3.512,44

Analista de Sistema = R\$ 3.512,44

Contador = R\$ 3.512,44

Economista = R\$ 3.512,44

Engenheiro Civil = R\$ 6.512,44

Técnico Administrativo = R\$ 1.463,51

E 26
Referido
 Lydia Montan
 Secretária Geral da Presidência



CARGOS EM COMISSÃO

CARGOS	CONTRATAÇÃO 2013	FOLHA ABRIL-DEZEMBRO 2013
DAS-1	1	126.268,65
DAS-2	3	287.701,74
DAS-3	1	89.485,92
DAS-5	19	1.336.205,67
1C	8	357.456,24
2C	4	154.058,76
TOTAL	36	2.351.176,98

DAS-1 = R\$ 14.029,85 x 1

DAS-2 = R\$ 10.655,62 x 3 = R\$ 31.966,86

DAS-3 = R\$ 9.942,88 x 1

DAS-5 = R\$ 7.814,07 x 19 = R\$ 148.467,33

1C = R\$ 4.964,67 x 8 = R\$ 39.717,36

2C = R\$ 4.279,41 x 4 = R\$ 17.117,64

Confere e 26.11.2012
 Lygia Montanir
 Secretária Geral da Presidência



AUTARQUIA PARANÁ EDIFICAÇÕES

QUADRO DE PESSOAL EFETIVO A SER TRANSFERIDO

SEDE	FOLHA JANEIRO A DEZEMBRO 2013	ESCRITÓRIOS REGIONAIS	FOLHA JANEIRO A DEZEMBRO 2013	TOTAL FUNCIONÁRIOS	TOTAL FOLHA
03 Eng. Cívis 02 Arquitetos 01 Administrador 01 Prof. Ensino Superior 01 Desenhista Técnico 02 Técnicos Administrativos	501.610,01 345.770,04 172.884,96 235.789,92 58.466,39 112.103,40	19 Eng. Cívis 03 Arquitetos 08 Téc. Construção 04 Prof. Nível Superior Superior 01 Aux. Adminis. 02 Téc. Adminis. 01 Aux. Operacional	2.995.790,40 410.295,84 492.943,20 730.886,16 36.728,76 130.964,88 23.511,48	22 Eng. Cívis 05 Arquitetos 01 Administrador 08 Téc. Construção 05 Prof. Nível Superior 01 Des. Técnico 04 Téc. Adminis. 01 Aux. Adminis. 01 Aux. Operacional	3.487.896,36 756.065,88 172.884,96 492.943,20 966.676,08 58.466,39 243.068,28 36.728,76 23.511,48
	1.426.624,66		9.821.120,72		6.247.745,38

CARGOS EM COMISSÃO

CARGOS	FOLHA JANEIRO A DEZEMBRO 2013
9 DAS-5	843.919,17

57
 15
 5
 57
 26.11.2012
 Lygia Mattos
 Secretária Geral da Presidência





**ASSUNTO: ANTEPROJETO DE LEI DE CRIAÇÃO DA AUTARQUIA PARANÁ
EDIFICAÇÕES VINCULADA À SECRETARIA DE ESTADO DE
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA.**

Protocolo nº. 07.971.707-0

A Diretora Geral desta Pasta reencaminha para ajustes, anteprojeto de lei de criação da autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL, denominada Paraná Edificações, tendo por finalidade o planejamento, a coordenação e a execução, centrada no desenvolvimento sustentável, de projetos, obras e serviços de engenharia de edificações, de interesse da administração direta e autárquica, a partir de diretrizes da SEIL.

A criação desta autarquia foi objeto de estudo em consenso entre os Secretários de Estado de Infraestrutura e Logística, da Fazenda, do Planejamento e Coordenação Geral, da Administração e da Previdência, da Educação e do Desenvolvimento Urbano, conforme informado neste processo à folha nº 02, conforme Ofício nº 566/GS – SEIL.

O presente processo foi matéria de análise anterior desta Coordenação, conforme Parecer nº 29/2012, no entanto, após o pronunciamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, e de novo pronunciamento da Coordenação de Orçamento e Programação desta Secretaria, em razão de alteração nos valores previstos para a implantação da referida Autarquia, retorna para reavaliação.

Outrossim, a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística, conforme Ofício nº 968/GS, apresenta um novo Cronograma de Implantação Inicial da Paraná Edificações, com alterações nos valores a serem desembolsados durante o período de implantação para ser anexado a este processo.

Na competência desta Coordenação de Modernização Institucional e em atendimento ao disposto no Decreto nº.188, de 1º de março de 2007, que aprovou o Regulamento da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, e após analisadas as informações acima registradas, sugerimos a complementação da redação dos incisos X, XI e XV; do artigo 3º, do anteprojeto de Lei proposto, de forma a contribuir para melhor interpretação do campo de atuação da autarquia a ser criada:

Lydia Montani
26/11/2012
Secretaria Geral da Presidência

"X - a participação em negociações de empréstimos, com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, para financiamento de programas, projetos e obras de sua competência, com a orientação da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística e coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;"

"XI - a realização de programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, na área de sua competência, com o propósito de promover a cooperação técnica com entidades públicas e privadas;"

"XV - a aquisição e a alienação de bens, adotando os procedimentos legais cabíveis para efetuar sua incorporação e desincorporação, atendida a legislação vigente:"

Em atenção ao contido na Informação nº 982/2012, da Coordenação de Orçamento e Programação, sugerimos a seguir nova redação do artigo 11, do anteprojeto de Lei proposto:

"Art. 11 - O Poder Executivo é autorizado a abrir créditos adicionais, até o limite necessário para implementar a presente Lei, em conformidade com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964."

Em razão da edição do Decreto nº 6.264, com a vigência a partir de 1º de novembro de 2012, que determina a redução de despesas de custeio, no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, e que, em seu inciso II do artigo 2º, dispõe sobre a redução de despesas com pessoal e encargos, em especial com contratações, excetuando-se as substituições decorrentes de aposentadorias, falecimentos e exonerações de servidores, sugerimos a complementação da redação do artigo 17 do anteprojeto de lei, com a seguinte nova redação:

"Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir do exercício de 2013."

Desta forma, apresentamos nova minuta de anteprojeto de Lei para encaminhamento à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística, com os devidos ajustes para sua avaliação e após o envio à Casa Civil para as providências cabíveis

É o parecer que submetemos à apreciação da direção superior deste Órgão.

Curitiba, 08 de novembro de 2012.

Osny Martinelli Pereira Alves
Coordenador/CGI

Caratado 26/11/2012
Lydia Montani
Diretoria Geral da Infraestrutura



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DECLARAÇÃO N.º 244/2012

Protocolo: 07.971.707-0

Assunto: Criação da Autarquia Paraná Edificações.

Eu, José Richa Filho, atualmente no cargo em Comissão de Secretário de Estado, na qualidade do ordenador de despesas da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, declaro, que o aumento da despesa terá adequação com a Lei 8.666/93, estará incluída no Plano Plurianual 2012/2015, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Declaro ainda, que a despesa preencherá os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17, sendo que a mesma não causará impacto orçamentário e financeiro nos dois exercícios subsequentes e não ultrapassará os limites estabelecidos para o exercício financeiro de 2012.

Curitiba, 26 de novembro de 2012.

JOSÉ RICH FILHO
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

CÓPIA

Conferido original
26/11/2012
Lydia Montani
Diretora Geral da Presidência

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 NOV. 2012

Quanto
1º Secretário



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 076 /2012

Curitiba, 22 de novembro de 2012

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em 26/11/2012

[Assinatura]
Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para apreciação dessa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva criar a entidade autárquica denominada PARANÁ EDIFICAÇÕES, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, que tem por finalidade o planejamento, a coordenação e a execução, centrada no desenvolvimento sustentável, de projetos, obras e serviços de engenharia de edificações, de interesse da administração direta e autárquica, a partir de diretrizes da SEIL.

Longe de se restaurar uma sistemática semelhante àquela existente à época da extinta Secretaria de Obras Públicas, a nova autarquia busca dar nova conformação para as obras e serviços de engenharia de edificações no Estado do Paraná. Como órgão da administração indireta vinculado à Secretaria de Infraestrutura e Logística, sempre seguindo suas diretrizes, pretende-se conferir maior eficiência ao serviço público em questão, dentro do contexto da administração gerencial. Tudo isso com um novo viés, orientado pela sustentabilidade, na vanguarda de um movimento que aumenta de importância a cada dia.

O Anteprojeto em questão é fruto de consenso dos Secretários de Estado de Infraestrutura e Logística, Planejamento e Coordenação Geral, Fazenda, Administração e da Previdência, Educação e Desenvolvimento Urbano, conforme restou assentado em reunião ocorrida no dia 04 de maio do corrente ano, no Gabinete da Vice-Governadoria.

A importância da criação desta autarquia reside na premente necessidade de modificação da maneira como as obras e serviços de engenharia na área de edificações do Estado vêm sendo executadas atualmente.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 7.971.707-0

1452 26/11/2012 08:56:58 Nº 1452/2012 DIRETORIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

É sabido que as licitações e contratos de obras e serviços de engenharia do Estado do Paraná, a partir da Lei Estadual nº 16.841/2011, que extinguiu a Secretaria de Obras Públicas, estão ao encargo de cada um dos órgãos, em especial daqueles com maior demanda: Secretarias da Saúde, Educação, Família e Desenvolvimento Social, Justiça e Cidadania e Segurança Pública. Os demais órgãos podem licitar e contratar, ainda, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem. Isso não significa, contudo, que o DER possua condições adequadas para conduzir obras e serviços de engenharia no Estado do Paraná. Pelo contrário, o expertise desta autarquia cinge-se às obras rodoviárias, que em muito se diferenciam do escopo das atribuições daquela que se pretende criar.

Assim como o DER, nem todas os órgãos dispõem de corpo de profissionais preparado para a execução dos trabalhos em questão, os quais guardam muitas especificidades. Salvo em raras exceções, estas atribuições em nada se assemelham às atividades-fim de suas respectivas pastas.

Ressalte-se ainda que, atualmente, a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística tem cumprido seu papel no sentido de dar as diretrizes para elaboração de projetos e execução de obras e serviços de engenharia. No entanto, a execução propriamente dita das obras ainda carece de padronização de seus procedimentos, o que tem trazido dificuldades à administração na conclusão, a tempo e modo, dos trabalhos.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 585/12

Projeto de Lei nº. 585/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 076/12

Súmula: Cria a entidade autárquica denominada PARANÁ EDIFICAÇÕES, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, conforme especifica, e adota outras providências.

EMENTA: CRIA A ENTIDADE AUTÁRQUICA DENOMINADA PARANÁ EDIFICAÇÕES VINCULADA À SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo criar a criar a entidade autárquica PARANÁ EDIFICAÇÕES, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receita próprios, autonomia administrativa, técnica e financeira, integrante da Administração Indireta do Estado, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei Estadual nº. 8.485, de 03 de junho de 1987.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da
administração estadual, na forma da lei;

○ Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a
competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola
a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que
acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa
do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador
da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e
financeira; uma vez que foram devidamente apresentadas tais
informações pela Divisão de Despesa, vinculada à Secretaria de Estado da
Fazenda – SEFA.

○ Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em
questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do
presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por

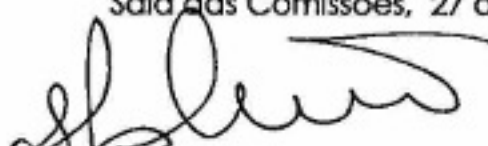


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
Relator





APROVADO
unânime 27.11.12
9







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 585/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 076/12 que objetiva criar a entidade autárquica denominada PARANÁ EDIFICAÇÕES, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, observamos que a finalidade da autarquia a ser criada, é o planejamento, a coordenação e a execução, centrada no desenvolvimento sustentável, de projetos, obras e serviços de engenharia de edificações, de interesse da administração direta e autárquica a partir de diretrizes da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 87, ressaltam ser de iniciativa privativa do Governador do Estado as matérias dessa natureza.

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere aos ditames da Lei Complementar Federal nº 101/00, uma vez que o Senhor José Richa Filho, Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, na condição de ordenador de despesas, por meio da declaração nº 244/2012, declara que o aumento da despesa terá adequação com a Lei nº 8.666/93, e estará incluída no Plano Plurianual 2012/2015, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

04/12/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Marcelo Rangel
Vice-Presidente: Deputado Francisco Bühner
MEMBROS

Deputado Adellno Ribeiro; Deputado Bier; Deputado Elton Welter;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 585/2012

Projeto de Lei nº 585/2012

Autor: Poder Executivo – mensagem nº 76/12

Súmula: Cria a entidade autárquica denominada Paraná Edificações, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 585/12, de autoria do Poder Executivo tem por finalidade criar a entidade autárquica denominada PARANÁ EDIFICAÇÕES, vinculada à secretaria de Estado de infraestrutura e logística.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 585/2012**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva criar a Paraná Edificações, entidade autárquica, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, que tem por finalidade o planejamento, a coordenação e a execução, centrada no desenvolvimento sustentável, de projetos, obras e serviços de engenharia de edificações, de interesse da administração direta e autárquica, a partir de diretrizes da SEIL.

Cumpra a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos”*, nos termos do disposto no Art. 33- F do Regimento Interno desta Casa de Leis.

III - CONCLUSÕES

O presente projeto de lei visa criar a entidade autárquica denominada PARANA EFICAÇÕES, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.



Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal proposição. O Projeto de Lei 585/12 em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para sua tramitação.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta não encontra óbice para sua tramitação.


Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 585/12, em sua forma apresentada,

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

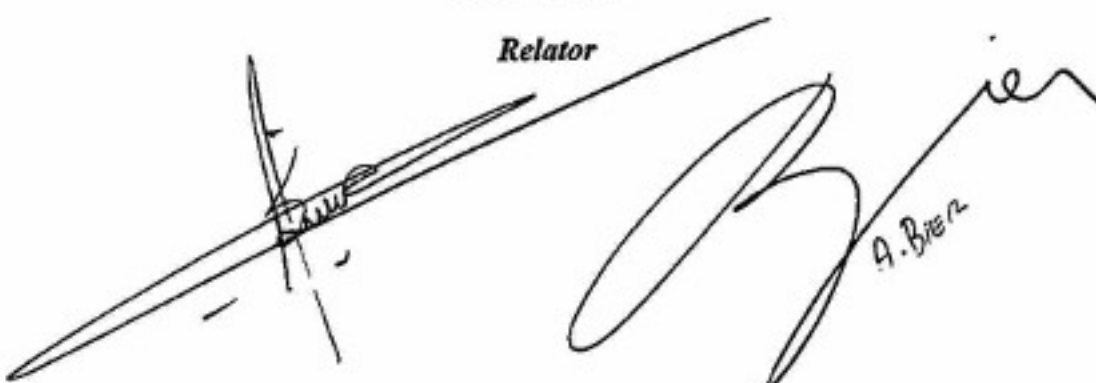
Sala das Comissões em 05 de dezembro de 2012.


MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão


Teruo Kato

Relator


A. B. B. B.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 586/12

Súmula: Estabelece a estrutura de Funções Privativas Transitórias - FPT da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL e suas vinculadas.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Capítulo I

Das Diretrizes Gerais da Função Privativa Transitória

Art. 1º Fica criada a FUNÇÃO PRIVATIVA TRANSITÓRIA- FPT, de valor absoluto e caráter excepcional, transitório e precário, exclusiva de servidores de carreira ocupantes do Cargo Agente Profissional ocupantes das funções de Arquiteto e Engenheiro Civil, regidos pela Lei 13.666, de 05 de julho de 2002 e que desempenhem atividades de gerenciamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia e arquitetura vinculados ao plano de obras do Governo Estadual e Federal, no âmbito de atuação da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística – SEIL.

§ 1º Conceitua-se FUNÇÃO PRIVATIVA TRANSITÓRIA como a função associada à ATIVIDADE FUNCIONAL da estrutura organizacional da ação pública por funcionário efetivo, designado por livre nomeação e exoneração do titular do órgão.

§ 2º A função é PRIVATIVA por ser destinada exclusivamente aos servidores exercentes das funções referidas no *caput* deste artigo e que estejam lotados na Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL e suas vinculadas.

§ 3º A função é EXCEPCIONAL, TRANSITÓRIA E PRECÁRIA em função de metas e outros resultados exigidos para a permanência da atribuição da Função Privativa Transitória, especificados em regulamento próprio e vinculada ao exercício de atividades técnico-gerenciais e/ou fiscalizatórias das estruturas organizacionais formais, podendo ser suprimida a qualquer tempo e não gerando quaisquer percepções a direitos.

Art. 2º Conceitua-se ATIVIDADE FUNCIONAL como a dimensão jurídico-legal das organizações do Estado para atendimento dos objetivos institucionais voltados à Atividade Governamental Permanente, em que o ente político denominado Estado é obrigado a zelar, cuidar, prover, fomentar, proteger, impedir, proporcionar,



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

estabelecer, preservar, promover, combater, registrar, acompanhar, regulamentar, fiscalizar, executar, entre outros, para o atendimento do interesse público.

Art. 3º A Função Privativa Transitória, criada em uma estrutura organizacional, não poderá ser utilizada em outra estrutura organizacional diferente daquela para onde foi criada.

Art. 4º A Função Privativa Transitória é identificada pelos seguintes atributos:

- a) caráter de livre designação e dispensa da função;
- b) criação por lei;
- c) denominação própria;
- d) quantidade fixada de acordo com a estrutura organizacional da qual faz parte, na forma do Anexo Único desta Lei; e
- e) pagamento pelo erário.

Capítulo II

Das Condições Gerais de Assunção da Função Privativa Transitória

Art. 5º A Função Privativa Transitória é acessível quando preenchidas as condições previstas em regulamento próprio, na forma de Perfil Profissiográfico descritivo das tarefas associadas à função.

§ 1º A designação para a Função Privativa Transitória se dará por indicação da autoridade máxima do órgão de alocação do funcionário objeto da designação.

§ 2º A Função Privativa Transitória é vinculada ao exercício de atividades técnico-gerenciais e/ou fiscalizatórias das estruturas organizacionais formais, associada a metas e outros resultados especificados em regulamento próprio.

§ 3º A escolha de ocupantes da Função Privativa Transitória deverá recair em funcionário que possua os requisitos relativos à habilitação profissional e legal correspondente, indicada para cada caso.

§ 4º O ato de provimento a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser na forma de designação da autoridade máxima do órgão, publicada no Diário Oficial do Estado, contendo o nome completo do ocupante, RG, código ou simbologia da função, denominação da função e a descrição das tarefas ou atividades a serem desenvolvidas.

§ 5º Não poderão ser designados ocupantes para Função Privativa Transitória em período retroativo superior a 30 (trinta) dias.

Art. 6º Não poderá ser paga a Função Privativa Transitória em virtude de afastamentos que comprometam o cumprimento das metas e obrigações previstas no regulamento.

Art. 7º O servidor designado para exercer a Função Privativa Transitória deverá



cumprir as exigências necessárias para a continuidade de seu percebimento.

Art. 8º Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará as condições deste capítulo, por iniciativa da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística – SEIL.

Capítulo III

Da remuneração da Função Privativa Transitória

Art. 9º A remuneração da Função Privativa Transitória será de parcela única, denominada Valor da Função – VFC, na forma do Anexo Único desta Lei.

§ 1º A retribuição pecuniária pelo efetivo exercício da função, expressa em valores absolutos e em moeda corrente, denomina-se VENCIMENTO DA FUNÇÃO.

§ 2º A alteração do Valor da Função somente poderá ser efetivada por iniciativa legislativa própria e oriunda do Poder Executivo.

Art. 10. A percepção do vencimento da função é compatível com a remuneração de carreira e às vantagens acessórias permanentes e vantagens laborativas do serviço público, na forma da legislação em vigor.

§ 1º Conceitua-se VANTAGEM ACESSÓRIA PERMANENTE como aquela decorrente do exercício da função no serviço, assegurada constitucionalmente na forma de férias e décimo terceiro salário.

§ 2º O cálculo das vantagens acessórias permanentes, ao funcionário efetivo que exerça a Função Privativa Transitória, incluirá o Valor da Função – VFC.

§ 3º Conceitua-se VANTAGEM LABORATIVA DO SERVIÇO PÚBLICO como aquela em que a concessão é decorrente de situações especiais ou previstas em legislação específica ou em contrapartida do funcionamento de atividades do serviço público, são elas:

- a) serviço extraordinário ou de plantão;
- b) adicional noturno;
- c) auxílio ou vale transporte;
- d) auxílio ou vale alimentação;
- e) diárias;
- f) ajuda de custo;
- g) auxílio funeral;
- h) salário família;
- i) sobreaviso.

§ 4º O cálculo das vantagens acessórias a que se refere o parágrafo anterior, ao funcionário efetivo que exerça a Função Privativa Transitória, será feito somente sobre a remuneração da carreira.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 11. Não incidirá contribuição previdenciária sobre a Função Privativa Transitória.

Art. 12. A Função Privativa Transitória não servirá de base de cálculo para quaisquer outras gratificações ou vantagens que não as previstas de 13º e férias.

Art. 13. A Função Privativa Transitória não se incorpora aos proventos de aposentadoria e às pensões.

Art. 14. A Função Privativa Transitória é inacumulável com cargo de provimento em comissão, gratificações ou funções gratificadas, para qualquer carreira do Poder Executivo Estadual.

Art. 15. A Função Privativa Transitória não será devida nos afastamentos que não sejam considerados de efetivo exercício.

Capítulo IV

Das Disposições Finais

Art. 16. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará os casos omissos a esta Lei e as disposições necessárias à execução da presente Lei, por iniciativa da SEIL, ouvidas previamente as Secretarias da Administração e Previdência – SEAP, Planejamento e Coordenação Geral – SEPL e Fazenda – SEFA, nos assuntos pertinentes a cada uma delas.

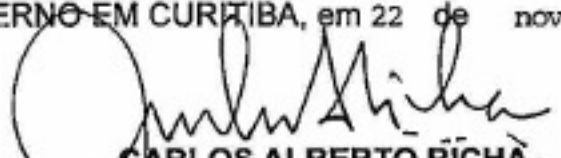
Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a readequar as dotações do orçamento do exercício de 2012, no que se refere aos órgãos e entidades atingidos pela presente Lei.

Parágrafo único. Para implementação do disposto no *caput* deste artigo, fica autorizada a expedição de decretos regulamentares ou a abertura de créditos adicionais, na forma da lei.

Art. 18. Fica ao encargo da Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP e da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL a responsabilidade pela formulação ou reformulação dos atos organizacionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual que se fizerem necessários à implantação dos dispositivos desta Lei.

Art. 19. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 22 de novembro de 2012.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



ANEXO ÚNICO DA LEI Nº
DENOMINAÇÃO, SIMBOLOGIA, QUANTIDADE E VALOR DA FUNÇÃO PRIVATIVA TRANSITÓRIA -
FPT

DENOMINAÇÃO	SIMBOLOGIA	QUANTIDADE	VALOR DA FUNÇÃO - VFC
FUNÇÃO PRIVATIVA DE GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	FPT - 1	135	R\$ 2.700,00



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura, - 2ª Sessão Legislativa



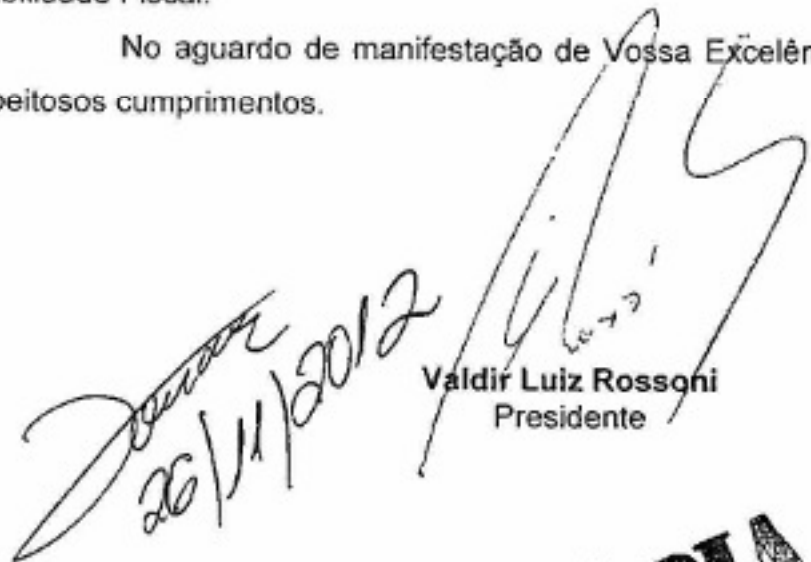
Of. 390/12- GP- SGP

Curitiba, 23 de novembro de 2012

Senhor Governador,

A propósito da Mensagem nº 077/2012, encaminhada por Vossa Excelência no dia 22 deste mês, com o objetivo de ver aprovada a criação da FUNÇÃO PRIVATIVA TRANSITÓRIA – FPT no âmbito da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística, venho informar que a mesma não se fez acompanhar das informações preliminares necessárias a sua apreciação, previstas no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

No aguardo de manifestação de Vossa Excelência, renovo os meus respeitosos cumprimentos.


Valdir Luiz Rossoni
Presidente

CÓPIA

Excelentíssimo Senhor
CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado do Paraná
Nesta Capital

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SEIL
Grupo de Recursos Humanos Setorial



FUNÇÃO PRIVATIVA TRANSITÓRIA DE CONFIANÇA - FTC

CUSTO PREVISTO DE JUNHO/12 A DEZEMBRO/12

MESES	QUANTIDADE	VALOR DA FTC	VALOR MENSAL	13º (7/12 AVOS)	TERÇO DE FÉRIAS (7/12 AVOS)
Junho	135	R\$ 2.700,00	364.500,00	212.625,00	70.867,91
Julho	135		364.500,00		
Agosto	135		364.500,00		
Setembro	135		364.500,00		
Outubro	135		364.500,00		
Novembro	135		364.500,00		
Dezembro	135		364.500,00		

TOTAL = R\$ 2.551.500,00

R\$ 212.625,00

R\$ 70.867,91

TOTAL GERAL ANUAL = R\$ 2.834.992,91

Referido
26.11.12
Secretaria Geral da Presidência



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL

INFORMAÇÃO N.º 172/12

Assunto: Solicita-se providências no sentido de que se criem 160 (cento e sessenta) Funções Comissionadas de Confiança – FCC para engenheiros e arquitetos que trabalhem com edificações.


Informamos que há disponibilidade de recursos no Orçamento da SEIL – Exercício de 2012, para atender a presente despesa, conforme a Lei Orçamentária Anual nº 17.012 de 14/12/2011, podendo correr à conta da dotação orçamentária abaixo discriminada:

- Dotação Orçamentária: 7702.26122414.300 – Gestão Administrativa - SEIL
- Natureza de Despesa: 31901100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
- Fonte de Recursos: 100
- Valor: R\$ 2.834.992,91 (dois milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e um centavos).

Segue Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD, em anexo.

É a informação

Curitiba, 26 de junho de 2012.


FERNANDA ARNAL YEDE
Chefe do GPS/SEIL

Fernanda Arnal Yede
Chefe do GPS/SEIL
RG: 6.906.734-4

Recebido em 26/06/2012
Lydia Montani
Secretaria Geral da Presidência

e-COP Programação Orçamentária

Relatório QDD por Espécie/Natureza/Fonte de um Projeto Atividade

** Valores Oficiais c/ Mov. de Crédito **



Órgão : 77 - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Unidade : 02 - DIRETORIA GERAL

Projeto Atividade : 4300 - GESTÃO ADMINISTRATIVA - SEIL

Dotação : 7702.26122414.300

Descrição	Fonte	Orçamento Inicial	Programado	Saldo a Programar	Total Orçamentário	Empenhado + Mov. Crédito	Saldo Programado	Pagos
PESSOAL ENC. SOC								
3100300	100	0	0	0	0	12,50	37,50	12,50
31001100	100	3.520.000	11.227.500	0	11.227.500	3.353.020,07	7.874.579,13	3.035.418,87
31001300	100	723.690	723.690	0	723.690	500.000,00	223.690,00	166.116,94
31001600	100	33.510	68.510	0	68.510	35.438,03	33.071,97	32.712,05
31002000	100	0	46.340	0	46.340	45.514,81	2.825,19	45.514,81
31002400	100	217.160	80.280	136.880	217.160	80.278,07	1,93	31.548,84
Total PESS.	T	4.500.520	12.148.630	136.880	12.285.510	3.714.264,08	8.434.368,92	3.371.223,25
	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Total	T	4.500.520	12.148.630	136.880	12.285.510	3.714.264,08	8.434.368,92	3.371.223,25
OUTR. DESP. CORR.								
3300100	100	150.000	75.000	75.000	150.000	75.000,00	0,00	75.000,00
33003000	100	200.000	95.000	105.000	200.000	67.904,38	37.095,62	25.273,70
33003300	100	296.350	70.000	226.350	296.350	75.000,00	0,00	75.000,00
33003600	100	1.200.000	200.504	400.500	600.500	0,00	236.004,00	0,00
	147	0	0	592.500	592.500	0,00	0,00	0,00
33003600	100	368.270	66.075	282.195	368.270	35.074,20	0,00	35.074,20
33003700	100	170.000	54.776	115.224	170.000	35.516,74	18.289,26	0,00
33003900	100	800.700	769.325	30.375	800.700	631.180,35	168.764,65	35.000,20
33004600	100	3.000	1.500	1.500	3.000	1.000,00	470,00	1.000,00
33005000	100	20.000	6.000	14.000	20.000	3.772,18	2.227,82	2.772,18
Total OUT. CORR.	T	3.202.820	1.372.840	1.829.700	3.202.820	929.518,45	443.321,55	258.128,88
	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Total	T	3.202.820	1.372.840	1.829.700	3.202.820	929.518,45	443.321,55	258.128,88
INVESTIMENTOS								
40000000	100	500.000	0	500.000	500.000	0,00	0,00	0,00
	105	57.500	28.785	28.785	57.500	9.000,00	19.795,00	0,00
44000000	100	0	123.041	0	123.041	125.040,71	0,00	123.040,71
	148	0	135.639	0	135.639	135.638,50	0,50	135.638,50
Total INVEB	T	557.500	287.475	528.785	816.270	267.678,61	19.795,39	258.678,61
	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Total	T	557.500	287.475	528.785	816.270	267.678,61	19.795,39	258.678,61
Total	T	8.260.730	13.608.945	2.425.265	16.034.210	4.911.461,14	8.897.285,85	3.889.430,54
	OF	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Total	T	8.260.730	13.608.945	2.425.265	16.034.210	4.911.461,14	8.897.285,85	3.889.430,54

Conf. do orig. p
20.03.12
Lydia Montani
Secretária Geral da Presidência



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DECLARAÇÃO N.º 172/12

Protocolo: 07.971.629-4

Assunto: Solicita-se providências no sentido de que se criem 160 (cento e sessenta) Funções Comissionadas de Confiança – FCC para engenheiros e arquitetos que trabalhem com edificações.

I – Eu, José Richa Filho, Portador do RG 1.807.383-8/PR, e CPF 567.562.919-04, atualmente no cargo de Secretário da SEIL, na qualidade de Ordenador de Despesas do Órgão/SEIL, **DECLARO** que a despesa abaixo identificada está incluída no Plano Plurianual 2012/2015, nº 17.013/2011, e na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2012 nº 17.012/2011, bem como preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000, e não haverá impacto na manutenção do Órgão/Unidade.

II – As despesas correrão a conta da unidade orçamentária abaixo indicado:

- **Dotação Orçamentária:** 7702.26122414.300 – Gestão Administrativa – SEIL.
- **Natureza da despesa:** 31901100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
- **Fonte de Recursos:** 100
- **Valor:** R\$ R\$ 2.834.992,91 (dois milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e um centavos).

Encaminhe-se para CAFE/SEFA para emissão da DDF

Curitiba, 26 de junho de 2012.

JOSÉ RICH FILHO

Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

Carimbo manuscrito: Carimbo do sig. E. 26/11/12
Lydia Montani
Secretária Geral da Presidência

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em 26/11/2012

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 077/2012

Curitiba, 22 de novembro de 2012

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 26 NOV. 2012

Assinatura
1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa-Excelência para apreciação dessa Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que objetiva estabelecer a estrutura de Funções Privativas Transitórias - FPT da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL e suas vinculadas.

Com o notório aquecimento do setor da Construção Civil, a demanda por profissionais qualificados vem se ampliando de forma geométrica, de tal maneira que os alunos das faculdades de engenharia estão sendo procurados por empresas do ramo antes mesmo da formatura, na "porta" da instituição de ensino.

O crescimento da indústria da construção civil e de obras de infraestrutura no País têm criado um espaço para a mais tradicional das engenharias. A Engenharia Civil tem até déficit de profissionais qualificados em todo o Brasil, segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Para 62% das empresas entrevistadas, a contratação de engenheiros vai aumentar nos próximos três anos.

Uma das causas de tanto aquecimento no setor e a escassez gerada por este motivo é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que tem absorvido grande parte da mão de obra desses profissionais. Soma-se a isso o boom da construção civil no País, em especial no Paraná.

Diante disso, o mercado tem pago salários muito superiores aos praticados na Administração Pública Estadual, que é de R\$ 2.685,55 (dois mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). Ocorre que, além dessa defasagem salarial em relação à iniciativa privada, os engenheiros e arquitetos da Administração Pública paranaense terão de exercer, em breve, diversas atividades que não integram suas tarefas rotineiras e geram responsabilidades especiais.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 7.971.629-4

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:52 26/11/2012 007567 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Para isso, premente é a criação de Funções Privativas Transitórias - FPT para exercer essas atividades, o que representa, na verdade, uma questão estratégica para o desenvolvimento do Estado do Paraná, uma vez que é impossível realizar qualquer investimento nesta área sem a presença de servidores profissionais de engenharia e arquitetura nos quadros da Administração Pública, que possam assumir as especiais tarefas que justificam a concessão da parcela ora proposta.

Assim, apresento o presente Anteprojeto de Lei propondo a criação de 135 (cento e trinta e cinco) Funções Privativas Transitórias - FPT para engenheiros e arquitetos que trabalham com edificações, no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 586/2012

Projeto de Lei nº. 586/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 077/2012

Súmula: Estabelece a estrutura de Funções Transitórias – FPT da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL e suas vinculadas.

EMENTA: ESTRUTURA DE FUNÇÕES TRANSITÓRIAS – FPT. VINCULADOS A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo criar a Função Privativa Transitória, exclusiva de servidores de carreira ocupantes do Cargo Agente Profissional ocupante das funções de Arquiteto e Engenheiro Civil, regidos pela Lei 13.666, de 05 de julho de 2002, os quais desempenham atividades de gerenciamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia e arquitetura vinculados ao plano de obras do Governo Estadual e Logística – SEIL.

FUNDAMENTAÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

D



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração e, bem como, funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

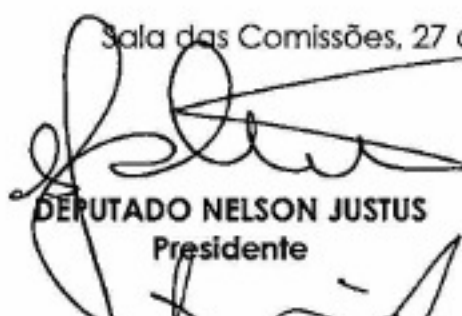


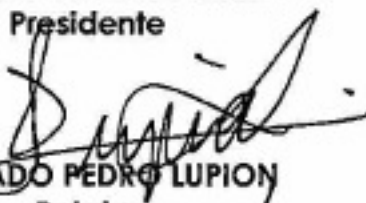
Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira; uma vez que foram devidamente apresentadas tais informações pela Divisão de Despesa, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA e, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.


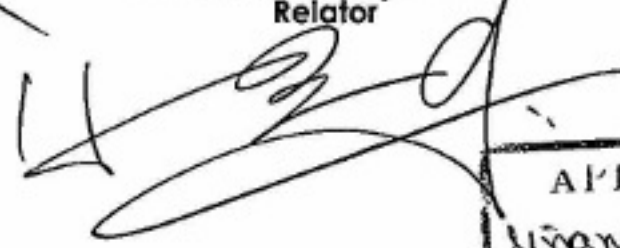

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 27 de Novembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO PEDRO LUPION
Relator




APROVADO

Unanime 27.11.12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 586/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 077/12 que objetiva estabelecer a estrutura de Funções Privativas Transitórias – FPT da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL, e suas vinculadas.

Inicialmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu arts. 65, 66 e 87 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Devemos observar que a matéria em questão não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00, tendo em vista que o Senhor José Richa Filho, Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, na qualidade de ordenador de despesas, por meio da Declaração nº 172/2012, esclarece que, as despesas com a presente proposta estão incluídas no Plano Plurianual 2012/2015, Lei nº 17.013/11, e na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2012 nº 17.012/11.

Vale ressaltar ainda, que o custo previsto de junho/2012 a dezembro/2012 é da ordem de R\$2.834.992,91 (dois milhões, oitocentos e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças


trinta e quatro mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e um centavos).



Assim sendo, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUZZEN
RELATOR



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 588/12

Súmula: Institui a o Programa Paranaense de Desenvolvimento do Setor Aeronáutico e de Defesa – PARANAEREO.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Paranaense de Desenvolvimento do Setor Aeronáutico e de Defesa - PARANAEREO, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, com a finalidade de atrair investimentos da cadeia produtiva da indústria aeronáutica e de defesa, a ser regulamentado por ato da chefia do Poder Executivo Estadual.

Parágrafo único. Fica entendida como cadeia produtiva da indústria aeronáutica e de defesa o seguinte: concepção, engenharia, serviços, fabricação de componentes e de aeronaves civis e militares, montadoras e prestadoras de serviços de manutenção de aeronaves.

Art. 2º - Para a implementação do PARANAEREO os órgãos e entidades de desenvolvimento, de capacitação de mão de obra, investimento, fomento, incentivos fiscais, inovação tecnológica, logística e de infraestrutura, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, terão um prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar ao Governo do Estado ou outro prazo definido pela Chefia do Poder Executivo Estadual o detalhamento do programa, seus benefícios e os requisitos necessários para o enquadramento das empresas no PARANAEREO.

Art. 3º - Os benefícios a serem contemplados por ato da Chefia do Executivo Estadual, para as empresas da cadeia produtiva são aqueles relacionados as vertentes fiscal, financiamento, participação societária, identificação e viabilização de áreas, apoio a infraestrutura e apoio em investimentos em inovação tecnológica.

§ 1º - Os projetos a que se refere o "caput" deste artigo somente serão enquadrados no PARANAEREO se considerados pela Chefia do Executivo Estadual, tecnicamente viáveis.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 2º - Os benefícios fiscais de que trata o presente artigo são aqueles disponibilizados no regulamento do Programa "Paraná Competitivo", e outros que venham a ser criados especificamente para o setor aeronáutico.

§ 3º - Os enquadramentos dos Projetos nas vertentes financiamento, participação societária e apoio aos investimentos de inovação tecnológica, obedecerão às normas e procedimentos a serem elaboradas pelos Fundos Institucionais do Estado e seus Agentes financeiros que apoiam o PARANAEREO.

§ 4º - Não poderão pleitear os benefícios desta Lei as empresas que não possuam regularidade trabalhista e as consideradas inadimplentes perante o fisco municipal, estadual e federal ou que tenham como administradores ou controladores pessoa física ou jurídica nas mesmas condições.

Art. 4º - Caberá à Agencia Paraná de Desenvolvimento - APD, na qualidade de órgão executor, implementar o PARANAEREO, sob a supervisão da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul.

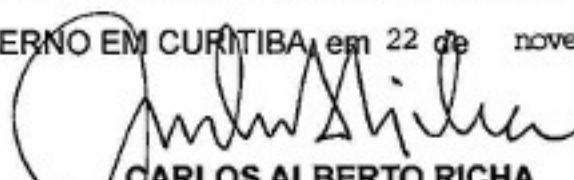
Art. 5º - As Cartas Consultas das empresas interessadas no PARANAEREO deverão ser dirigidas à Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul que após análise, encaminhará aos órgãos e entidades competentes para avaliação técnica com posterior encaminhamento ao Comitê Gestor e Deliberativo do Programa Paraná Competitivo, para eventual aprovação.

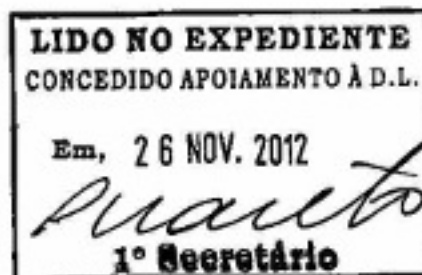
Art. 6º - Após aprovação da Carta Consulta, será elaborado Protocolo de Intenções, que será necessário para cumprimento da primeira etapa, secundado de contratos a serem firmados com os agentes de desenvolvimento, fiscais e financeiros e instituições que representam os Fundos Institucionais de apoio ao PARANAEREO.

Art. 7º - Caberá a Secretaria de Estado, da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, atendidas as condições estabelecidas nesta Lei, articular as iniciativas junto aos órgãos e entidades do governo federal em defesa dos interesses do PARANAEREO.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 22 de novembro de 2012.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO



MENSAGEM
N.º 079 /2012

Curitiba, 22 de novembro de 2012.

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.

Em 23/11/2012

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para apreciação dessa Assembleia Legislativa Anteprojeto que objetiva instituir o Programa Paranaense de Desenvolvimento do Setor Aeronáutico e de Defesa - PARANAEREO, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, com a finalidade de atrair investimentos da cadeia produtiva da indústria aeronáutica e de defesa.

Com a decisão do governo federal de modernizar a sua frota de aviões tanto na vertente civil comercial quanto na militar e de defesa, o setor aeronáutico vem apresentando, globalmente, robustos e consistentes índices de crescimento. No Brasil o governo federal estima investir mais de R\$ 100 bilhões nos próximos dez anos no segmento de defesa, parte dos quais será destinada ao setor aeronáutico.

Os investimentos sinalizados pelo governo federal fazem parte da Política de Desenvolvimento Produtivo para o Setor, que tem como estratégia: liderança Mundial e conquista de mercados e como objetivos: ampliar a participação de aeronaves civis (comerciais e executivas) e de aeropeças nacionais no mercado interno e mundial e ampliar a participação no mercado sul-americano de helicópteros.

A distribuição geográfica da cadeia produtiva da aeronáutica brasileira está concentrada basicamente na região de São José dos Campos no Estado de São Paulo, centralizada através do seu principal ator: a Embraer. Mas recentemente, por iniciativas de empreendimentos de ex-funcionários e de

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.656.922-1



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

iniciativas da própria Embraer, continua em surgimento pequenas e médias empresas que vem se localizando fora do eixo da região de São José dos Campos, como Petrópolis-RJ, Porto Alegre-RS e Botucatu-SP, que dispõem também de centros tecnológicos e institutos de pesquisas locais.

Neste contexto o Estado do Paraná, considerando a sua posição geográfica e a oferta da disponibilidade de ativos tecnológicos, infraestrutura e logística disponível para a implementação de um condomínio industrial aeronáutico (Maringá e Região Norte), incentivos fiscais e o ambiente político e econômico favorável, passa a ser um potencial concorrente com vantagens competitivas positivas frente a outros Estados.

Assim sendo, levando em conta as diretrizes políticas definidas pela atual Administração para atração de investimentos, a criação do Programa Paraná Competitivo e consultas de empresas do referido setor, interessadas na instalação de unidades de produção, justifica-se a criação por lei do Programa Paranaense de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Aeronáutico e de Defesa – PARANAEREO, que aspiramos venha concretizar o complexo industrial aeronáutico e de defesa no nosso Estado.

É importante ressaltar que o êxito do PARANAEREO depende do desenvolvimento de uma concertação e articulação político e institucional entre os principais atores do Estado na definição dos benefícios a serem ofertados nas áreas de fomento, de desenvolvimento, de infraestrutura, de ciência e tecnologia, de logística, de financiamento e incentivos fiscais entre outros que permita um alto grau de coesão sistêmica.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 588/2012

Projeto de Lei nº. 588/2012

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 079/2012

Súmula: Institui o Programa Paranaense de Desenvolvimento do Setor Aeronáutico e de Defesa – PARANAEREO.

EMENTA: INSTITUI O PROGRAMA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AERONÁUTICO E DE DEFESA - PARANAEREO. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 33-A E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 65, 66 e 87 DA CE. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo instituir o Programa Paranaense de Desenvolvimento do Setor Aeronáutico e de Defesa – PARANAEREO, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, com a finalidade de atrair investimentos da cadeia produtiva da indústria aeronáutica e de defesa.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Com relação a iniciativa das Leis, ainda, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Inclusive, deve-se destacar que o referido tema é de competência privativa do Governador do Estado, conforme pode ser observado pelos artigos 66, IV e 87, III da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

[vide ADIN 979-6]

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que não importará em aumento de despesas aos cofres Públicos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO CAÍTO QUINTANA
RELATOR

APROVADO
unanimemente
27.11.12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 588/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 079/12 que objetiva instituir o Programa Paranaense de Desenvolvimento do Setor Aeronáutico e de Defesa – PARANAEREO, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, com a finalidade de atrair investimentos da cadeia produtiva da indústria aeronáutica e de defesa.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Caito Quintana e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, observamos que nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 87, ressaltam que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere aos ditames da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

SECRETARIA LEGISLATIVA
15

Sala das Comissões, 04/12/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO FRANCISCO BÜHRER
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 588/2012

Súmula: Institui o programa paranaense de desenvolvimento do setor aeronáutico e de defesa.


Autor: Poder Executivo
Relator: Deputado Duílio Genari.

JUSTIFICATIVA: Considerando a posição geográfica do Estado do Paraná e a oferta da disponibilidade de ativos tecnológicos, infraestrutura e logística disponível para implementação de um condomínio industrial aeronáutico (Maringá e Região Norte), incentivos fiscais e o ambiente político e econômico favorável, passa a ser um potencial concorrente, com vantagens competitivas frente a outros Estados.

PARECERES FAVORÁVEIS: Comissão de Constituição e Justiça, e Comissão de Finanças.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 05 de dezembro de 2012.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
Presidente



DEPUTADO DUÍLIO GENARI
Relator





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 601/12

Súmula: Altera a Lei nº 16.840, de 28 de junho de 2011, que altera a denominação e as atribuições da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – SECJ; da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP; da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania – SEJU e adota outras providências.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º O art. 17 da Lei nº 16.840, de 28 de junho de 2011 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 17. Ficam criados no âmbito da Procuradoria Geral do Estado os seguintes cargos de provimento em comissão, de ocupação privativa de membro da carreira de Procurador do Estado, em exercício: 02 (dois) cargos de Procurador Assessor, símbolo DAS-2; 01 (um) cargo de Procurador Chefe junto aos Tribunais Superiores – Brasília, símbolo DAS-2; 02 (dois) cargos de Procurador Assessor junto aos Tribunais Superiores – Brasília, símbolo DAS-3; 05 (cinco) cargos de Procurador Assessor, símbolo DAS-4; 10 (dez) cargos de Procurador Chefe de Procuradoria, símbolo DAS-5; 05 (cinco) cargos de Procurador Chefe de Coordenadoria, símbolo DAS-5; 16 (dezesesseis) cargos de Procurador Chefe de Procuradoria Regional, símbolo DAS-5; 13 (treze) cargos de Procurador Chefe de Núcleo Jurídico da Administração, símbolo DAS-5 e 01 (um) cargo de Procurador Assessor, símbolo DAS-5."

Art. 2º O art. 18 da Lei nº 16.840, de 28 de junho de 2011 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 18. Ficam criados no âmbito da Procuradoria Geral do Estado os seguintes cargos de provimento em comissão: 02 (dois) cargos de Assessor, símbolo DAS-3; 02 (dois) cargos de Assistente da Procuradoria junto aos Tribunais Superiores – Brasília, símbolo 1-C; 16 (dezesesseis) cargos de Assistente Técnico de Procuradoria Regional, símbolo 1-C; 17 (dezessete) cargos de Assistente Técnico, símbolo 1-C; 09 (nove) cargos de Assistente, símbolo 1-C; 21 (vinte e um) cargos de Assistente, símbolo 5-C e 6 (seis) cargos de Assessor, símbolo DAS-5."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 27 de novembro de 2012.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

MENSAGEM
Nº 081 /2012

Curitiba, em 27 de novembro de 2012



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 03 DEZ. 2012

[Assinatura]
1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva alterar os dispositivos que especifica da Lei nº 16.840, de 28 de junho de 2011.

Com a promulgação da mencionada Lei, a Procuradoria Geral do Estado passou a contar com cargos de provimento em comissão para melhor aparelhar o cumprimento de suas funções institucionais decorrentes do artigo 132 da Constituição Federal e dos artigos 123 a 126 da Constituição Estadual. Dentre eles foram criados 19 (dezenove) cargos de Procurador Chefe de Núcleo Jurídico da Administração.

Ocorre que não se mostrou necessário o provimento de todos estes cargos, sendo que a quantidade de 13 (treze) Procuradores Chefes de Núcleo Jurídico da Administração mostrou-se suficiente.

Por outro lado, mesmo após a Lei Estadual nº 16.840/2011, tem-se sentido necessidade de maior quantidade de pessoal de apoio.

Assim, propõe-se que 6 (seis) cargos de Procurador Chefe de Núcleo Jurídico da Administração sejam transformados em 6 (seis) cargos de Assessor, símbolo DAS-5.

Esclareço, ainda, que tais alterações não causarão nenhum impacto orçamentário e financeiro.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

[Assinatura]
CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

**REGIME DE
URGÊNCIA**

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.726.298-7.

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba - Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

APROVADO
À Diretoria Legislativa.

Em, 03 DEZ. 2012

[Assinatura]
1º Secretário

14:45 03/12/2012 08:08:26 DP ASSMBLIA LEGISLATIVA DO PRONA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 601/12

Projeto de Lei nº. 601/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 081/11

Súmula: Altera a Lei nº 16.840, de 28 de junho de 2011, que altera a denominação e as atribuições da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – SECJ; da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP; da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania – SEJU e adota outras providências.

EMENTA: ALTERA A LEI Nº 16.840 DE 28 DE JUNHO DE 2011. TRANSFORMA 06 (SEIS) CARGOS DE PROCURADOR CHEFE DE NÚCLEO JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO EM 06 (SEIS) CARGOS DE ASSESSOR. INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo alterar a Lei nº 16.840, de 28 de junho de 2011, que altera a denominação e as atribuições da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – SECJ; da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP; da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania – SEJU.

REGIME DE URGÊNCIA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Tal alteração tem o propósito de que 06 (seis) cargos de Procurador Chefe de Núcleo Jurídico da Administração sejam transformados em 06 (seis) cargos de Assessor.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a remuneração para os cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo, servidores públicos do Poder Executivo, organização e funcionamento da administração estadual, bem como provimento dos cargos públicos estaduais, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

- I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;
- II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

XVI - prover e extinguir os cargos públicos estaduais, na forma da lei e com as restrições previstas nesta Constituição;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.


Destarte, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00; uma vez que a referida alteração não causa nenhum impacto orçamentário e financeiro.

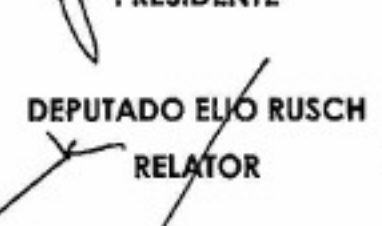
Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 04 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR

APROVADO

11 nov 2012



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 601/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 081/12 que tem por objetivo alterar a Lei nº 16.840/2011, que alterou a denominação e as atribuições da Secretaria de Estado da Criança e Juventude – SECJ; da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP; da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania – SEJU, e adota outras providências.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere aos ditames da Lei Complementar Federal nº 101/00, mesmo porque o autor da proposta, esclarece em sua justificativa que a matéria não causará nenhum impacto orçamentário e financeiro.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 87 ressaltam que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Assinatura manuscrita: Pedro Lupion



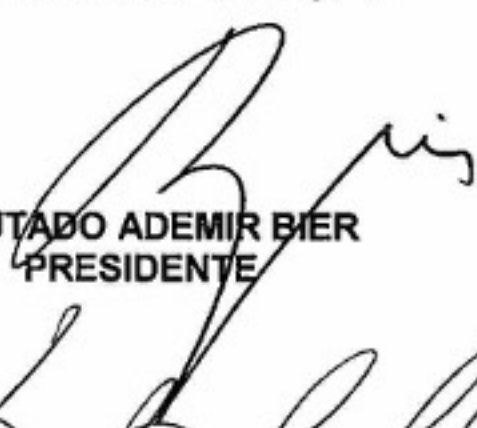
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

13
LEGISLATIVA

Desta forma, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL** a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 05/12/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BÜHNER
RELATOR







PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 602/12

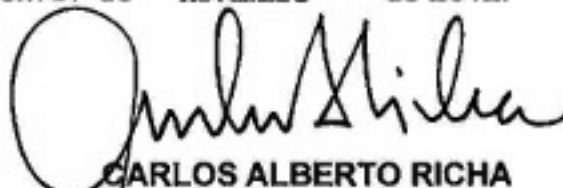
Súmula: Altera a redação do art. 3º da Lei nº 16.839, de 28 de junho de 2011, alterado pelo art. 12 da Lei nº 17.045, de 09 de janeiro de 2012.

Art.1º O art. 3º da Lei nº 16.839, de 28 de junho de 2011, alterado pelo art. 12 da Lei nº 17.045, de 09 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Ficam transformados os seguintes cargos de provimento em comissão do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, considerando os cargos mencionados no art. 2º desta Lei: 01 (um) cargo de Diretor do Centro de Treinamento para Desenvolvimento, símbolo DAS-3; 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-5; 02 (dois) cargos de Coordenador de Centro de Estudos, símbolo DAS-5; 07 (sete) cargos de Coordenador de Centro de Projetos, símbolo 1-C; 05 (cinco) cargos de Assistente Técnico, símbolo 2-C e 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 6-C em 12 (doze) cargos de Coordenador Técnico, símbolo 1-C; 08 (oito) cargos de Assistente Técnico, símbolo 1-C e 02 (dois) cargos de Assistente, símbolo 6-C."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 27 de novembro de 2012.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.
Em, 03 DEZ. 2012
mauro
1º Secretário

I - À DAP para leitura no expediente
e submissão ao Plenário do Requerimento
de Regime de Urgência apresentado pelo
Governador.
II - À DL para providências.
Em, _____
[Assinatura]
Presidente



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 082/2012

Curitiba, 27 de novembro de 2012



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para apreciação dessa Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao art. 3º da Lei nº 16.839, de 28 de junho de 2011, alterado pelo art. 12 da Lei nº 17.045, de 09 de janeiro de 2012, que tratam de transformação de cargos de provimento em comissão do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES.

O presente Anteprojeto de Lei tem a finalidade de promover a alteração do art. 12 da Lei nº 17.045, de 09 de janeiro de 2012, que alterou o art. 3º da Lei nº 16.839, de 28 de junho de 2011, dando-lhe nova redação, em razão do texto aprovado pela referida Lei apresentar incorreção motivada pela omissão de parte do conteúdo do art. 3º, que relaciona os cargos transformados (assinalados em negrito no Quadro Situação Atual), e ainda a omissão de dois cargos, símbolo 6-C, no resultado da referida transformação (assinalados em negrito no Quadro Situação Proposta).

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES - Cargos de Provimento em Comissão

SITUAÇÃO ATUAL

QTDE	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Diretor do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento	DAS-3	4.528,12	4.528,12
1	Assessor	DAS-5	3.559,53	3.559,53
2	Coordenador de Centro de Estudos	DAS-5	3.559,53	7.119,06
7	Coordenador de Centro de Projetos	1-C	1.659,79	11.618,53
5	Assistente Técnico	2-C	1.532,89	7.664,45
1	Assistente	6-C	1.146,12	1.146,12
				35.635,81

SITUAÇÃO PROPOSTA

QTDE	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12	Coordenador Técnico	1-C	1.659,79	19.917,48
8	Assistente Técnico	1-C	1.659,79	13.278,32
2	Assistente	6-C	1.146,12	2.292,24
				35.488,04

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.652.022-2

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

14/45 03/12/2012 08:07:27 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assim, há a necessidade de complementação da descrição dos cargos transformados, com a inserção do texto correto, transformando 01 (um) cargo de Diretor do Centro de Treinamento para Desenvolvimento, símbolo DAS-3; 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-5; 02 (dois) cargos de Coordenador de Centro de Estudos, símbolo DAS-5; **07 (sete) cargos de Coordenador de Centro de Projetos, símbolo 1-C; 05 (cinco) cargos de Assistente Técnico, símbolo 2-C e 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 6-C**, em 12 (doze) cargos de Coordenador Técnico, símbolo 1-C; 08 (oito) cargos de Assistente Técnico, símbolo 1-C e **02 (dois) cargos de Assistente, símbolo 6-C**, tudo isto conforme os quadros comparativos anteriormente colocados.

Cabe ressaltar que a proposta contida neste Anteprojeto de Lei não implica em qualquer aumento de despesas, uma vez que o valor, a época, do conjunto correto de cargos tratados no art. 3º, incluídos os dois cargos omitidos, já foi computado no custo total da proposta original do projeto de lei que resultou na mencionada Lei nº 17.045/12.

Trata-se, portanto de mera correção de redação o art. 3º Lei nº 16.839, de 28 de junho de 2011.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 602/12

Projeto de Lei nº. 602/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 082/11

Súmula: Altera a redação do art. 3º da Lei nº 16.839, de 28 de junho de 2011, alterado pelo art. 12 da Lei nº 17.045, de 09 de janeiro de 2012.

EMENTA: ALTERA O ART. 3º DA LEI Nº 16.839 DE 28 DE JUNHO DE 2011. TRANSFORMA E CRIA CARGOS. INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE.. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O referido projeto de lei tem a finalidade de promover a alteração do art. 12 da Lei nº 17.045, de 09 de janeiro de 2012, que alterou o art. 3º da Lei nº 16.839, de 28 de junho de 2011, dando-lhe nova redação, em razão do texto aprovado pela referida Lei apresentar incorreção motivada pela omissão de parte do art. 3º, que relaciona os cargos transformados e ainda a omissão de 02 (dois) cargos, símbolo 6-C.

REGIME DE URGÊNCIA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a remuneração para os cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo, servidores públicos do Poder Executivo, organização e funcionamento da administração estadual, bem como provimento dos cargos públicos estaduais, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



XVI - prover e extinguir os cargos públicos estaduais,
na forma da lei e com as restrições previstas nesta
Constituição;

—Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a
competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.


Destarte, devemos observar que o projeto de lei não viola
a Lei Complementar Federal nº. 101/00; uma vez que a referida alteração
não causa nenhum impacto orçamentário e financeiro.

Por fim, no que tange às normas de elaboração
normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto
encontra-se revestido de legalidade.

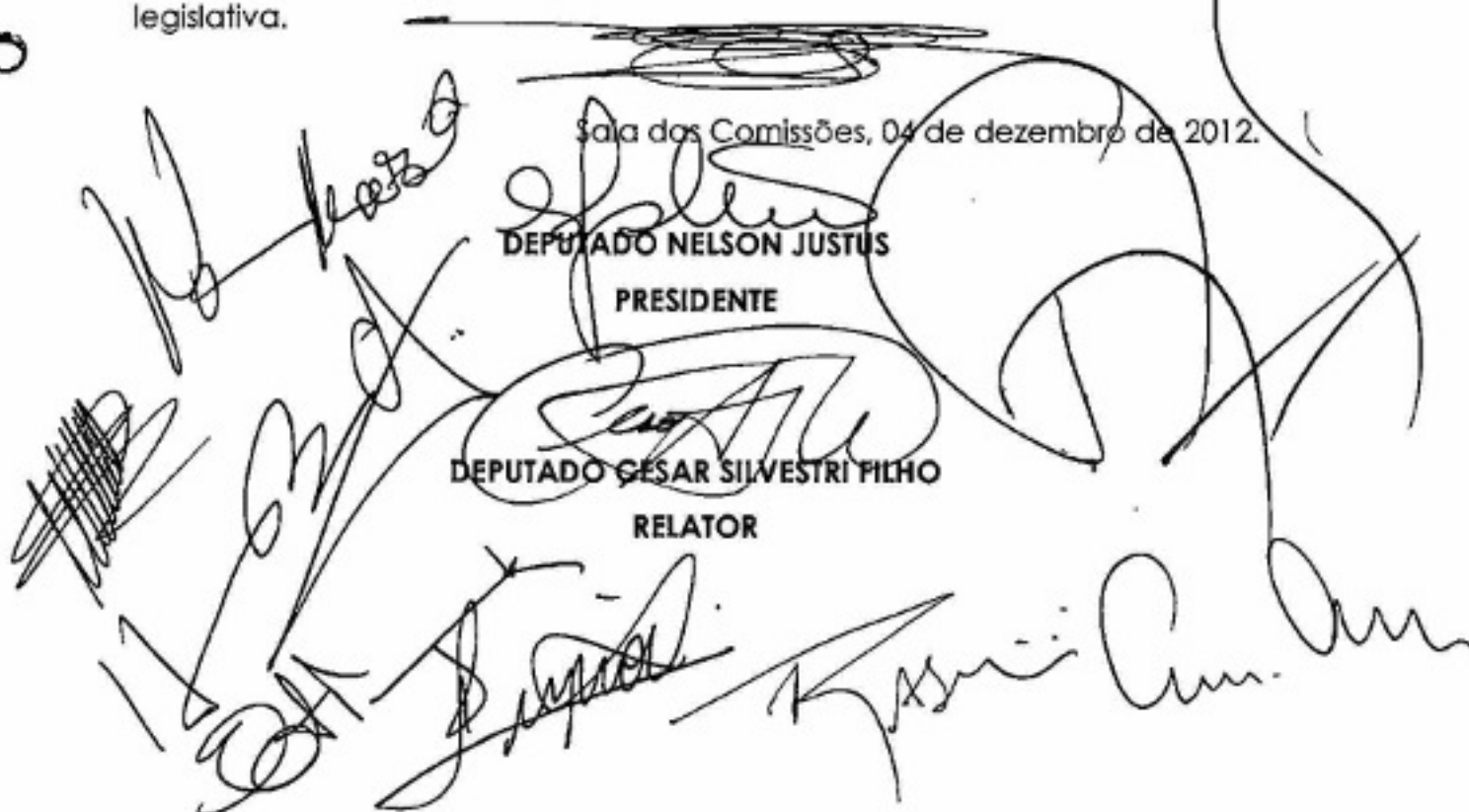
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do
presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por
estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica
legislativa.

Sala das Comissões, 04 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 602/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 082/12 que tem por objetivo promover a alteração do art. 12 da Lei nº 17.045, de 09 de janeiro de 2012, que alterou o art. 3º da Lei nº 16.839, de 28 de junho de 2011, dando-lhe nova redação, em razão do texto aprovado pela referida Lei apresentar incorreção motivada pela omissão de parte do conteúdo do art. 3º, que relaciona os cargos transformados e a omissão de 02 (dois) cargos, símbolo 6-C.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável por meio do Relator Senhor Deputado Cesar Silvestri Filho.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere aos ditames da Lei Complementar Federal nº 101/00, tendo em vista que o autor da proposta, esclarece em sua justificativa que a matéria não implica em qualquer aumento de despesas.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 87 ressaltam que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Por fim, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL** a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 05/12/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO WALDIR AUGUSTO
RELATOR



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 604/12

Súmula: Cria e altera denominação de cargos de provimento em comissão no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; no Instituto Ambiental do Paraná; no Instituto de Terras, Cartografia e Geociências e no Instituto de Águas do Paraná.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Ficam criados, na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, os seguintes cargos de provimento em comissão: 02 (dois) cargos de Assessor Técnico, simbologia DAS-2; 01 (um) cargo de Assessor, simbologia DAS-3; 02 (dois) cargos de Assessor, simbologia DAS-5 e 05 (cinco) cargos de Assistente Técnico, simbologia 1-C.

Art. 2º Ficam criados, no Instituto Ambiental do Paraná, os seguintes cargos de provimento em comissão: 01 (um) cargo de Diretor Jurídico, simbologia DAS-3; 03 (três) cargos de Assessor Técnico, simbologia DAS-5; 21 (vinte e um) cargos de Chefe de Escritório Regional, simbologia DAS-5; 03 (três) cargos de Chefe de Departamento, simbologia 1-C e 01 (um) cargo de Assistente Técnico, simbologia 3-C.

Art. 3º Ficam extintos, no Instituto Ambiental do Paraná, 21 (vinte e um) cargos de Chefe de Escritório Regional, simbologia 1-C.

Art. 4º Ficam criados, no Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, os seguintes cargos de provimento em comissão: 01 (um) cargo de Diretor, simbologia DAS-3; 02 (dois) cargos de Assessor Técnico, simbologia DAS-5; 04 (quatro) cargos de Chefe de Escritório Regional, simbologia DAS-5 e 02 (dois) cargos de Chefe de Departamento, simbologia 1-C.

Art. 5º Ficam criados, no Instituto das Águas do Paraná, os seguintes cargos de provimento em comissão: 01 (um) cargo de Diretor, simbologia DAS-3; 01 (um) cargo de Assessor, simbologia DAS-5; 05 (cinco) cargos de Gerente de Bacia Hidrográfica, simbologia DAS-5; 02 (dois) cargos de Chefe de Departamento, simbologia 1-C; 03 (três) cargos de Chefe de Unidade Industrial, simbologia 1-C e 03 (três) cargos de Chefe de Seção, simbologia 3-C.

Art. 6º Ficam alteradas as denominações dos seguintes cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos: 01 (um) cargo de Assessor Especial, simbologia DAS-2, para 01 (um) cargo de Assessor



Técnico, mantida a mesma simbologia; 01 (um) cargo de Assistente Técnico, simbologia DAS-3, para 01 (um) cargo de Assessor Técnico, mantida a mesma simbologia, e 01 (um) cargo de Assessor Técnico, simbologia 1-C, para 01 (um) cargo de Assistente Técnico, mantida a mesma simbologia.

Art. 7º Fica alterada, no Instituto Ambiental do Paraná, a denominação de 01 (um) cargo de Diretor, simbologia DAS-3, para 01 (um) cargo de Diretor de Estudos e Padrões Ambientais, mantida a mesma simbologia.

Art. 8º Fica alterada, no Instituto das Águas do Paraná, a denominação de 01 (um) cargo de Secretário Executivo do Conselho, simbologia DAS-5, para 01 (um) cargo de Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, mantida a mesma simbologia.

Art. 9º O Poder Executivo do Estado fica autorizado a proceder os ajustes administrativos e orçamentários necessários para o cumprimento desta Lei.

Art. 10. A nomeação decorrente dos cargos criados por esta Lei se dará a partir do exercício de 2013, cumpridas as normas orçamentárias e financeiras.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 27 de novembro de 2012.



CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA



DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA DESPESA

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, que a despesa abaixo identificada, tem adequação com as Leis de Licitações (Lei nº 8.666/93 e nº 15.608/07), está incluído no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Projeto de Lei Orçamentário Anual para o exercício de 2013.

DECLARAMOS, ainda, que a despesa preenche todos os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000, artigos 16 e 17 - (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Que na qualidade de ordenador de despesa os recursos pretendidos farão frente a despesas com a criação e transformação de cargos de provimento em comissão no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA, e suas vinculadas IAP, ITCG e AGUAS PARANÁ, e estão consignados no Projeto de Lei Orçamentário Anual para o exercício de 2013, abrangendo recursos para a SEMA e suas vinculadas.

Curitiba, 28 de novembro de 2012.


JOÃO CARLOS DIANA
Diretor Geral.

confere com original.

SECRETARIA DE ESTADO
DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS – DRH
RH INFORMAÇÃO



FLS nº
155

Informação nº: 665/2012-RHINFO
Protocolo nº: 11.397.827-9
Interessado: SEMA, IAP, ITCG, INAPAR
Assunto: CRIAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO

O presente atualiza a Informação nº 107/2012-RHINFO às fls. 23, que aborda dos protocolados nº 11.397.827-9, 11.185.273-1, 11.185.267-7, 11.185.266-9 e 11.185.269-3. Trata-se de projetos de Lei que propõe a criação e transformação de cargos em comissão no âmbito da SEMA, IAP, ITCG e ÁGUASPR, conforme Parecer 07/2012-CMI/SEPL e os anexos I, II, III e IV, com custos abaixo:

ÓRGÃO	QTD	VEN. BÁSICO	GRATIF. BENEFÍCIOS	FÉRIAS-1/12 AVOS	13º SAL-1/12 AVOS	INSS-1/12 AVOS	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO MENSAL
SEMA	10	1.803,57	23.022,53	689,81	2.068,84	6.068,80	33.653,15	72.296,32
IAP	29	1.807,42	20.163,19	604,73	1.814,22	5.321,70	29.511,26	112.739,26
ITCG	9	1.227,57	15.672,84	489,45	1.408,37	4.131,21	22.909,44	87.308,45
ÁGUASPR	15	1.458,54	18.182,67	545,86	1.637,60	4.803,63	26.638,30	102.131,03
TOTAL	63	6.097,10	77.051,23	2.309,65	6.929,03	20.325,14	112.712,15	354.477,07

O custo gerado pela presente proposta é de R\$ 354.477,07 (trezentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e sete reais e sete centavos) mensais e foi registrado no Acompanhamento de Despesa com Pessoal elaborado pelo RH Informação, para o exercício de 2012.

Segue anexa a projeção da folha de pagamento de cada órgão para o ano de 2012 considerando o impacto gerado pela presente proposta.

Sugerimos que este seja encaminhado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral/COP.

Curitiba, 29 outubro de 2012.

Cristiane Brito Leal Flores,
Agente Profissional.

De Acordo,
Ao DRH/SEAP.

Mônica Barcellos de Souza
Gerente RH-formação.

De Acordo,
Ao GAB/SEAP.

Maria Antonieta Bertinato
Diretora DRH/ SEAP

CONFERE COM
ORIGINAIS

PARANÁ
MINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
MENTO DE RECURSOS HUMANOS – DRH
MACÃO



CONFERE
com ORIGINAL

Anexo a Informação nº 665/2012-RHINF
Protocolado nº 11.397.827-9

PROJEÇÃO DE FOLHA ITCG	PROJETADO					TOTAL 2012	PROJEÇÃO 2013	PROJEÇÃO 2014	PROJEÇÃO 2015
	REALIZADO Jan/12 a ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12				
Projeção Mensal	2.825.473	348.540	348.540	348.540	348.540	4.500.785	5.311.370	6.888.478	8.052.359
Impacto da Demanda	-	-	-	63.171	63.171	186.553	-	-	-
Cresc. Vegetativo 2% a.a	-	581	581	686	686	2.534	106.227	113.770	121.847
Revisão Anual 5%	-	-	-	-	-	-	270.880	290.112	310.710
Custo Total	2.825.473	349.121	349.121	412.405	412.405	4.739.676	5.850.475	7.082.359	8.524.617

PROJEÇÃO DE FOLHA AGUASPR	PROJETADO					TOTAL 2012	PROJEÇÃO 2013	PROJEÇÃO 2014	PROJEÇÃO 2015
	REALIZADO Jan/12 a ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12				
Projeção Mensal	10.269.318	1.315.482	1.315.482	1.315.482	1.315.482	18.778.046	17.835.362	18.208.772	20.572.695
Impacto da Demanda	-	-	-	85.852	85.852	282.755	-	-	-
Cresc. Vegetativo 2% a.a	-	2.191	2.191	2.351	2.351	8.083	358.707	384.175	411.452
Revisão Anual 5%	-	-	-	-	-	-	814.703	879.647	1.049.202
Custo Total	10.269.318	1.316.673	1.316.673	1.403.685	1.403.685	19.067.887	19.208.772	20.572.695	22.033.249

Fonte: Meca, Relatório DCPH de FGTS e INSS;
Valor considerado para projeção mensal da folha: Valor a Empenhar mais INSS e FGTS;
Campos em destaque: Folha Parcelada;
Folha Parcelada: Considerado acréscimo de 2% a.a. referente ao crescimento vegetativo acrescido da revisão anual de 5,10% a partir de maio/2012;
Impacto mensal: Considerado a partir do mês de NOV/2012 em razão do prazo mínimo necessário para o tráfego normal do processo até a sua efetiva implantação em folha; o 13º Salário: O Valor do 13º Salário foi excluído do CUSTO MENSAL do campo Impacto da Demanda, visto que o 13º é calculado separado do custo mensal na Projeção Anual;
Projeção de 2013 a 2015: Considerado 5% de Revisão Anual acrescido de 2% de Crescimento Vegetativo.

SECRETARIA DE ESTADO
ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
CENTRO DE RECURSOS HUMANOS - DRRH
MACAÇÃO

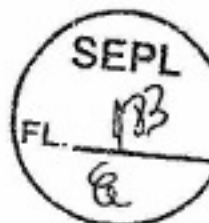


Anexo a Informação nº 665/2012-RHINF
Protocolado nº 11.397.827-9

CONFERE
COM ORIGINAL

PROJEÇÃO DE FOLHA SEMA	REALIZADO		PROJETADO					TOTAL				
	jan/12 a ago/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	13º SAL	2012	PROJEÇÃO 2013	PROJEÇÃO 2014	PROJEÇÃO 2015	PROJEÇÃO 2016
Projeção Mensal	5.050.949		437.208	597.209	557.208	557.209	590.948	8.245.117	8.063.851	8.707.364	10.398.808	
Impacto da Demanda			-									
Cresc. Vegetativo 2% a.a			1.062	1.062	1.176	1.175		200.188	-	-	-	-
Revisão Anual 8%			-	-	-	-	-	1.437,4	181.277	194.148	207.932	-
Custo Total	5.050.949	638.271	638.271	706.271	706.271	706.271	898.098	9.440.774	9.207.354	10.386.808	11.136.768	

PROJEÇÃO DE FOLHA IAP	REALIZADO		PROJETADO					TOTAL				
	jan/12 a ago/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	13º SAL	2012	PROJEÇÃO 2013	PROJEÇÃO 2014	PROJEÇÃO 2015	PROJEÇÃO 2016
Projeção Mensal	33.945.064		1.270.018	1.270.018	1.270.018	1.270.018	1.082.718	37.133.011	58.418.404	60.424.110	64.714.222	
Impacto da Demanda			-									
Cresc. Vegetativo 2% a.a			7.162	7.162	7.338	7.338		12.734	-	-	-	-
Revisão Anual 5%			-	-	-	-	-	29.000	1.128.368	1.208.482	1.294.284	-
Custo Total	33.945.064	4.204.179	4.204.179	6.410.163	6.410.163	6.410.163	2.162.865	60.442.110	64.714.222	69.806.832	77.302.825	



PARECER TÉCNICO Nº 40/2012 – CMI/SEPL

**ASSUNTO: CRIAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NO
ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E
SUAS VINCULADAS.**

Protocolo nº 11.397.827-9; 11.185.269-3; 11.185.266-9; 11.185.267-7 e
11.185.273-1.


A Diretora Geral desta Pasta, encaminha para pronunciamento final a proposta de criação dos cargos de provimento em comissão da Secretaria de estado do Meio Ambiente e Recursos hídricos – SEMA e de suas vinculadas: Instituto Ambiental do Paraná – IAP; Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITC e Instituto das Águas do Paraná.

No âmbito de competência desta Coordenação de Modernização Institucional e em atendimento ao disposto no Decreto nº 188, de 1º de março de 2007, que aprovou o Regulamento da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, informamos que a presente proposta foi matéria anterior desta Coordenação conforme Parecer nº 07/2012, às páginas 15 a 21 do presente processo, e que ratificamos o seu conteúdo, estando em conformidade com os padrões e critérios adotados no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Informamos também que o processo, após o Parecer inicial desta Coordenação, tramitou pelas áreas competentes e retornou com novos pronunciamentos da SEMA e da Coordenação de Orçamento e Programação quanto aos aspectos orçamentários e, conforme as respectivas informações, encontra-se em condições de prosseguir o seu trâmite para aprovação final, para tanto, anexamos um anteprojeto de lei.

É o parecer que submetemos à consideração da direção superior desta Pasta, para posterior encaminhamento à Casa Civil.

Curitiba, 08 de novembro de 2012.


Osny Martinelli Pereira Alves
Coordenador/CMI

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 03 DEZ. 2012

[Assinatura]
1º Secretário



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 085/2012

Curitiba, em 27 de novembro de 2012

I – À DAP para leitura no expediente
e submissão ao Plenário do Requerimento
de Regime de Urgência apresentado pelo
Governador.

II – À DL para providências.

Em, *[Assinatura]*

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para apreciação dessa Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que objetiva criar e alterar denominação de cargos de provimento em comissão no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; no Instituto Ambiental do Paraná; no Instituto de Terras, Cartografia e Geociências; e no Instituto de Águas do Paraná, conforme especifica.

A SEMA foi criada pela Lei nº 10.066, de 27 de julho de 1992, sofrendo alteração posterior através da Lei nº 11.352, de 13 de fevereiro de 1996, com um quadro de pessoal dimensionado para a situação da época e atribuições legais muito menores que as atuais.

Ao longo da última década e meia, por força de normas legais federais e estaduais, suas atribuições, finalidades e competências foram significativamente ampliadas, seja pela maior consciência ecológica da sociedade, seja pelas demandas internacionais, originadas de acordos diplomáticos e paradiplomáticos, seja ainda pela edição de leis e decretos que regulamentaram preceitos da Constituição Federal de 1988 e da Constituição do Paraná de 1989, que devem ser colocados em prática pela Administração Pública, em especial pela sua área ambiental.

Ao par disso, progridem sempre os mecanismos de gestão compartilhada que, por um lado, ampliam o exercício da cidadania e, por

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.397.827-9

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-009 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:45 03/12/2012 007830 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

outro, exigem maior aparelhamento da estrutura de pessoal público para coordenar, acompanhar e monitorar ações de descentralização e de parcerias, tanto com outros órgãos públicos, nos níveis federal, estadual e municipal, quanto com instituições privadas e do terceiro setor. O próprio crescimento demográfico e a urbanização ampliam as buscas por soluções ambientais que melhorem a qualidade de vida.

Para fazer frente, portanto, à crescente demanda da presença e das ações públicas ambientais, a SEMA propõe a criação de dez (10) cargos de provimento em comissão, sendo dois (02) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-2, um (01) cargo de Assessor, símbolo DAS-3, dois (02) cargos de Assessor, símbolo DAS-5 e cinco (05) cargos de Assistente Técnico, símbolo 1-C.

Com esse reforço, a SEMA terá condições de reorganizar sua estrutura funcional, em especial no Nível de Assessoramento, no Nível de Gerência e no Nível de Execução Programática, sempre obedecendo aos parâmetros exigidos pela Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, com alterações posteriores, que reorganiza a estrutura básica do Poder Executivo no Sistema de Administração Pública do Estado do Paraná, bem como na Lei nº 10.066, de 27 de julho de 1992, com alterações posteriores, que cria a SEMA.

A seguir, Senhor Presidente, são apresentados as principais alterações no organograma da SEMA, que será detalhado em Decreto atualizador do Regulamento ora em vigência, que data de 1992, o que será providenciado tão logo seja publicada a Lei cujo Anteprojeto submeto à aprovação dessa Casa Legislativa:

1. no Nível de Assessoramento:

1.1. a Área de Integração Regional incorpora a missão de coordenar a descentralização e a municipalização das ações administrativas ambientais, decorrentes da edição da Lei Complementar federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011;

1.2. cria-se formalmente a Assessoria da Agenda 21, que vem desenvolvendo ações com fulcro em acordos internacionais;

1.3. cria-se a Assessoria Técnica de Proteção aos Animais Domésticos e Domesticados, com o fito de construir uma ou mais políticas públicas coerentes para enfrentar o grave problema da procriação descontrolada de animais que, se por um lado devem receber atendimento e tratamento humanitário, como formas de vida senciente que são, de outra parte não podem



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

continuar constituindo ameaça à fauna nativa, nem tampouco à saúde pública, através da transmissão de zoonoses.

2. no Nível de Gerência:

2.1. o Núcleo de Obras Especiais do Meio Ambiente converte-se no Núcleo do Sistema de Informações Ambientais, para fazer frente à participação paranaense no Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente - SINIMA;

2.2. cria-se o Núcleo de Unidade Gestora de Programas, objetivando coordenar, supervisionar e avaliar a execução de Programa ou Projeto específico, buscando a harmonização das áreas envolvidas, estabelecendo diretrizes, analisando, aprovando e compatibilizando os diferentes setores. Visa facilitar e disciplinar a execução e o monitoramento das ações gerais do Programa ou Projeto de modo a possibilitar o pleno atendimento do planejamento acordado. Tem como primeira tarefa o Programa BIOCLIMA/PARANÁ.

3. no Nível de Execução Programática:

3.1. cria-se a Coordenadoria de Programas Ambientais Integrados, com a função de conceber, implementar e coordenar programas ambientais transdisciplinares e interinstitucionais;

3.2. a competência sobre o tema Recursos Atmosféricos passa para a Coordenadoria de Mudanças Climáticas;

3.3. a Coordenadoria de Biodiversidade e Florestas ganha melhores condições de trabalho, de forma a fazer frente às muitas atividades dos projetos integrantes do Programa BIOCLIMA;

3.4. amplia-se a competência da Coordenadoria de Resíduos Sólidos com a inclusão da temática de Saneamento, com seus eixos componentes de saneamento básico e drenagem;

3.5. a Coordenadoria de Jardins Botânicos assume a Educação Ambiental, com o dever de integrar a Política Estadual à Política Nacional de Educação Ambiental, articular-se com os demais órgãos da Administração Estadual afetos à matéria, em especial com a Secretaria de Estado da Educação, bem como com os Municípios, a quem deve fornecer apoio para a realização das ações locais.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

3.6. a Coordenadoria de Gestão Territorial, cujas principais atribuições estão ora afetas ao Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, criado pela Lei nº 14.889, de 04 de novembro de 2005, transforma-se na Coordenadoria de Recursos Atmosféricos e de Mudanças Climáticas, incorporando também as atribuições relativas ao Gerenciamento de Riscos, relativa aos desastres ambientais naturais, antrópicos e mistos, para o que deverá trabalhar em estreita colaboração com a Defesa Civil.

A SEMA conta, ainda, com três Instituições vinculadas, a saber: o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, criado pela mesma norma que a criou, qual seja a Lei nº 10.066/92; o Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, criado pela Lei nº 14.889, de 04 de novembro de 2005 e o Instituto das Águas do Paraná - AGUASPARANA, criado pela Lei nº 16.242, de 13 de outubro de 2009.

A Secretaria e seus Órgãos vinculados atuam de forma sistêmica e integrada, cada uma desempenhando as funções de sua competência específica, mas sempre com o objetivo de implementação conjunta das Políticas Públicas Ambientais.

A modernização institucional, portanto, não poderia limitar-se à Secretaria, senão que deve ampliar-se para os Órgãos vinculados, sob pena de não serem atingidos os objetivos pretendidos.

Dessa forma, propõe-se a criação, alteração de denominação ou a transformação de cargos da maneira que segue:

No Instituto Ambiental do Paraná - IAP, transformam-se vinte e um (21) cargos de provimento em comissão de Chefe de Escritório Regional, símbolo 1-C, para vinte e um (21) cargos de provimento em comissão de Chefe de Escritório Regional, símbolo DAS-5.

Ainda no IAP, criam-se oito (08) cargos de provimento em comissão, sendo um (01) cargo de Diretor Jurídico, símbolo DAS-3, três (03) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-5, três (03) cargos de Chefe de Departamento, símbolo 1-C e um (01) cargo de Assistente Técnico, símbolo 3-C.

No Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, criam-se nove (09) cargos de provimento em comissão, sendo um (01) cargo de Diretor, símbolo DAS-3, dois (02) cargos de Chefe de Departamento, símbolo 1-C, dois (02) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-5 e quatro (04) cargos de



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Chefe de Escritório Regional, símbolo DAS-5.

No Instituto das Águas do Paraná - AGUASPARANA, criam-se quinze (15) cargos de provimento em comissão, sendo um (01) cargo de Diretor, símbolo DAS-3, um (01) cargo de Assessor, símbolo DAS-5, cinco (05) cargos de Gerente de Bacia Hidrográfica, símbolo DAS-5, dois (02) cargos de Chefe de Departamento, símbolo 1-C, três (03) cargos de Chefe de Unidade Industrial, símbolo 1-C e três (03) cargos de Chefe de Seção, símbolo 3-C.

O Destaque-se que a elaboração do presente Anteprojeto de Lei contou com contribuições técnicas não só da Equipe da SEMA e das suas Instituições vinculadas, mas também com as precisas orientações da Secretaria de Estado do Planejamento e de Coordenação Geral e da Secretaria de Estado da Administração e Previdência.

Por todo o exposto, fica claro que, com a aprovação do presente Anteprojeto de Lei por essa Assembleia Legislativa, o Estado do Paraná terá aprimorado sua capacidade de agir sobre o meio ambiente de maneira eficaz, atendendo às expectativas da população e ampliando sua efetiva contribuição para a redução dos efeitos deletérios da poluição, além de reduzir desigualdades sociais pela construção permanente do desenvolvimento sustentável.

O Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Casa de Leis o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência minhas considerações.

REGIME de
URGÊNCIA


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 604/12

Projeto de Lei nº. 604/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 085/11

Súmula: Cria e altera denominação de cargos de provimento em comissão no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; no Instituto Ambiental do Paraná; no Instituto de Terras, Cartografia e Geociências e no Instituto das Águas do Paraná.

EMENTA: CRIA E ALTERA DENOMINAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS; NO INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ; NO INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS; NO INSTITUTO DAS ÁGUAS DO PARANÁ. INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo criar e alterar a denominação de cargos de provimento em comissão no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; no Instituto Ambiental do Paraná; no Instituto de Terras, Cartografia e Geociências e no Instituto das Águas do Paraná.

Concedido vista.

Em 04/12/12
Tadua Ferraz
CCJ

REGIME DE URGÊNCIA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a remuneração para os cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo, servidores públicos do Poder Executivo, organização e funcionamento da administração estadual, bem como provimento dos cargos públicos estaduais, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

- I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;
- II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

XVI - prover e extinguir os cargos públicos estaduais, na forma da lei e com as restrições previstas nesta Constituição;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Chefe do Poder Executivo** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2013.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




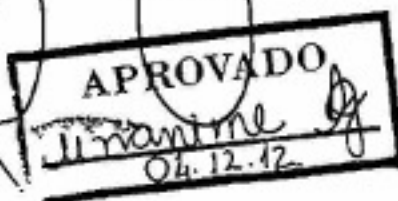
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 04 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRÉSIDENTE


DEPUTADO ADEMAIR TRAIANO
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 604/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 085/12 que objetiva criar e alterar a denominação de cargos de provimento em comissão no âmbito da Secretaria de Estado do Meio ambiente e Recursos Hídricos – SEMA; no Instituto Ambiental do Paraná – IAP; no Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG; e, no Instituto de Águas do Paraná – EAP.

Preliminarmente observamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do art. 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 87 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Da mesma forma devemos observar que a matéria em questão vem acompanhada de documento, assinado pelo Senhor João Carlos Diana, Diretor Geral da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, declarando que as despesas com o presente Plano de Lei tem adequação com as Leis de Licitações nº 8.666/93 e nº 15.608/07, e está incluído no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Projeto de Lei Orçamentário Anual para o exercício de 2013, abrangendo recursos para a SEMA e suas vinculadas. Declara



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças




ainda, que a despesa preenche todos os requisitos exigidos pela Lei Complementar Federal nº 101/00, em seus artigos 16 e 17.

Por fim, não encontramos nada que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL** a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 05/12/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR



